



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Pedro Fernandes Borges

**JOVENS, TRABALHO E FORMAÇÃO EM TEMPO DE
AUSTERIDADE:
CONDICIONANTES, ESTRATÉGIAS E PERSPETIVAS**

Dissertação no âmbito do mestrado em Sociologia, orientada pelo Professor
Doutor Claudino Cristóvão Ferreira, e apresentada Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra

setembro de 2019

Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra

Jovens, formação e trabalho em tempo de austeridade: Condicionantes, estratégias e perspetivas

Pedro Fernandes Borges

Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia orientada pelo Senhor Professor Doutor Claudino Cristóvão Ferreira e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

setembro de 2019



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Agradecimentos

Uma tese de mestrado não é uma tarefa individual. A troca de ideias, a orientação, o apoio familiar, bem como outros fatores de circunstância pessoal e familiar é que viabilizam, no meu entender, um contexto propício, o tempo, o esforço e o intercâmbio necessário para a conclusão desse trabalho.

Agradeço à minha esposa o apoio e as palavras de incentivo para concluir este desafio.

Reconheço aqui o apoio dado pelo meu orientador Professor Doutor Claudino Cristóvão Ferreira, pela sua exímia capacidade de compreender os meus raciocínios, pelas suas sugestões elucidativas, orientação, persistência e, sobretudo, as suas palavras de incentivo que tornaram esta tese possível. Por isso, estou-lhe profundamente agradecido.

Um especial agradecimento ao Professor Doutor Paulo Peixoto por me ter apoiado, dirigindo-me as palavras certas no momento certo e viabilizado a conclusão da tese.

Agradeço igualmente aos respetivos diretores das diversas escolas por autorizarem a realização de entrevistas, disponibilizar um espaço adequado com vista à realização das mesmas e intercederem junto da comunidade escolar, ajudando na triagem dos alunos relevantes, nomeadamente do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, ao Doutor Hermínio Alexandre Ribeiro da Cunha Marques, da Escola Secundária Alves Martins, Dr. Adelino Azevedo Pinto e da Escola Profissional Mariana Seixas, Dr. Miguel Ginestal, que tornaram possível o presente trabalho de campo.

Igualmente, dirijo uma palavra de apreço aos jovens que aceitaram participar com o seu tempo e seus valiosos contributos.

A todos, Bem Hajam!

Resumo

O presente trabalho analisa as escolhas, aspirações e expectativas dos jovens em Portugal no contexto de crise económica e austeridade (entre 2008 e 2015). Mais especificamente, procurou-se compreender em que medida essa conjuntura socioeconómica afetou as suas estratégias de vida, a curto, médio e longo prazo.

O trabalho é de cariz essencialmente qualitativo recorrendo-se à realização de entrevistas a alunos do 12.º ano, quer da via profissionalizante, quer do ensino regular, em duas zonas geográficas diferentes, questionando-os acerca dos seus percursos formativos, perspetivas em relação ao mercado de trabalho e outras dimensões associadas aos seus projetos de vida. O trabalho aborda, entre outros, a família que se constituiu, para a maioria, como elemento chave no suporte ao alcance dos objetivos dos jovens, sobretudo devido à sua dependência financeira e tenta analisar nuances no que concerne à forma como são negociadas as escolhas, a interação com os diversos sistemas sociais, designadamente escola e o mercado de trabalho.

Outra análise no âmbito deste trabalho prendeu-se com a escola, enquanto sistema educativo e de formação, com a incumbência de qualificar bem os jovens, configura-se como um sistema mais apropriado para uns em detrimento de outros. Assim, foram identificados percursos não lineares e alternativos de formação que os jovens usaram.

Palavras-chave: Juventude, Crise e Austeridade, Escolha e Projeto de Vida, Sistemas Sociais, Família

Abstract

This dissertation aims to provide the reader with a discussion of youth identities, focusing on their schooling and training paths, their life projects and desired trajectories in articulation with diverse social systems in the specific crisis and austerity context (2008 - 2015). It seeks to analyze the different strategies that young people developed, their dynamics in articulation with these systems and the way they affected their strategies, choices and life paths.

It seeks to equate those complex relationships that, based on a field survey conducted in three different school types and asymmetric geographical contexts, emphasizing the observed dispositions of young people regarding the school system, the family system, the social network, the labor market and its articulation with their subjective life projects, their identities and choices towards their future. It discusses how their choices in a crises context are structured, articulated within social systems and affected their decisions, experiences, networks and life expectancies and how social structures produces (and give meaning) to their action.

Undoubtedly, the family is, for the most part, a key element in supporting the achievement of young people's goals, especially because of their financial dependence. However, several nuances are revealed, demonstrating how choices are negotiated, especially in a social crisis context. The school, as an education and training system, endeavors a difficult task qualifying young people well, but seems to be more suitable for one than for others. Thus, nonlinear and alternative training paths were used by young people in search of their identity.

Key-words: Youth, Crises and Austerity, Choices and Life Project, Social Systems, Family

Lista de siglas e acrónimos

CEF	- Curso de Educação e Formação
CEJ	- Centro de Estudos Judiciários
EPMS	- Escola Profissional Mariana Seixas
ESAM	- Escola Secundária Alves Martins
ESCS	- Escola Secundária de Carregal do Sal
FMI	- Fundo Monetário Internacional
NEEF	- Jovens não empregados e que não estão em educação ou formação
PIEF	- Programa Integrado de Educação e Formação
RVCC	- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract.....	iii
Lista de siglas e acrónimos	iv
Índice	v
Índice de tabelas	vii
Introdução.....	1
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCETUAL.....	5
1. Jovens, escola e trabalho em contexto de crise e austeridade	5
1.1. Crise e austeridade na Europa e em Portugal	7
1.2. Jovens e transição para a vida adulta.....	17
1.3. Família e capital social	23
1.4. Escola e formação	32
1.5. Mercado de trabalho.....	45
CAPÍTULO II – PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA.....	52
2. Abordagem das estratégias e das expectativas de vida dos jovens em contexto de crise e austeridade	52
2.1. Objeto de estudo: Ensino regular e profissionalizante de dois espaços territoriais	55
2.2. Estratégia de pesquisa empírica: procedimentos e técnicas de recolha e análise de informação	59

CAPÍTULO III – CONTEXTO DO ESTUDO E ANÁLISE DAS CONDICIONANTES, ESTRATÉGIAS E PERSPETIVAS DA JUVENTUDE.....	62
3. Caraterização do contexto e dimensões de análise	62
3.1. Sociografia	62
3.2. Dimensão e composição familiar	66
3.3. A trajetividade dos inquiridos – análise e interpretação	69
3.3.1. Crise e austeridade – Perceções subjetivas ou condicionantes reais	70
3.3.1.1. Perceção da crise e austeridade.....	70
3.4. Impactos percecionados do contexto de crise e austeridade	77
3.4.1. Incorporação de estratégias de poupança.....	82
3.5. Família e capital social	86
3.6. Escola e formação	101
3.7. Mercado de trabalho e projetos futuros	117
3.8. Implicações nas diversas representações sociais	127
4. CONCLUSÃO.....	131
5. Referências bibliográficas	140
6. Anexos.....	144
Anexo I - Quadro 5 – Cruzamento de variáveis: Distância do local de residência à escola em minutos: * De carro, autocarro ou a pé * Escola que frequenta?	145
Anexo II - Quadro 6 – Cruzamento de variáveis: Convive com ... no agregado familiar * Escola que frequenta? * Número de elementos no agregado familiar	146
Anexo III - Quadro 7 – Cruzamento de variáveis: Habilitação do pai (rec) * Habilitação da mãe (rec) * Escola que frequenta?	147
Anexo IV - Quadro 8 – Cruzamento de variáveis: Atividade profissional do pai atual ou a mais recente * Atividade profissional da mãe atual ou a mais recente * Escola que frequenta?	148
Anexo V - Quadro 10 – Cruzamento de variáveis: Habilitação do pai (rec) * Habilitação da mãe (rec) * Qual o rendimento familiar disponível?	149
Anexo VI - Inquérito	150
Anexo VII - Guião de entrevista	155

Quadro 1 – Tabela síntese do n.º de inquiridos por escola e localidade (por género).....	60
Quadro 2 – Cruzamento de variáveis: Género * Escola que frequenta? * Frequenta um curso profissional ou via progressão de estudos?	63
Quadro 3 – Cruzamento de variáveis: Género * Idade * Escola que frequenta?.....	64
Quadro 4 – Cruzamento de variáveis: Localidade de residência * Escola que frequenta?.....	65
Quadro 5 – Cruzamento de variáveis: Distância do local de residência à escola em minutos: * De carro, autocarro ou a pé * Escola que frequenta?	145
Quadro 6 – Cruzamento de variáveis: Convive com ... no agregado familiar * Escola que frequenta? * Número de elementos no agregado familiar	146
Quadro 7 – Cruzamento de variáveis: Habilitação do pai (rec) * Habilitação da mãe (rec) * Escola que frequenta?	147
Quadro 8 – Cruzamento de variáveis: Atividade profissional do pai atual ou a mais recente * Atividade profissional da mãe atual ou a mais recente * Escola que frequenta?.....	148
Quadro 9.1 – Situação atual dos pais perante o trabalho	67
Quadro 9.2 – Situação perante o trabalho	68
Quadro 10 – Cruzamento de variáveis: Habilitação do pai (rec) * Habilitação da mãe (rec) * Qual o rendimento familiar disponível?	149

Introdução

A grande preocupação do presente trabalho foi o de analisar até que ponto os efeitos da crise económica e conjuntura de austeridade, que Portugal viveu, tiveram impacto sobre o modo como os jovens, definiram as suas estratégias, projetos de vida e expectativas, sendo que estes se encontram numa fase da sua vida em que se começam a preparar, ou antever a sua entrada para o mercado de trabalho ou optam por prosseguir estudos universitários. De que modo definiram estratégias (ou não) para contrariar o risco de exclusão do mercado de trabalho? As opções profissionais ou percursos formativos foram ajustados devido à conjuntura de crise e ao discurso político dominado pela austeridade?

O presente estudo aborda a questão no espaço temporal de 2008 a 2015 em que vários dados apontaram para uma situação de crise económica e um plano de contingência marcadas por medidas de austeridade que tiveram impacto na sociedade, sobretudo nos períodos entre 2010 e 2012, afetando particularmente jovens. É neste contexto, incluindo o período até meados do ano de 2015, que se pretende avaliar o eventual impacto da crise e das medidas de austeridade na tomada de decisão dos jovens quanto ao seu percurso profissional/ escolar/ académico, bem como identificar os eventuais fatores que confluíram na tomada de decisão.

Consequentemente, considera-se pertinente avaliar dois momentos cruciais de escolha na vida dos jovens dado o período de referência de sete anos (2008 a 2015): o da escolha do ramo aquando da transição do 9.º para o 10.º ano, que se materializou, sobretudo, através da escolha entre a continuidade no ensino regular (na sua essência ensino diurno e uma opção dos diversos ramos) ou pela opção do ensino profissional com dupla certificação (escolar e profissional).

O trabalho tentou analisar e caracterizar os processos através dos quais os jovens, na aproximação à transição para a idade adulta, definiram as suas aspirações, expectativas e identidades, em articulação com as condições mais amplas que enquadram a sua existência e os seus trajetos: o seu contexto social, a família, os amigos, os territórios de inserção, a escola, a conjuntura socioeconómica, cultural e política, entre outras. Toma-se assim, como ponto de partida, a ideia de Idalina Conde que, referindo-se aos jovens, argumentava que a

sua “identidade tem de ser considerada num contexto relacional, isto é, no âmbito da pluralidade das relações que os jovens estabelecem com os seus meios sociais e com membros de outras gerações.” (Conde, 1990, p. 675). A perspectiva da autora convida a que, com efeito, se olhe para as representações, as identidades e os trajetos dos jovens a partir de uma abordagem atenta à relação que estes estabelecem com os diversos sistemas sociais e domínios que estruturam a sua vida.

Por seu lado, Pierre Bourdieu defendia que existem no mundo social estruturas objetivas que podem dirigir, ou melhor, coagir a ação e a representação dos indivíduos, ou seja, dos agentes sociais. No entanto, tais estruturas são construídas socialmente, assim como os esquemas de ação e pensamento, os quais Bourdieu designa de *habitus*: “o *habitus* é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada.” (Thiry-Cherques, 2002, p. 33) Ela pode ocorrer de forma mais ou menos consciente, mas na perspectiva de Bourdieu “As estruturas mentais pelas quais os agentes sociais apreendem o social, e que são produto da interiorização do social, geram visões de mundo que contribuem para a construção deste mundo” (Thiry-Cherques, 2002, p. 35)

Assim, nas circunstâncias de crise e medidas de austeridade do período a que este trabalho se reporta, revelou-se particularmente importante a análise deste contexto e seu impacto e relevância na formação dos quadros de vida em que os jovens definiram os seus projetos, aspirações e possibilidades de vida. Na verdade, a conjuntura de austeridade poderá ter afetado esses quadros, tanto no plano material, restringindo o acesso a eventuais bens necessários para a sua vida futura (como a frequência de escolas ou universidades) como, no limite, no que concerne aos bens de primeira necessidade, resultando em riscos de subsistência forçando uma reorientação do percurso a trilhar. Esses condicionamentos podem também ter tido impacto no plano mais subjetivo, redefinindo papéis sociais, trajetos e aspirações profissionais e estilos de vida.

A austeridade, fazendo parte dos discursos sociopolíticos que chegaram aos agentes sociais através dos média e da sua rede de sociabilidades, contribuíram para uma imagem do país, indissociável duma construção social em permanente atualização, moldando as representações sociais dos diversos grupos, famílias e agentes sociais, incluindo os jovens.

Consequentemente, impõem-se perguntas como: até que ponto os jovens incorporaram o conceito de austeridade? Qual o impacto que teve neles este período de crise, que se

desenvolveu a partir de 2008? Quais as suas expectativas para o futuro e como pretendem alcançar os seus projetos de vida?

Importou, pois, analisar se esta geração de jovens foi afetada pela conjuntura de crise e se isso a tornou uma geração com características diferenciadas quanto à sua confiança nas instituições, a sua representação social do país. Também se indagou os jovens sobre as suas expectativas, quais as suas posturas e recursos para fazer face a eventuais condicionantes que resultaram da crise e do discurso sociopolítico sobre a austeridade. Formulado de modo mais abrangente, podemos questionar até que ponto a crise teve impacto na perceção subjetiva e se os jovens sofreram algum um revés quanto ao seu trajeto inicialmente estabelecido? O impacto da crise terá sido suficientemente forte para fomentar um *homo austeritas*? Uma geração com o ethos da austeridade? De que forma é que a crise/ austeridade interferiu na sua rede de sociabilidades? De que forma planearam os jovens o seu futuro e quais foram suas ambições?

O presente trabalho não tratou de reformar ou contribuir substancialmente para a epistemologia da juventude, mas pretende apresentar uma galeria fotográfica, com recurso a retratos diversificados, identificando algumas situações específicas de jovens, revelando estratégias, anseios, receios e modos de perspetivar o futuro.

Por excelência, a análise da preocupação dos jovens com a sua inserção no mercado de trabalho é pertinente, dado que muitas outras dimensões dependem de uma inserção eficaz e satisfatória no mercado de trabalho. Contudo, os jovens ainda poderão não ter experienciado o mundo do trabalho e, essencialmente, encontravam-se inseridos em sistemas de ensino (profissional ou regular) que representavam a sua principal realidade social.

O trabalho assentou no pressuposto de que foi nas dimensões mais próximas dos jovens que se materializaram as perceções subjetivas? Embora se reconhecesse a pertinência de outras dimensões de análise. O foco incidiu sobre as dimensões mais próximas dos jovens e sujeitas a impactos pela crise, tentando identificar assim algumas vulnerabilidades intrínsecas nessas dimensões e captar a avaliação subjetiva que foi feita, quer dos impactos, quer das dimensões de análise em causa.

A grande dificuldade deste trabalho residiu em estabelecer limites de análise e de contenção da problemática, optando-se por cingir a uma análise das esferas/ dimensões mais imediatas que podem ter contribuído para a tomada de decisão desses jovens: a família, a rede de sociabilidades, a escola e os recursos (pessoais, profissionais, relacionais) ao alcance dos

jovens, a formação (percurso profissional) e suas perspectivas quanto ao mercado de trabalho ou, num sentido mais lato, ao seu projeto de vida.

A fim de obter uma perspectiva diversificada, entendeu-se entrevistar alunos do ensino regular e profissional de diferentes urbes, sendo Viseu a cidade eleita em comparação com um concelho limítrofe do distrito de Viseu.

O propósito do trabalho foi o de analisar a condição juvenil em contexto de crise e austeridade pelo que foram subjugados aos fatores que caracterizaram a crise e austeridade no período de 2008 a 2015.

O estudo empírico que se segue tenta dar conta das diferentes perceções e perspectivas em função dos diversos jovens entrevistados.

1. Jovens, escola e trabalho em contexto de crise e austeridade

Perante as três grandes dimensões elencadas no título do presente trabalho, jovens, formação e trabalho, surgiu a questão de como analisar convenientemente o relacionamento entre elas e relacioná-las com as subjetividades dos jovens.

O conceito chave do trabalho prendeu-se com a trajetividade dos jovens. Um conceito marcado por Pais e que permitiu a plasticidade necessária e interpretativa para o trabalho que se pretende desenvolver. Este conceito, permitiu considerar o plano subjetivo dos jovens, analisando as suas perceções, a sua avaliação do seu percurso formativo e as suas perspetivas.

Em contraponto, tratou-se também de compreender que o exercício da autonomia individual e da liberdade de escolha ocorre sempre dentro de um contexto que o condicionou, seja ele familiar, escolar, demográfico, geográfico, social, cultural, económico ou político.

A interação dos jovens, resultado da sua dinâmica, irreverência, predisposição para a descoberta, envolveu muitas zonas de contacto com outras dimensões sociais que podem ter exercido alguma influência sobre o jovem e condicionando-o nas suas opções, formas de estar e expectativas.

Assim, no âmbito do trabalho aqui proposto, pretendeu-se analisar os jovens num determinado contexto, sobretudo económico do país, podendo apresentar especificidades peculiares que interessavam averiguar. Pressupôs-se, para efeitos deste trabalho, que havia dimensões macro (contexto socioeconómico do país) que condicionaram as perspetivas e expectativas micro (dos jovens).

As dimensões analíticas propostas, designadamente o sistema familiar, a escola e formação, e o mercado de trabalho, foram consideradas como sendo as dimensões privilegiadas e

próximas dos jovens, permitindo o acesso a um outro conjunto de dimensões que implicam o estilo de vida, a família, o estatuto, profissão, etc.

Daqui resultaram questões relacionadas com o contexto específico em causa, procurando-se analisar e compreender como o contexto social afetou a vida dos jovens e as suas perceções subjetivas? Ou seja, de que forma poderão a crise as medidas de austeridade ter tido impacto no sistema familiar, no sistema educativo e mercado de trabalho? Atente-se que os jovens em análise ainda se encontravam, na sua maioria, em situação de dependência habitacional e económica dos seus pais, pelo que algumas das suas perceções, escolhas e trajetórias podem ser resultado de vários sistemas articulados.

Os jovens estabelecem relações sociais com outros atores sociais e instituições e é necessário considerar que eles próprios se encontram inseridos no sistema de educação, para além de uma obrigação dos jovens, representa um direito essencial e de relevância extrema para o percurso (não apenas) formativo, mas profissional, dando acesso a oportunidades e condições de existência social, permitindo assim satisfazer alguns anseios como constituir família, possuir bens (carro e casa) e idealizar um determinado estilo de vida.

Tendo tudo isto em conta, o presente trabalho procurou uma análise social mais abrangente, incidindo igualmente na perspetiva de como as instituições sociais (concretamente as escolas, quer profissionais, quer do ensino regular) estruturaram as relações sociais dos jovens, as suas oportunidades e, em última análise, os seus direitos. Procurou-se analisar as formas como o sistema escolar e formativo poderão ter influenciado, marcado ou ditado a trajetória dos jovens.

Ao solicitar aos jovens a sua opinião quanto ao seu percurso formativo e expectativas para o futuro é perceptível que sejam inventariadas outras questões, propriedade da natureza da análise de conteúdo em que o relato surge indissociável de diversos conteúdos, fazendo ressaltar assuntos como a confiança, quer nas instituições sociais, quer políticas, dando assim lugar a dimensões analíticas que se incluem no domínio da cidadania ou dos direitos e, por conseguinte, têm lugar num prisma mais aberto deste trabalho, mas que não se constituíram como elementos centrais do trabalho aqui proposto. Contudo, algumas foram incluídas, devido ao seu contributo para uma análise e visão mais holística dos jovens e das suas representações.

1.1. Crise e austeridade na Europa e em Portugal

O contexto de crise não foi uma singularidade portuguesa, mas resvalou do colapso da instituição financeira Lehman Brother's para a Europa e teve impactos de diversa ordem em Portugal. Essencialmente tratou-se, na sua origem, de uma crise financeira com implicações não apenas monetárias, mas também sociais à escala global. Na Europa, este impacto foi sentido, sobretudo no seio da União Europeia, à qual Portugal pertence, e foram vários os autores que se pronunciaram e caracterizaram os seus efeitos.

Neste ponto procurou-se analisar e destringir os conceitos chave de crise e austeridade: da conjuntura socioeconómica e política ao discurso e das representações sobre a crise e a austeridade. Assim, está implícito o domínio de ambos em que a primeira reflete o contexto socioeconómico, com indicadores e dados que suportam uma determinada conjuntura económica, enquanto o termo austeridade surge como um pacote de medidas (políticas, legais, orçamentais) associados a um discurso sociopolítico, ou seja, analiticamente a austeridade é a resposta à crise nas medidas de política pública.

O modelo de austeridade teve significativas implicações na sociedade, sobretudo no que concerne à coesão social. As manifestações de setembro 2013 em Portugal, bem como outras manifestações e greves, revelaram um cunho anti austeridade. Diversos autores como Beck (Beck, 2013), Blyth (2010) ou Ferreira (2014), socorreram-se da ideia do estado de exceção enquanto plano fundamental para impor medidas em que a abordagem neoliberalista procurou, simultaneamente, e apenas discursivamente, incluir elementos de uma agenda social progressista, pelo que a invocação da coesão social, serviu aparentemente para legitimar algumas medidas em prol do bem de todos e da nação, ignorando o conflito entre visões ideológicas globais.

Na Europa instalou-se um ambiente de insegurança, medo e revolta. A tecnicização excessiva da crise e a sua justificação tornaram-se impercetíveis para o cidadão comum, colocando-se a questão até que ponto os jovens estiveram atentos a estes problemas. Embora possam não estar cientes das definições de crise e austeridade, os efeitos da crise e das medidas de austeridade eram reais. Os autores Ana Costa e José Castro Caldas (2014, pp. 87-124) traçaram um mapa minucioso das políticas e medidas associadas aos resgates bancários e a austeridade.

Beck sintetizou o processo de crise como “a tensão estrutural entre um projeto europeu apresentado e gerido pelas elites políticas e económicas e a resistência de baixo”, sendo que se manifestou cada vez mais a resistência por diferentes localidades na Europa, em que a resolução da crise se pareceu configurar como a “máxima de socialismo de Estado para os ricos e os bancos, neoliberalismo para a classe média e os pobres. (Beck, 2013, p. 21).

Assim, por antecipação da catástrofe, novas opções políticas surgiram de legitimação da ação política, sendo que os riscos serviram de pretexto e instrumento de legitimação “em que a exceção prova e justifica tudo, enquanto que o normal, a ordem (ainda) existente, é desvalorizado, menosprezado e suspenso a favor e prol da proteção do bem comum.” (Beck, 2013, pp. 45-46)

Resultou, assim, um novo leque de atores e que podem usar o estado exceção de várias formas, levantando-se questões que evidenciam a tensão entre a lógica do risco e da lógica da democracia (Beck, 2013, p. 47), quer ao nível da União Europeia, quer no domínio internacional ou instituições com implicações internacionais como foi o caso do International Monetary Fund (FMI).

A dado momento, Beck considerou que a “sociedade do risco é, em certo sentido, sempre também uma sociedade de possibilidades” (Beck, 2013, p. 23). Até que ponto os jovens estiveram unidos cultural e socialmente para fazer face às suas situações de risco? Até que ponto estiveram disponíveis para correr riscos e aventurarem-se no mercado de trabalho? Terão tido estes uma preparação paralela ou uma estratégia de salvaguarda que lhes permitiu vingar numa sociedade em aparente transformação social, mas em que ainda reina a indefinição e a ausência de referências articuladas com a sociedade?

O condicional enquanto estado permanente! [...] O condicional catastrófico irrompe no cerne das instituições e no quotidiano das pessoas – é imprevisível, não se preocupa com a constituição e as regras da democracia, está carregado de um desconhecimento explosivo e faz desaparecer todos os pontos de referência. (Beck, 2013, p. 23).

Esta perspetiva abriu caminho para um processo experimental, em que as respostas eram inexistentes e daí justificarem medidas excecionais. Contudo, na opinião de Beck, a política de austeridade não alcançou o pretendido, mas apenas no inverso do que devia, levando à recessão económica, à baixa das receitas fiscais e aos aumentos dos custos sociais (quer sejam as especificamente do desemprego, quer sejam outras medidas de cariz assistencialista, embora que em grande parte dessas medidas se verificaram igualmente cortes nos apoios, colocando em causa o Estado nacional social (como se pode entender, por

exemplo, pelos cortes no Rendimento Social de Inserção e ao limitar o acesso a esta medida). Foi por esta via que se aumentou a dívida pública, renovando as medidas de austeridade existentes e complementando-as com outras mais rigorosas que voltam a incidir sobre o agravamento da crise. (Beck 2013, 82)

Reis acrescenta que “a austeridade, pela sua severidade e duração, a recessão pela austeridade está a causar à economia e na sociedade portuguesa lesões com um efeito duradouro. A recessão tem efeitos cumulativos. Na fase inicial de uma recessão, as famílias ajustam o seu padrão de consumo, podendo mesmo poupar mais. [...] Mas à medida que a recessão se instala, a capacidade das famílias vai diminuindo.”, pelo que qualquer folga orçamental tendeu a desaparecer e qualquer novo choque recessivo poderia ocasionar o colapso em cadeia de muitas economias familiares (Reis, 2014, p. 123). Reis vai mais longe e caracteriza a sociedades modernas atuais e considerou que elas estão marcadas pela permanente incerteza, destruindo os mecanismos de responsabilidade, tolerância e solidariedade e mesmo a capacidade de correr riscos, colocando em causa a atual capacidade de gestão de um Estado-Providência, marcada pela destruição dos mecanismos de proteção social português. (Reis, 2014, p. 245).

A ordem social e política do Estado-Nação Portugal foi posta em causa sob o desígnio de estar inserida numa Europa, com responsabilidades de participação e cooperação, mas que face aos apoios concedidos levou ao poder de exigir o cumprimento de metas orçamentais que esqueceram o social, transformando os países em máquinas com números esvaziados de pessoas.

Em Portugal, e com acompanhamento mediático acentuado, os acórdãos do Tribunal Constitucional, foram acompanhados pelos portugueses. Reis sintetizou a forma como a crise, enquanto estratégia ofensiva sobre o Estado-Providência, abriu caminho a duas perplexidades inusitadas: “primeira, a transformação do poder judiciário num dos *locus* de mais intensa politização das sociedades reféns da austeridade; segunda, a consideração de que estratégias originariamente defensivas como fundamento de alternativas progressistas.” (Reis, 2014, p. 307)

Com efeito, e no domínio da filosofia social, o neoliberalismo não responsabiliza o Estado nas questões referentes à justiça social e não lhe atribui legitimidade de implementar políticas de redistribuição do rendimento que visam a redução das desigualdades de riqueza e de rendimento, em troca de procurar mais igualdade entre as pessoas (Nunes, 2003, p. 49). Parece que ao dicotomizar a sociedade em cada vez mais ricos e pobres, estamos de regresso

a esta teoria que Portugal pareceu confirmar. Mas, neste contexto, se foi essa a percepção dos jovens, como encararam estes a igualdade de oportunidades? Ou desistiram, de forma incipiente, pela via da teoria da reprodução? Ou chamaram a si a responsabilidade de fazer pela vida, colocando-a no sistema individual, enquanto responsabilidade individual, e não do estado.

O estado de exceção foi explicado por Ferreira, com recurso a Reis, enquanto resultado de determinadas opções de política económica num contexto económico específico que tem como principal objetivo fazer regredir a despesa pública, recorrendo a medidas de redistribuição dos gastos do estado associados ao funcionamento da economia e reprodução social. Efetivamente, tratou-se de uma retórica fundamentada economicamente para “eliminar as gorduras do Estado, na caracterização dos comportamentos dos cidadãos como irresponsáveis e de que é preciso dar confiança aos mercados financeiros, consideradas as fontes de financiamento da economia.” (Ferreira, 2014, p. 118)

Ferreira justificou assim que, em virtude da separação entre a economia e a sociedade, resultou numa orientação, implicando

a reconfiguração dos fundamentos das políticas redistributivas, do papel de direito e princípios de justiça, que numa lógica economicista têm de corresponder à reforma do estado social, à responsabilização dos indivíduos pelos excessos do seu consumo e à promoção da confiança dos mercados financeiros. (Ferreira, 2014, p. 118)

É natural que os impactos das medidas de austeridade diferem em função da posição que se ocupa na estrutura social. Assim, quem tem muitos rendimentos terá um menor impacto, já quem tem poucos recursos esse impacto será mais significativo e poderá pôr em causa a sua sobrevivência uma vez que dependem dos serviços de assistência e proteção do Estado.

Segundo Ferreira, a

sociedade de austeridade capta esta dinâmica caracterizada por uma perturbação coletiva dos padrões institucionais e individuais. [...] e sustenta que a noção de austeridade se configurou como o *padrão que liga* os problemas sistémicos, predominantemente financeiros, às interpelações das organizações, famílias e indivíduos, colocados perante uma política de *requisição civil*, assente numa ética cínica que confere um carácter excecional à utilidade do social enquanto fonte de resposta à crise, mas que manifesta indiferença quanto aos danos resultantes do aumento das desigualdades, do empobrecimento e do mal-estar. (2014, p. 119)

Os conceitos de crise e austeridade são indissociáveis na análise da sociedade portuguesa no período de referência (2008-2015) em que houve muitas medidas que imprimiram marcas na sociedade portuguesa, quer institucional, quer ao nível das estruturas sociais e que poderão ter tido impacto nos jovens.

Ulrich Beck (2013) apresentou um corolário de situações estatísticas referente aos jovens com menos de 25 anos dos diversos países da União Europeia que foram marcados pelo desemprego e baixos salários (Irlanda, Grécia, Espanha). Em Inglaterra a taxa subiu de 15% para 22% desde o início da crise financeira, em 2008. O autor procedeu à descrição de vários distúrbios e salientou a manifestação do *precariado* académico, exigindo justiça social.

Beck continuou o seu ensaio e afirmou que até então a política de austeridade não apresentou quaisquer sucessos fragilizando esta política e a posição alemã, ameaçando a crise da dívida de outros países como Espanha, Itália e, em breve, talvez, França. “Os pobres ficam ainda mais pobres, a classe média está ameaçada pelo declínio e continua a não haver luz ao fundo do túnel.” (Beck, 2013, p. 78). Contudo, há que considerar que para a Alemanha houve sucessos. É necessário relativizar e balizar bem os sucessos e quais os sucessos e conquistas, bem como de quem foram os ganhos, opondo-lhes os que são sufragados como danos colaterais de uma política de austeridade neoliberal, de espeznimento dos direitos humanos, sem direito a uma perspetiva de vida condigna e vida em constante risco. Não nos esqueçamos que a Alemanha ao se transformar na *campeã*, a Alemanha registou nos anos 2010 e 2011 um crescimento económico de 3,7% e 3%, o dobro da média da EU, a taxa de desemprego baixou quase para metade e conseguiu-se até uma redução para um terço no desemprego dos jovens. (Beck, 2013, p. 81)

O invés desta moeda e política de austeridade foi que ela “universaliza o precariado”, argumentando que metade dos empregos criados se inseriam no trabalho temporário (cerca de 1 milhão), os empregos de 400 euros (cerca de 7,4 milhões), bem como nos empregos a prazo (cerca de 3 milhões), com consequências fortes nas estruturas sociais dos países em que a “fragmentação social e as diferenças entre rendimentos aumentaram, assim, rapidamente”. (Beck, 2013, p. 82)

Beck referiu que a crise da União Europeia não foi apenas uma crise de dívida, do colapso do euro, mas foi muito mais abrangente: “o colapso dos valores europeus de abertura ao mundo, paz e tolerância. [...] Até que ponto pode, deve ou tem de ser ou de se tornar a Europa solidária?” (Beck, 2013, pp. 36-37). Assim, os valores da sociedade portuguesa também poderão ter alterado e os jovens poderão, no seu quotidiano, ter sentido diferenças que se podem constituir como obstáculos no seu percurso formativo, profissional e projetos de vida. Além disso, se um dos projetos dos jovens passa pela emigração, dado que se tratou de uma crise também do euro, exceto nalgumas economias como a alemã, holandesa ou sueca, a emigração para a Europa apresentou-se como solução para os jovens?

Quanto à fragmentação social e dos mecanismos de proteção social de um Estado social, ela teve implicações negativas nas relações sociais e na confiança nas instituições políticas e noutras pessoas. A confiança entre pessoas que não se conhecem é fundamental para garantir, através da confiança nas instituições e sua abrangência e qualidade dos sistemas de proteção social, se configurar como um mecanismo de redução da incerteza no futuro. (Reis, 2014, p. 258) Assim, Portugal apresentou baixas percentagens no que se refere à confiança nas instituições políticas, comparativamente com outros países como Holanda, Noruega ou Suécia, atribuindo, sobretudo, o avale da sua confiança à polícia (43,5%), mas pouco crédito aos políticos e partidos políticos (5% e 4,5%, respetivamente). (Reis, 2014, p. 259)

Reis ainda revelou que

são as instituições mais próximas do cidadão, em que têm capacidade de participação através das eleições, que se manifesta uma substancial perda de confiança, retirando a ilação de que estamos perante uma grave crise de legitimidade do Estado. (Reis, 2014, p. 261)

A austeridade também colocou em causa a velha lei de Say cuja tese de que desemprego é sempre desemprego voluntário foi, mais uma vez refutada (Nunes, 2003, p. 23). O desemprego voluntário encontra-se hoje mais conotado a algumas medidas de proteção social, como o caso do Rendimento Social de Inserção, que do ponto de vista social, foi sempre uma medida de contornos peculiares. Contudo, as estatísticas evidenciaram a coincidência temporal entre a implementação das medidas de austeridade e as estatísticas de desemprego, bem como o aumento das despesas com a proteção social. Do ponto de vista das teses monetaristas, o modelo pré-keynesiano sustenta a tese de que “quem não encontrar emprego poderá sempre encontrar um posto de trabalho, se aceitar um salário mais baixo que o corrente. Se não o aceitar é porque prefere continuar sem emprego, optando por procurar um novo posto de trabalho”, ou preferem o lazer ao rendimento real que poderiam receber se trabalhassem. (Nunes, 2003, p. 25)

Esta conceção do desemprego voluntário poderá surgir disseminado por toda a sociedade portuguesa. No entanto, a realidade é que a desproteção social veio por a nu a real falta de postos de trabalho, quer de operários, de técnicos qualificados ou diplomados.

O modelo keynesiano justifica o desemprego involuntário, caracterizado por pessoas sem emprego desejosas para trabalhar, aceitando por trabalhar por um preço inferior ao praticado, com recurso ao conceito de «procura efetiva», em que, “se a procura efetiva não for suficiente para absorver, a um preço compensador, toda a produção, haverá desemprego de recursos produtivos.” (Nunes, 2003, p. 16).

Neste contexto ideológico, a atitude dos jovens iria pautar-se por um ano de inatividade ou será que os jovens preferiram trabalhar, mesmo que por menos dinheiro. Perante uma situação de crise, o emprego foi valorizado em detrimento das suas perspectivas salariais?

Continuando com esta lógica, Milton Friedman classificou o princípio da responsabilidade social coletiva como uma “doutrina essencialmente subversiva”. Não estavam em questão os custos da proteção social, mas sim o efeito maligno que incidiu sobre a estrutura da sociedade, debilitando os valores da família, o incentivo ao trabalho, diminuindo a acumulação de capital, bem como limitaram a liberdade individual (Friedman, 1979 apud Nunes 2003, 50). Milton Friedman, e de acordo com o ideário liberal, rejeita o objetivo da redução da desigualdade, ou seja, rejeita quaisquer medidas políticas que visam a justiça social, uma vez que elas entram em conflito com a liberdade individual. Eventualmente, à luz do neoliberalismo, que enfatiza o papel da família, acometendo-lhe muitas responsabilidades, incluindo a da “segurança social”, tornou-se pertinente analisar o papel e a dimensão familiar na relação com os jovens. Simultaneamente, coloca-se a questão como é entendida a liberdade individual por parte dos jovens? Não se trata de justificar a atualidade desta perspetiva na teoria política, mas ela ajuda na compreensão e eventual importância que assumem dois valores centrais para os jovens, num contexto marcado pela dificuldade de emancipação e autonomização. Como é que estas dimensões se articularam? Serão estas dimensões cruciais para entender os jovens, o seu *modus vivendi* ou as suas opções e expectativas?

Beck socorre-se do sociólogo francês Vincenzo Cicchelli sobre a geração jovem da Europa em que no seu estudo demonstra a Europa enquanto espaço de experiência social que representa um enriquecimento em termos de liberdade e de riqueza cultural, concluindo Beck que a geração jovem viveu a “sociedade europeia como dupla soberania: enquanto soma de oportunidades de desenvolvimento nacionais e europeias. [...] Os jovens europeus definem-se, em primeiro lugar, através da sua nacionalidade e, depois, como europeus.” (Cicchelli, 2001 apud Beck 2013, 94) O livre-trânsito, sem fronteiras e a moeda única, ofereceu-lhes uma grande mobilidade, permitindo o acesso a “uma multiplicidade de línguas, histórias, museus, cultura, gastronómicas, etc.” (Beck, 2013, p. 95). Assim, poderá ser este um trunfo, uma conquista, da própria União Europeia, que encerrava o incentivo de acesso a um outro país de modo a cumprir com os objetivos previamente estabelecidos?

Independentemente de quais os fatores que diretamente terão conduzido e a uma situação de crise em Portugal, seja a crise financeira, o colapso de bancos ou outros acontecimentos que

tivessem contribuído para a degradação financeira e socioeconómica de Portugal, houve certos autores que se dedicaram à análise do quadro estatístico de Portugal no seio da Europa e de Portugal.

De acordo com Caldas (2012), uma das principais características de Portugal desde 2000 foi o crescimento lento, bem como um défice e um endividamento *en crescendo*. Contudo, no período entre 2000 e 2007 o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma média anual de 1,4%. Assim, o défice que em 1995 era de 3,5% aceleradamente alcançou os 12,5% em 2008¹.

A transição do estímulo fiscal para a austeridade teve lugar em março 2010, tendo sido requisitado a assistência financeira à União Europeia em abril 2011 e negociado no mesmo mês o Memorandum de Entendimento com a Troika. Neste documento consolidaram-se as medidas de austeridade e ajustamento do quadro estrutural legislativo a serem alavancadas com o propósito de reduzir o défice governamental e de endividamento, recorrendo sobretudo a medidas de desvalorização interna da moeda, ou seja, ao corte de salários.

As medidas de austeridade adotadas desde então provocaram, segundo Caldas (2012), a recessão com indicadores sociais a dispararem, como as do desemprego, alcançando 15,6% no primeiro trimestre de 2012, afetando o desemprego jovem (15-24 anos) severamente ao alcançar 36,2%. Simultaneamente, os salários contraíram 3,9% entre o terceiro trimestre 2010 e o primeiro trimestre 2012.

Assim, o autor sustenta que a austeridade falhou o prometido ao constatar um défice e um endividamento público fora de controlo e referiu o conceito de *reform fatigue*² usado pelo Fundo Monetário Internacional. Mais interpretou que o descontentamento que tomou lugar não resultou de uma política alternativa emergente, mas de uma crescente alienação do público que percecionou a classe política como corrupta e desonesta. (Caldas, 2012, p. 2)

Mais sustenta que a coligação eleita prometia que os sacrifícios deviam ser para o estado e não para os cidadãos, por forma a passar ao lado do que estava consagrado no Memorandum de Entendimento, contornando dessa forma a Troika. Este entusiasmo, segundo Caldas, estava consubstanciado na perceção de que havia matéria no documento que não poderiam

¹ Tradução livre do autor: *In the period 2000–2007 Portuguese GDP increased at an annual average rate of 1.4 per cent (0.7 per cent in 2000–2011). The current account deficit, which was 3.5 per cent of GDP in 1995, quickly deteriorated under the EMU to reach 12.5 per cent in 2008.* (Caldas, 2012, p. 2)

² Tradução livre do autor: Ponto de saturação da reforma

ser proclamados abertamente, designadamente no que se referia às leis do trabalho e à privatização do Serviço Nacional de Saúde, da educação, dos sistemas de pensão, bem como outros recursos públicos.

Caldas considerou que não foi invocada nenhuma ideologia publicamente, mas foi lançada uma noção de austeridade enquanto processo técnico de cura, que teria de ser sofrida para alcançar os resultados desejados e assim ser eficaz, dado que o modelo de bem-estar atual tinha que ser redesenhado face às contingências financeiras e à evolução demográfica. (Caldas, 2012, p. 2)

O resultado mais paradoxal da austeridade prendeu-se com o seu impacto no défice que desde 2012 tem vindo a diminuir atingindo 3,6% no primeiro trimestre de 2012, quando comparado com o período homólogo em 2011. As despesas de estado, embora não tivessem alcançado o valor esperado face ao incremento das despesas de proteção social, designadamente o desemprego registou um aumento de 2,33% no primeiro trimestre de 2012 face ao mesmo trimestre de 2011. De acordo com a maioria dos analistas, nesta altura, o cumprimento do défice estipulado no Memorandum de Entendimento não seria alcançável sem medidas adicionais de austeridade³. (Caldas, 2012, p. 4)

O tradicional investimento público em infraestruturas foi congelado, acompanhado por uma redução de investimento em serviços de saúde, educação (inclusivamente corte das verbas para o ensino superior) e justiça, levando até ao fecho de alguns serviços de saúde, escolas e tribunais.

O autor Caldas lamenta não ter havido disponível dados estatísticos relativamente à distribuição de rendimentos em Portugal. Contudo, sustentou que a austeridade incidiu mais sobre os desempregados (que estão cada vez mais desprovidos de qualquer proteção social), dos jovens, dos trabalhadores do setor público e pensionistas Acrescentou ainda a inexistência de dados quanto à emigração, mas corrobora que não foram apenas trabalhadores imigrantes que estavam a deixar o País em grande número, mas também portugueses, designadamente os jovens mais qualificados abandonaram o país em massas⁴. (Caldas, 2012, p. 4) Como exemplo, segundo Reis “entre o segundo trimestre de 2010 e o

³ Tradução livre do autor: *the most paradoxical result of austerity is its impact on the government deficit. Since the beginning of 2012 government revenue has been declining (3.6 per cent in the first quarter of 2012 relative to the same quarter in 2011) and government expenditure has also decreased, although less than expected due to the increasing costs of unemployment benefits (2.33 per cent in the first quarter of 2012 relative to the same quarter in 2011) (source: Eurostat). According to most analysts the government deficit target for 2012, stipulated in the Memorandum of Understanding, will not be achieved without further austerity measures.* (Caldas, 2012, p. 4)

⁴ Tradução livre do autor: *Good updated data on migration are also not available. However, it is clear that not only immigrant workers are currently leaving Portugal in large numbers, but Portuguese natives, especially better qualified young people, are leaving the country in droves.* (Caldas, 2012, p. 4)

primeiro trimestre de 2013 foram destruídos cerca de 500 mil empregos. No mesmo período, o número total de desempregados aumentou 60% e o número de jovens desempregados (dos 15 aos 24 anos) aumentou 107%” (Reis, 2014, p. 120).

É indubitável que realizar um esforço de entendimento do global, para passar a uma análise mais local, ou seja, de uma análise macro, para micro e, baseado no método comparativo, destringir e entender as verdadeiras implicações de algo que soa tão longínquo, a Europa, mas com efeitos reais no quotidiano das pessoas, especialmente, dos jovens portugueses.

Um trabalho com incidência na análise da economia política da situação de Portugal, descrevendo o aumento dos principais indicadores de pobreza, exclusão social e desigualdades de rendimento. Assim, uma bateria de indicadores como o risco de pobreza ou a exclusão social, a linha de pobreza, a muito baixa intensidade laboral, a taxa de risco de pobreza dos desempregados ou o coeficiente de *Gini*, que na sua maioria registaram decréscimos até 2008/2009 e, de seguida, evidenciam uma tendência de agravamento após 2010. (Reis, 2014, p. 227)

O limiar da pobreza é um dos indicadores de referência para as famílias e são particularmente suscetíveis de caírem em formas agravadas de pobreza. Em Portugal, de acordo com a PORDATA, o limiar do risco de pobreza em 2014 era de 421,75€ por mês/ 5061€ por ano correspondente a 25% dos portugueses. Saliente-se que este indicador desde 2014, ano em que o valor é equiparável ao de 2010, recuperou e subiu gradualmente até 2017, indicando uma melhoria e, eventualmente, comprovando uma inversão do ciclo económico. (PORDATA, 2017)

De acordo com a OCDE, os dados sugeriram que o número de pobres estabilizou em Portugal, mas fez uma reflexão peculiar sobre os dados, referindo que a estabilização do número de pobres, com um ligeiro aumento em 2012, podia conduzir a uma interpretação errónea dado que Portugal tinha em 2012 uma taxa de pobreza de 18,7%, 0,8 pontos acima do valor de 2009 (17,9%). Os técnicos da OCDE argumentam que dado o rendimento mediano das famílias portuguesas ter descido, essa descida induziu igualmente uma descida da "linha da pobreza"⁵, pelo que não se constatava uma melhoria do seu rendimento, ou das condições de vida, antes o inverso, dado que o rendimento do universo das pessoas reduziu, confirmando a OCDE, com recurso ao uso de um limiar de pobreza fixo baseado no ano 2009, que entre 2009 e 2012 se registou um agravamento da taxa de pobreza (17,9% para 24,7%). (Aguiar, 2014)

Mais indicou que, os jovens continuam a ser a faixa etária mais afetada, com uma taxa de pobreza de 30,9% até aos 17 anos (comparativamente a 2009 em que a taxa se situava em 22,4%). Os dados também revelam um aumento significativo – de 15,7% para 23,7% - para

⁵ medida por 60% da mediana do rendimento disponível

os indivíduos entre os 18 e os 64 anos. Os idosos não sofreram agravamentos significativos da sua taxa de pobreza, reflexo, argumenta a OCDE, de não terem sido afetados pela degradação do mercado de trabalho e pelo facto dos cortes nas pensões não terem sido dirigidos a reformas de valor mais baixo. (Aguiar, 2014)

Aguiar citou a OCDE e acrescentou que

o crescimento da pobreza ocorreu maioritariamente entre a população em idade de trabalhar, bem como em crianças e jovens. Entre aqueles que têm 17 ou menos anos, quase um terço estava abaixo da linha de 60% do rendimento mediano disponível. (Aguiar, 2014)

Também a taxa de risco de pobreza em Portugal diminuiu em 7,4 pontos percentuais entre 2009 (25,4%) e 2010 (18%), antes de efetuadas as transferências sociais para as famílias. Concluiu-se que houve um desinvestimento nas transferências para as famílias entre estes anos. Sublinhe-se que a linha de pobreza relativa diminuiu entre 2009 e 2010, de 434 para 421 euros mensais. (Desigualdades, 2014)

A emigração (temporária e permanente) estava patente neste contexto de crise e ajuda a descer as taxas de desemprego de 2011, em que o INE constatou terem emigrado mais de 100 mil pessoas e, em 2012, somaram-se-lhes mais de 120 mil pessoas. (Reis, 2014, p. 121) O autor refere ainda as percentagens em função das faixas etárias consideradas (entre os 20 e 40 anos), e salienta que, em 2011, era, respetivamente, de 48% e, em 2012, a percentagem aumentou para os 57%. Note-se que a faixa dos vinte anos eram pessoas ainda assim próximas da população de jovens em análise neste trabalho e que a atitude destes poderá ter influenciado a tomada de decisões dos atuais jovens com 15 ou 16 anos, sobretudo se estiveram inseridos na sua rede de sociabilidades ou na sua dimensão familiar.

1.2. Jovens e transição para a vida adulta

A autora Idalina Conde, que se tem debruçado sobre a juventude, conclui relativamente aos jovens aquando da realização de um inquérito que:

[...] é ter-se reconhecido o carácter complexo e compósito da sua identidade, dir-se-ia mesmo uma *identidade fragmentária*, na medida em que integra, em

simultâneo, aspetos claramente distintivos do perfil sociocultural dos jovens e outros que não diferenciam as gerações. (Conde, 1990, p. 691)

Esta frase estabelece, à partida, a complexidade de análise da juventude, enquanto conceito operatório, dado que a identidade juvenil pode incluir alguns elementos de diversas esferas que os diferenciam e, por outro lado, incorporam traços que lhes imprime alguma homogeneidade e permite caracterizá-los enquanto jovens.

Nas teorias da juventude encontramos a corrente “geracional”, em que se admite que esta possa encontrar duas tendências: “uma que consiste em receber o vivido (ideias, valores, instituições, etc.) da geração antecedente; outra que deixa fluir a sua própria espontaneidade” (Pais, 1990, p. 163). José Machado Pais acrescenta que umas gerações se demarcam pela forte homogeneidade e “outras gerações sentirão uma forte heterogeneidade entre esses elementos – sendo próprias de épocas atravessadas por conflitos ou descontinuidades intergeracionais.” (Pais, 1990, p. 163), abrindo caminho para a ideia de que poderá haver diferenciação entre as gerações, permitindo identidades diferenciadas, sobretudo num contexto de conflitos ou descontinuidades. Em análise neste trabalho encontra-se um período (2008 – 2009) que pode ser considerado nesses termos, face às greves, às diversas formas e manifestações de descontentamento, como foi o caso de setembro 2012⁶ ou, simplesmente, baseando-nos em dados estatísticos, que vieram confirmar uma retração económica.

Idalina Conde também concluiu que existem eixos “polarizadores dos maiores consensos no domínio dos interesses e investimentos juvenis e que, afinal, estabelecem uma continuidade entre a sua identidade social e nacional” (Conde, 1990, p. 691), referindo-se às manifestações culturais, artísticas, desportivas e técnico-científicas e à convivialidade. Este aspeto levanta uma questão pertinente no que à sua identidade nacional diz respeito, sobretudo num momento em que a nação está a ser intervencionada pela Troika e por um discurso sociopolítico que fez vacilar as estruturas sociais e institucionais. Assim, de que parte da identidade social do jovem, dos seus sistemas, terá sido dada continuidade ou, melhor, quais terão sido as repercussões dessa identidade nacional na identidade social do jovem?

Pais (2003) abordou os projetos e trajetórias dos jovens numa análise sistémica sobre a transição para a vida adulta, referindo dois modelos distintos na conceção do curso de vida:

⁶ Foram várias as manifestações a nível do país que ocorreram a 15 de setembro 2012, em que a Troika já tinha obrigado a implementação de várias medidas de austeridade, designadamente com o orçamento de estado de 2010. Foram várias as notícias que registaram as manifestações, uma delas em: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/manifestacao-de-15-de-setembro-tera-sido-a-maior-desde-o-25-de-abril/>

um caracterizado pelos jovens que definem estratégias de mobilidade ascensional, orientadas para o futuro, que alimentam “carreiras subjetivas” mais ou menos consistentes e com alguma probabilidade de concretização; e outro mais orientado para um futuro instantâneo e de usufruto do presente, desenvolvendo um trajeto sem grandes projetos, antecipando o futuro provável, aceitando o que o “destino” lhes oferece (Pais, 2003, p. 235). A definição destes projetos, ou a sua ausência, constituem-se como reflexo das práticas quotidianas juvenis e dos contextos de socialização. Decisões como “abandonar a escola, arranjar um trabalho, estar sem fazer nada” são consequência da sua cultura, “dos seus mapas de significação e de valores”, pelos quais atribuem sentido às opções que fazem (Pais, 2003, p. 237)

Existem determinados momentos na vida que Pais designou de “marcadores de passagem para a chamada idade adulta” e que surgem associados à independência monetária, ao casar, à assunção de despesas conjugais, ou nascimento de um filho. Estes momentos continuam certamente a serem valorizados, mas já não sugerem estar necessariamente vinculados a uma determinada idade. (Pais, 2009, p. 371)

Também Conde revelou esta problemática de balizar a juventude enquanto geração social, e corrobora haver uma tendência no sentido do “declínio das formas de solidariedade geracional e do surgimento de modelos de identificação social difusa.” (Conde, 1990, p. 691), pelo que a identidade do jovem se parecem revestir de formas diferenciadas e de incorporação de modelos de referência distintos e concluiu que a juventude passa a “confrontar-se com a experiência da sua endógena heterogeneidade.” (Conde, 1990, p. 691)

Assim, as representações dos jovens de si mesmos representam-se difusos, estando implícita uma maior autonomia no processo de desenvolvimento identitário dos jovens, em que estes podem valorizar determinados aspetos do seu eu à medida que vão visitando diversos sistemas sociais. Contudo, o mercado de trabalho é o sistema que lhes permite dar, ou não, um salto qualitativo nos seus projetos de vida e definição identitária, sendo o insucesso de inserção neste considerado um revés nas outras dimensões.

Os jovens têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho e, de acordo com o estudo apresentado pelo INE, no seu boletim das Estatísticas do Emprego – 3º trimestre de 2014, a taxa de desemprego entre os jovens dos 15 aos 24 anos passou de 16,7% para 38,1%.” Também o Eurofound (2014, p. 8) revelou que mais de metade dos jovens portugueses, com idades entre os 18 e os 29 anos, ainda viviam em casa dos pais. Embora não fosse feita uma conotação causal, deixando margem para o facto de se tratar de uma opção do jovem ou

devido à ausência de alternativas, não deixou de mencionar que Portugal foi dos países onde houve também mais jovens a experienciarem a privação, conforme o a figura intitulada “Experiência de privação grave, 2007 e 2011”⁷ (2014, p. 11), tendo o seu valor aumentado de 20% (2007) para 37% em 2011.

Estes dados constituem-se como reveladores de dificuldades não só no âmbito do sistema familiar, mas testemunham que os jovens perpetuam a sua estada em casa dos pais, sobretudo próximo da faixa dos jovens que estão em análise neste trabalho. Esta situação coloca entraves sérios à juventude, uma vez que não permite a entrada noutros sistemas sociais, prolongando a sua estadia em casa dos pais, o que permite concluir que existe “a possibilidade de, entre os jovens, os ritos de passagem estarem a ceder lugar a ritos de impasse.” (Pais, 2009, p. 371).

Machado Pais refere que “No caso dos jovens, temos assistido a uma crescente reversibilidade das trajetórias para a vida adulta (emprego/desemprego; casamento/divórcio; abandono/ retorno à escola ou família de origem), o que me levou a propor o conceito de *yoyogeneização* da condição juvenil” (2009, p. 373).

Os marcadores da transição para a vida adulta concediam ao jovem a aquisição do estatuto de adulto, num contexto de representação social genericamente aceite. É certo que estes momentos se constituem de acordo com a vontade subjetiva, com o reunir de sinergias que conduzem o jovem a tomar determinados passos. No entanto, quanto ao estabelecimento de limites de idade para concretizar esses mesmos passos, e de confirmação da condição adulta, a definição dessa idade tem vindo a alterar-se. Repare-se que nos bancos é-se considerado jovem até aos 26 anos de idade. Do ponto de vista legal atinge-se a condição de adulto e de acesso a direitos que definem o cidadão adulto a partir dos 18 anos. Por outro lado, do ponto de vista da responsabilidade criminal, a imputabilidade penal esteve recentemente em discussão pública, pretendendo-se aumentar a idade de imputabilidade para os 18 anos, sendo atualmente de 16 anos, como estabelecido no Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, com as sucessivas atualizações até à mais atual, a 36.ª alteração por força da Lei n.º 30/2015, de 22 de abril.

Assistimos, aparentemente, a um prolongamento das fases de vida e uma alteração da consciência do que representa hoje ser jovem, dado que assentam em critérios e aspetos

⁷ Tradução do autor de: “*Experience of serious deprivation, 2007 and 2011*” (2014, p. 11)

diferentes, dando à juventude de hoje um estatuto de “geração vanguarda”, donde se esperam coisas inovadoras. (Pais, 2009, p. 373)

Atualmente, parece verificar-se uma padronização da situação de impasse vivida pelos jovens em relação ao seu futuro. Parece que não se concretiza plenamente a transição simbólica da juventude para a idade adulta, marcada pela forte precariedade que estes experienciam, condicionando as suas trajetórias de vida e impossibilitando a sua autonomização (quer financeira, habitacional ou profissional) (Pais, 2009).

Consequentemente, o autor conclui que:

as trajetórias de vida são singulares, mas inscrevem-se em regularidades que têm marcas culturais. As fases de vida – e as representações que delas têm – são uma clara expressão dessas regularidades. [...] Com efeito, os arranjos de transição alinham-se cada vez mais com estratégias de autonomização, na esteira das teses de individualização. (Pais, 2009, p. 379)

Ficamos com a percepção inequívoca que aos indivíduos lhes são acometidas responsabilidades individuais no que concerne ao seu percurso, ou seja, na construção da sua trajetória de vida e passagem às fases seguintes. Contudo, Pais esclarece e adianta que “se há idades normativas para ser jovem, adulto ou idoso e se há um reconhecimento social dos marcadores de passagem de uma a outra fase de vida, também é certo que a realidade dos factos questiona as normas que os tentam regular.” (Pais, 2009, p. 379)

Apenas o questionamento das idades normativas para se cumprir com determinados marcadores sociais não parece ser suficiente, adiantando Pais que “A anormatividade surge a outro nível – ao das expectativas de transição para a vida adulta. Para muitos jovens, as dificuldades de emprego e o desequilíbrio no mercado matrimonial geram problemáticas situações de impasse.” (Pais, 2009, p. 380)

Eis aqui um termo chave, revelando um ímpeto de cariz mais subjetivo no que concerne à transição para a vida adulta. São as expectativas associadas a dúvidas e condições existenciais, marcadas pela incerteza e incapacidade de planear, deixando o jovem desorientado. Privado de um sentimento de um horizonte temporal passível de ser controlável, permitindo a realização de escolhas fundamentadas e com uma maior certeza quanto aos resultados. Assim, os ritos de impasse, prendem-se também com a incerteza do futuro e do que ela reserva.

É desta incerteza, do receio do futuro, da canalização de esforços para alcançar determinado objetivo e, eventualmente esse não ser alcançável que abrem caminho a sentimentos de frustração, de raiva, de insatisfação generalizada que pode resultar na anomia podendo

“originar condutas violentas, envolvendo pessoas incapazes de vislumbrar um futuro, como acontece com alguns jovens ou minorias marginalizadas.” (Pais, 2009, p. 380)

Mais uma vez o autor incidiu no plano subjetivo ao referir os sentimentos e as implicações para a conduta humana. Os jovens poderão estar, de facto, a viver uma descrença em relação ao futuro, que marca esta geração estigmatizada pela austeridade, uma geração com uma esperança comprometida, frustrada e desesperada. Se o entendimento dos jovens é esse, se lhes é permitido pensar assim, então a afirmação seguinte poderá ter substância

O que prevalece é uma ideologização de motivações fermentada por frustrações. Ou seja, o pano de fundo parece ser tecido por urdiduras de descontentamento, em encruzilhadas de impasse. [...]. Estamos perante ritos de impasse que acabam por preencher vazios de trocas simbólicas e ritualísticas que, em sociedades tradicionais, constituíam modelos consistentes de construção de identidade juvenil, inscrita em processos concertados de transição para a vida adulta. (Pais, "A Juventude como Fase da Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse", 2009, pp. 380-381)

Perante a ausência de processos concertados de transição para a vida adulta e de modelos consistentes de construção de identidade juvenil, os jovens encontram-se numa encruzilhada em que perderam a orientação e ficam sujeitos a novas estigmatizações e subjugados a uma sociedade que não deixa de lhes impor algumas normas, por exemplo, ao matrimónio ou a ida à tropa.

Isto levanta várias questões, uma vez que as situações de impasse podem estar a ser socialmente criadas ou condicionadas, pelo que é imperativo uma análise da relação destes atores sociais com as instituições (escola e entidades formativas), que são o cerne das estruturas sociais.

No entanto, os jovens não são produto de medidas univariadas, nem solidamente previsíveis, pelo que para se entender os jovens é necessário proceder a uma análise das várias dimensões e contextos sociais com que contactam. Essas zonas de contacto podem influenciar, moldar e mudar a sua conduta, optando por percursos alternativos inicialmente imprevisíveis, provocando ruturas no seu processo de socialização.

Fixar normativamente as condutas dos jovens em função da sua idade ou de outras características, como por exemplo, geográficas, é menosprezar a sua capacidade de adaptação, de predisposição ao risco, de inovação e improvisação, pelo que é imprescindível um conhecimento mais holístico daquilo que são as suas subjetivações, representações e outros significativos que vão sucedendo ao longo do seu processo de socialização, marcado por instituições, individualidades, contextos sociais e experiências diversas.

Parece-me pertinente por isso, questionar como os jovens se pensam e posicionam perante a sociedade, como entendem e avaliam o seu percurso formativo e as suas opções de vida, quais as suas aspirações e receios.

Em síntese, um grande dilema patenteia-se com o termo de identidade enquanto critério operatório e a resultante da simbiose deste critério com a passagem à condição de adulto, que habitualmente se manifesta na transição para a vida ativa, a inserção no mercado de trabalho ou com a autonomização/ emancipação em relação à família. Atualmente, verificam-se inúmeros casos em que a transição para o mercado de trabalho se dá muito tardiamente, observando-se pessoas com idades superiores a 30 anos que ainda se encontram a residir em casa dos pais e não têm fonte de rendimento, ou mesmo jovens casais que permanecem a viver em casa dos respetivos pais ou sogros.

1.3. Família e capital social

G. H. Mead (1937) propõe o conceito de “outro generalizado”, conotando este conceito a fases de formação do “self”. Designadamente interessa a última fase, a fase do jogo, que considera a aquisição da personalidade, sendo este o momento em que ela começa a ser delineada. As crianças começam a aprender a funcionar dentro de um grupo organizado onde têm um papel específico. O primeiro grupo é o da família.

Neste contexto começa a ganhar corpo o conceito de “outro generalizado” que é equivalente a toda a comunidade, é uma organização das atitudes dos que estão envolvidos no mesmo processo. Segundo Mead, a capacidade de se investir do papel do “outro generalizado” é importante para o desenvolvimento do “self”. O indivíduo tem de adotar as atitudes do grupo social organizado ao qual pertence, a atividade social organizada, cooperativa, na qual esse grupo está envolvido, para desenvolver de forma completa o «self». Assim, os indivíduos são capazes de perspetivar a comunidade como um todo e assumi-la quer a ela própria, quer às suas normas, crenças e valores. Ora o que estará em causa é exatamente a aquisição destes valores, destas crenças e normas num momento crucial em que os jovens formam o seu

“self”, nos processos de identificação que estabelecem, sobretudo com os seus progenitores, mas igualmente com os seus amigos e colegas.

Neste sentido, torna-se inequívoco que a família, enquanto primeira instância socializadora, é também um contexto fundamental de suporte ao pleno desenvolvimento dos jovens.

Como referiu Cairns (2011)

Foi estabelecido noutra lugar que os pais geralmente fornecem um alto nível de apoio aos seus filhos durante a transição para a idade adulta. Estudos anteriores revelam que a generosidade dos pais pode ser frequente e adotar formas diferenciadas. Estudos em Portugal mostraram igualmente que os pais, ao contrário de parentes, são a principal fonte de apoio, sendo esse apoio muitas vezes seguido de uma dinâmica de género. Com tantos jovens residindo na casa dos pais por tanto tempo, torna-se necessário fazer perguntas sobre suas vidas domésticas, a saber, o que esses jovens realmente fazem, ou não, enquanto moram em casa?⁸ (Cairns, 2011, p. 16)

Uma perspetiva mais académica é-nos fornecido por Sebastião (2008), fazendo referência a Bourdieu em que “a família é um princípio de construção da realidade social, [...] e esse princípio de construção é ele próprio socialmente construído e comum a todos os agentes socializados de uma certa maneira” (Sebastião, 2008, p. 285). Este autor conclui que “é no espaço social [das classes] que se estruturam os modelos de perceção e de ação dos agentes sociais, constituindo o grupo doméstico de origem um agente mediador central entre a estrutura social e os modos específicos de produção dos quadros de disposições individuais, devendo estas ser vistas como o resultado de variações estruturais do habitus de classe. Deste modo, além de espaço de reprodução biológica, a família é sobretudo o lugar privilegiado de reprodução social e cultural realizada no quadro de constrangimentos produzidos pelos sistemas cultural e social.” (Sebastião, 2008, p. 285)

Idalina Conde vem corroborar a tese de que em contexto de agravamento económico são debitadas às famílias novos esforços e conseqüentemente, podem vir a desenvolver novos afetos e novas solidariedades intergeracionais. A autora enfatiza que sobretudo em momentos de maiores dificuldades dos jovens, a família possa participar num

⁸ Tradução livre do autor:

It has been established elsewhere that parents often provide a high level of support to their offspring during the transition to adulthood. Prior studies show that parental largess can be frequent and come in different forms. Studies in Portugal also show that parents, as opposed to extended kin members, are the main source of support, with this support often following gender dynamics. With so many young people residing in the parental home for so long, it becomes necessary to ask questions about their domestic lives, namely what it is that these young people actually do or not do while living at home? (Cairns, 2011, p. 16)

processo de negociação social difusa, protegendo e defendendo o valor dos seus herdeiros. Em síntese, permanecendo como referência prioritária para os jovens, a família adquire hoje também um valor de refúgio, ... (Conde, 1990, p. 690).

Assim, podemos concluir que é revelador que os contextos de origem interferem, embora não ditem, um determinado percurso ou quadros de referência individuais, mas são resultado de várias condicionantes (de reprodução social e cultural) dentro de um sistema familiar que internamente produz constrangimentos pelos sistemas cultural e social. Consequentemente, a abordagem de Cairns no que se refere à autonomização dos jovens, pode ser revelador de processos negociais no seio da estrutura familiar.

De acordo com o trabalho realizado por este Cairns (2011), em que analisa os efeitos da crise no que concerne à transição para a autonomia habitacional e, por essa via, contrapõe jovens a viver com os pais e jovens autónomos, torna-se evidente um forte apoio parental ao mesmo tempo que os jovens têm um elevado grau de autonomia, quer estejam a viver ou não com os pais. Um dos principais resultados de jovens a residir em casa dos pais prende-se com o acesso a uma viatura. De facto, constata haver diferenças residuais entre as duas categorias de jovens, exceto no que concerne à questão do acesso à viatura. Assim, nos outros itens, como o acesso ilimitado à internet ou ter a possibilidade de convidar amigos, embora a sua pontuação tenha sido significativamente superior, não são estatisticamente significativas. (Cairns, 2011, p. 14)

Parece haver aqui uma supremacia do individualismo, permitindo ao jovem, mesmo que em casa dos pais, prosseguir a sua vida com uma certa autonomia que, pelo outro lado, para além de um apoio dos pais, representa antes uma elevada permissividade para usar recursos da família, enquanto família.

Um resultado que merece particular atenção tem a ver com o facto de 70% dos jovens respondentes indicarem que a crise teve impacto negativo quanto à sua autonomização habitacional, sendo que 59% declaram que perspetivam continuar a residir no seu atual local de residência devido à crise, ou seja, em casa dos pais. (Cairns, 2011, p. 18) O autor vai mais longe ao justificar que esta atitude é percecionada pelos jovens como sendo “racional” ou “estratégico”, permitindo poupanças para eventualmente comprar uma casa ou para ter mais dinheiro disponível para o consumo (próprio ou não) ou manutenção do estilo de vida. (Cairns, 2011, p. 20)

O autor reforça haver uma conexão explícita que os jovens fazem entre a economia portuguesa, a sua possibilidade de encontrar um emprego estável e a sua perspetiva de ter casa própria. É de sublinhar que este relacionamento causal ocorre independentemente dos

contextos sociais dos inquiridos, o que reforça que estes dados se devem essencialmente à consciência dos jovens quanto à situação económica do país e das suas perspetivas de futuro serem ofuscadas.

Cairns sublinha a característica das famílias prestarem apoio aos seus filhos e corrobora com isso como sendo uma opção racional em permanecer em casa dos pais face a um mercado de trabalho hostil e um mercado habitacional que não corresponde às suas necessidades. Neste contexto menciona que a escolha de permanecer em casa dos pais terá legitimação cultural devido ao facto de ser uma experiência geracional partilhada.

No entanto, não será de questionar igualmente como esse convívio decorre? Não haverá aspetos conflitantes, designadamente quando todos os elementos da família precisam do mesmo recurso, como o carro, por exemplo? Como será isso negociado?

Também é importante referir que a família, em caso de dificuldades, pode optar por não fazer sentir ou passar essas dificuldades aos seus filhos. Aqui a seletividade de informação quanto à situação concreta e real da família pode vir destorcer a realidade perspetivada pelo jovem, assumindo os pais um maior sacrifício.

Igualmente, deve considerar-se que a família ocupa um determinado lugar na sociedade e que esse contexto social, para além de os determinar enquanto família, também resvala para o seu(s) filho(s) ou filha(s). Esse contexto social já foi manipulado e criado pelos pais, dentro de alguma margem de autonomia e emancipação, pelo que detêm algum poder seletivo na forma de socialização da criança, escolhendo que regras transmitir, que escola frequentar ou de que forma atuar perante dificuldades financeiras ou familiares. Ou seja, se por outro lado, em circunstâncias abastadas de uma família, ela pode ser promotora de oportunidades, por outro lado, ela pode inibir oportunidades, sendo que, neste último caso, as instituições ganham uma maior importância para suprir eventuais dificuldades e garantir a igualdade de oportunidades aos jovens, primeiramente o ensino.

Neste contexto do *status* da família, Nogueira chega a criticar Boudon na medida em que este afirma que a família se constitui como referência social, do qual Nogueira discorda e destaca-se afirmando que “os indivíduos não têm, necessariamente, como referência o status social a ser alcançado, o status social da família” (Nogueira, 2013, p. 77). Mais acrescenta que “é plausível imaginar que múltiplos e, às vezes, contraditórios grupos de referência influenciam, simultaneamente ou não, a definição individual do valor do benefício escolar” e abre margem para uma redefinição do que pode ou não ser considerado benefício referindo-

se a Reay *et al* e Ball *et al* sintetizando que “em certos casos (sobretudo entre grupos minoritários e socialmente marginalizados), os atores podem priorizar o benefício psicológico proporcionado pelo sentimento de estar entre iguais, num ambiente onde é possível sentir-se adaptado”. (Nogueira, 2013, p. 77)

Dayrell reforça igualmente a ideia da família e sobretudo expõe uma relação recíproca ao analisar discursos dos jovens e menciona que é recorrente a ideia da ajuda à família, “no sentido de retribuir o apoio dos pais, dando-lhes uma condição de vida melhor. [...] a própria trajetória escolar é muito relacionada ao incentivo da família, a partir do discurso de que os filhos deveriam estudar para não passar as dificuldades dos pais” (Dayrell, 2013, p. 71). Este aspeto alerta para as várias dimensões de análise necessárias nas entrevistas, sendo importante captar os discursos dos jovens para perceber as suas motivações, constrangimentos de origem, da sua condição social, dos recursos disponíveis e “o contexto no qual a condição juvenil é vivenciada” (Dayrell, 2013, p. 71).

Aqui, também Sebastião reforça que “a escola enquanto espaço de interação e socialização institucional confronta-se com a família, já que concorre com esta no que respeita à estruturação dos quadros de disposições das crianças, fazendo-o frequentemente de forma contraditória com a família, pois o processo de socialização escolar é marcado por agentes e sistemas de regras diversos dos familiares.” (Sebastião, 2008, p. 285)

Retomando, temos vindo a focar a individualidade e que o jovem desenvolve também a sua autonomia e se emancipa através do «self», através dos processos de identificação com os outros, entendendo-se que existe uma capacidade de compreensão, racionalidade, emancipação e autonomia do jovem.

Pais usa uma figura interessante para esclarecer a individualidade

num cenário de forte reivindicação de direito ao uso livre do corpo, a cidadania problematiza-se cada vez mais nos domínios do self e da sexualidade, refletindo a individualização da cultura. Como sustenta Giddens [...] “os assuntos de política de vida fornecem a agenda central para o institucionalmente reprimido” [...]. Os direitos mais apelativos são os que interferem com o bem-estar individual, como é o caso dos direitos do consumidor ou dos que se centram em questões relacionadas com o género, a sexualidade, os estilos de vida, a qualidade da mesma. (Pais, 2005, p. 55)

Estamos perante duas ideias-chave, o da individualização da cultura, ou seja, o direito à individualidade de cada um, aos seus gostos, a sua forma de estar e ser, bem como, por outro lado, correspondendo à segunda ideia-chave, a afirmação que são exatamente essas as questões que são mais reprimidas institucionalmente. Assim, até que ponto a família apoia

os projetos individuais dos seus filhos, bem como a sua individualidade? De que forma ocorrem neste domínio as negociações do curso, do trajeto e projeto de vida?

Segundo Cairns, famílias ainda servem de portos de abrigo para os jovens. Mas e se devido às circunstâncias de diversa ordem se esteja a forçar a autonomização dos jovens (por exemplo, financeiro, dado o contexto de crise)?

E os amigos? As amizades constituem-se como “outros significativos” e sobretudo o/a namorado/a (outro significativo com papel preponderante) pode assumir um papel relevante nas opções dos jovens. Atendendo a que estão inseridos em determinados grupos, seja de amigos, escola, clube ou associação que frequentam, a troca de subjetividades, nestes processos de identificação, que podem ser de maior ou menor envolvimento emocional, será que ocorrem alterações de perspetiva que condicionam a decisão previamente estabelecida ou futura? Até que ponto é que os jovens instrumentalizam os seus amigos e para além de serem amigos, até que ponto não se constituem como recurso, quer na satisfação das suas necessidades emocionais, da necessidade de convívio, de reconhecimento mútuo, de fazer parte da sociedade?

Assim, entramos na discussão sobre o capital social, dimensão analítica pertinente e correlacionada com a corrente do interacionismo simbólico e de importância no presente trabalho. A compreensão da importância das redes permite aceder à forma como os jovens usam as suas redes de conhecimento, quer para o seu apoio individual, quer como instrumentos de pertença a um grupo, antecedida por processos de identificação. Até que ponto os jovens usam a sua rede de sociabilidades e de que forma?

O conceito de “capital social” tem suscitado controvérsia nas ciências sociais, encontrando-se perspetivas diversas acerca do que tal conceito significa e do modo como deve ser usado para interpretar a realidade social. O capital social parece reunir um conjunto de elementos tangíveis que mais contam na vida quotidiana das pessoas, como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família, podendo assumir a forma de valor económico acrescentado nas redes sociais.

Pierre Bourdieu (1986) considera que este seria um dos tipos de recursos que os indivíduos e os grupos sociais dispõem. Outros recursos são o capital económico, simbólico, histórico e cultural. O capital social é, segundo Bourdieu, o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. O capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo. É a base de um processo

de acumulação que permite às pessoas bem-dotadas e situadas terem mais êxito na competição social. A ideia de capital social remete aos recursos resultantes da participação em redes de relações mais ou menos institucionalizadas e de reconhecimento mútuo. Assim,

o volume do capital social possuído por um determinado agente depende, portanto, da rede de conexões que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (económico, cultural ou simbólico) possuído por cada um e aos quais ele está ligado. Isso significa que, mesmo que seja relativamente irreduzível ao capital económico e cultural de um determinado agente, ou mesmo ao conjunto de agentes aos quais ele está ligado, o capital social nunca é completamente independente dele, porque estabelece trocas de reconhecimento mútuo que pressupõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade objetiva e tem um efeito multiplicador em relação ao capital que ele possui individualmente.⁹ (Bourdieu, 1986, p. 51)

O capital social surge como uma quase-propriedade do indivíduo, visto que propicia, acima de tudo, benefícios de ordem privada e individual, permitindo-lhes, por isso, o acesso a informação, profissões, favores, benefícios institucionais. Poder-se-á dizer que o conceito de capital social de Bourdieu surge como uma estratégia de classe, com carácter instrumental (da mesma forma que o capital económico ou o capital cultural) com que os atores racionais o utilizam, tendo em vista a manutenção ou o reforço do seu estatuto ou poder na sociedade.

Por conseguinte, a definição de Bourdieu assenta num conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do facto de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos.

Putnam, por seu turno, e numa perspetiva diferente da de Bourdieu, salienta que uma comunidade ou uma sociedade geram acumulações significativas de capital social. Proporcionam redes sociais de compromisso cívico, que incitam a prática geral da reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua. Este autor refere-se, assim, a aspetos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo. (Leis & Cavalcante, 2019, p. 62)

Na visão de Putnam, a dimensão política sobrepõe-se à dimensão económica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A “performance institucional” está condicionada pela comunidade cívica (Putnam, 1995, p. 1), sendo de

⁹ Tradução livre do autor: *The volume of the social capital possessed by a given agent thus depends on the size of the network of connections he can effectively mobilize and on the volume of the capital (economic, cultural or symbolic) possessed in his own right by each of those to whom he is connected. This means that, although it is relatively irreducible to the economic and cultural capital possessed by a given agent, or even by the whole set of agents to whom he is connected, social capital is never completely independent of it because the exchanges instituting mutual acknowledgment presuppose the reacknowledgement of a minimum of objective homogeneity, and because it exerts a multiplier effect on the capital he possesses in his own right.*

considerar que os principais benefícios revertem para o indivíduo e a coletividade (Putnam, 1995, p. 3).

Para James Coleman o capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade, mas uma variedade de entidades, tendo duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social. Coleman procura estabelecer a “ligação entre capital humano e capital social, demonstrando como a presença de capital social no âmbito familiar pode ajudar no maior acúmulo de capital humano por parte dos jovens pertencentes a essas famílias” (Leis & Cavalcante, 2019, p. 59). Assim, inspirado na teoria da escolha racional, acreditava que os intercâmbios sociais seriam o somatório de interações individuais e define o capital social pela sua função, considerando-o uma variedade de diferentes entidades que compartilham aspetos das estruturas sociais facilitadoras de certas ações dos atores (pessoas ou grupos) (Bonamino, Alves, & Franco, 2010, p. 490), colocando assim ênfase nos resultados obtidos através de interação próxima (optando aqui por uma relativa proximidade com o interaccionismo simbólico), fundamentado com o capital humano e esclarece que “a presença do capital social é considerada vital para transferir o capital humano dos pais para os filhos: se o capital humano possuído pelos pais não é complementado pelo capital social enraizado nas relações familiares, o capital humano dos pais torna-se irrelevante para o crescimento educacional dos filhos.” (Bonamino, Alves, & Franco, 2010, p. 491).

Mark Granovetter considera que as ações económicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais (*embeddedness*). As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes económicos (Granovetter, 1985, p. 487). Granovetter critica as duas visões do comportamento económico: a visão neoclássica, que ele qualifica de subsocializada, visto que percebe apenas os indivíduos de forma atomizada, desconectado das relações sociais; e a estruturalista e marxista, que ele qualifica de supersocializada, porquanto os indivíduos são considerados em dependência total dos seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem. O capital social seria, por conseguinte, um bem público e um bem privado, ao mesmo tempo.

Esta breve revisão de algumas das mais relevantes definições de capital social permite enunciar um conjunto de aspetos que podem ser relevantes no contexto do presente trabalho, uma vez que, não há consenso quanto ao conceito. A sua definição está envolta em conceções

diferentes que se tentam compatibilizar com os processos das relações sociais, encontrando-se apenas alguns aspetos em comum e que interessam referir:

- o capital social é fonte de recursos;
- pode constituir-se com um conjunto de normas, instituições e organizações;
- está sujeita a interpretações constantes por parte dos agentes, configurando-se como uma reinvenção do papel das normas e valores que desempenham na vida social e, por conseguinte, é um termo em constante revisão e mutação, com tónicas diferenciadas.

Parece haver consenso entre os autores quanto à importância do contexto, na definição das variáveis e fatores do capital social: reconhece-se que o capital social não pode ser isolado do seu contexto social. Já se referiu aqui Bourdieu em relação ao sistema familiar, por exemplo. A eventual força da noção de capital social está no facto de se originar e ter impacto numa série de comportamentos humanos e atividades sociais devidamente contextualizados, ou seja, está fundado em relações sociais e nos seus respetivos contextos.

O capital social refere-se, então, a redes de relações que propiciam o fluxo e o intercâmbio de informações; criam espaços nos quais a comunicação pode ter lugar, o que é uma função-chave para sistemas sociais ricos em capital social, uma vez que permitem o acesso a informação, opiniões e conhecimentos que sejam compartilhados. O sentimento de pertencer ao grupo (identidade de grupo) é fundamental na definição do capital social; passando-se, assim, de uma identidade baseada no conhecimento a outra fundada no sentimento de pertença.

Outra característica do capital social é a sua definição estar em constante mutação. Assim, poder-se-á conceber o capital social como um somatório de recursos inscritos nos modos de organização cultural e política da vida social de uma população. O capital social é um bem coletivo (mas também individual, como referido na aceção de Bourdieu, o que faz que esta questão dependa dos contextos) que garante o respeito de normas de confiança mútua e de compromisso cívico; ele depende diretamente das associações horizontais entre pessoas (redes associativas, redes sociais), das redes verticais entre pessoas e organizações (indo além das mesmas classes sociais, das pessoas da mesma religião, dos membros do mesmo grupo étnico), do ambiente social e político em que se situa a estrutura social.

De acordo com Abrantes (2003), os jovens provenientes das novas classes médias, dispõem de recursos diferentes dado o seu contexto ser diferente quando, de uma noção de espaço diferenciada e com contacto mais próximo com a cultura erudita, são portadores de

referenciais próximos da cultura escolar (Abrantes, 2003, p. 74). Assim, assistimos a uma bipolarização de jovens: os que, por um lado, aspiram à excelência e investem conseqüentemente muito na escola; os que, pelo outro, preferem integrar-se noutras atividades, dentro ou fora da escola, obtendo resultados suficientes para passar o ano.

Os capitais económicos, culturais e sociais que as crianças herdam da sua família e do seu meio social são fundamentais na definição do seu percurso de escolaridade, quer nas possibilidades objetivas de obterem altas classificações e, quer nas formas subjetivas de conceber, estar e agir no mundo escolar. (Abrantes 2003, 73)

Aqui se reitera a ideia de que os contextos de origem correspondem à socialização primária desempenhando um papel fundamental e, por conseguinte, os seus recursos e condições ditam modos de vida diferenciados em função da sua classe social. (Abrantes 2003, 73) É indubitável que a dimensão familiar é uma dimensão a explorar e analisar. Até que ponto existem relações de reciprocidade e interdependência entre o jovem e sua família? Afinal, para os jovens, quem são os seus significativos quais dão importância para trilhar o seu caminho, designadamente numa época turbulenta e de instabilidade legal face ao contexto de crise?

1.4. Escola e formação

A escola é, reconhecidamente, uma instituição fundamental no processo de socialização dos jovens e nos processos de construção das suas identidades, dos seus projetos de vida e das suas expectativas. É uma instituição investida socialmente da missão de formar os jovens e, em sentido mais lato, assegurar a sua inserção nas diversas esferas da sociedade: nas novas famílias, na esfera política e da cidadania, no mercado de trabalho. Esta última esfera tem sido um argumento-chave na formulação de críticas ao sistema de ensino, dada a dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Neste ponto importa indagar a eficácia e eficiência da orientação dos alunos e, conseqüentemente, a seriação destes no próprio sistema educativo. Até que ponto é que o sistema de educação promove uma transição efetiva para o mercado de trabalho? De que

modo são geridas, pelo sistema de educação, as perspetivas da sua empregabilidade? A escola preocupa-se em gerir as expectativas dos jovens e dar-lhes alternativas formativas?

Com efeito, o sistema educativo proporciona percursos diferenciados aos jovens e pretende que cada jovem se reveja num desses percursos que mais se adequa às suas necessidades. Assim, para além do ensino regular, existem escolas noturnas, escolas profissionais e cursos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) que possibilitam trajetórias dos jovens diferenciadas. Contudo, estas alternativas ao ensino regular representam tentativas de fazer adequar os diversos perfis às necessidades do mercado de trabalho e daí entender-se a posição de Pais que salienta que os currículos alternativos podem ser uma resposta a uma situação de particular dificuldade em que “os contextos da ação humana são tudo o contrário: frequentemente inacessíveis, não determinísticos, dinâmicos, não discretos. Ou seja, as políticas de juventude têm por objeto uma realidade complexa: não apenas porque as trajetórias dos jovens são complexas, mas porque elas decorrem em terrenos labirínticos.” (Pais, 2005, p. 64). Pelo que se entende aqui a criação de diversos programas escolares, de métodos de ensino e criação de alternativas para os jovens que, apesar de todo o esforço, podem não corresponder às suas necessidades¹⁰.

Um indicador que se tem consolidado num passado mais recente diz respeito ao abandono escolar precoce¹¹ dado que este indicador “realçava as consequências económicas, sociais e cívicas de longo alcance decorrentes da elevada incidência do abandono numa sociedade” (Estêvão & Álvares, 2013, p. 1) e rapidamente se constitui como um indicador de monitorização e avaliação do desempenho das escolas cuja máxima deve ser a de “conseguir promover o seu sucesso escolar e formativo em grande escala” (idem).

Segundo Estêvão e Álvares (2013) revela-se importante a análise do abandono escolar dada a sua definição em duas categorias de definições de abandono escolar: formais e funcionais. As formais dizem respeito às características óbvias de idade, isto é, idade legal para frequentar a escola, bem como o facto se o aluno frequenta ou não a escola. No que concerne às definições funcionais, estas analisam o contexto em que se processa o abandono,

¹⁰ Pais corrobora dizendo que as abandonantes intervenções políticas dirigidas à juventude pode nem sempre ter tido sucesso e que o seu desenho em termos legislativos, portanto numa lógica de *top-down*, não cumpriram adequadamente o seu papel em termos práticos, pelo que sugere uma abordagem onde o trajetivo ganha relevância, ou seja, implementação de uma política numa lógica de *bottom-up*, ou *grounded theories*.” (Pais, 2005, p. 64).

¹¹ Tradução livre do autor: *early school leavers*

procurando responder aos motivos do desse abandono e centrando a análise do trajeto biográfico futuro do indivíduo.

Neste contexto, é sobretudo no regime das definições funcionais em que se estabelece uma percepção social de um nível de qualificação básico, como a escolaridade mínima obrigatória, cuja função essencial é a de assegurar a integração profissional revelando uma maior relação com a empregabilidade e desempenho profissional por nível de ensino (baseado em taxas de escolarização por ano de escolaridade), menosprezando os limites etários estabelecidos na lei para a frequência escolar.

Esta perspectiva funcional do conceito, baseado no indicador do abandono escolar (precoce) configura-se antes como um indicador de sucesso que se materializa pela obtenção da respetiva certificação escolar, comprovando a obtenção de um nível educacional.

Assim, mais importante do que em si o indicador do abandono escolar é discutir as motivações que estão na base desse abandono e que podem ser de ordem individual, social ou institucional, colocando o ónus sobre o desempenho das escolas e do sistema de educação/formação cuja missão essencial é qualificar a população, transmitindo competências, capacidades e saberes. Não basta apenas o cumprimento das exigências legalmente estabelecidas para frequência da escola, ela tem de ensinar sob mercê dos dados virem a repercutir-se nos indicadores de desempenho da escola.

Outro fator realçado pelos autores Estêvão e Álvares (2013), e que vai ao encontro do defendido por Pais, é que existem

percurso não lineares e alternativos de formação: o que está em causa não é a (não) relação da criança/jovem com a instituição escolar, mas a sua posição face ao processo de ensino/aprendizagem: o enfoque não é no “onde” mas no “se” ou no “que se” aprende” (2013, p. 8)¹².

Assim torna-se pertinente referir os dados inventariados por Lima (2012) sobre o abandono escolar precoce, dado que este indicador revela o desajustamento entre o ensino, o seu objetivo de qualificar e, essencialmente, revela a preparação do aluno para ingressar no mercado de trabalho.

¹² O recurso a este indicador também permite a análise “de percursos não lineares de escolarização, em que os jovens interrompem e retomam aprendizagens e/ou que adquirem competências em contextos formais e não formais de aprendizagem e procuram posteriormente a sua certificação” (Estêvão & Álvares, 2013, p. 8), bem como permite a recuperação “de alunos que já abandonaram o ensino, privilegiando uma perspectiva do combate ao abandono escolar que permite ter em conta regressos à aprendizagem” (Estêvão & Álvares, 2013, p. 8).

Assim, apesar da redução do abandono escolar, Portugal regista níveis elevados de abandono escolar precoce (23,2% em 2011) em comparação com a média da zona do euro (14,7% em 2011). Acresce que, o nível educacional dos jovens em Portugal ainda é muito baixo. Em 2011, cerca de 57,6% da população mais jovem (15-24) possuía apenas o nível educacional mais baixo (CITE 0-2), o número mais alto entre os países do sul da Europa e muito acima da média na zona do euro (45,2%). Além disso, para a faixa etária entre 25 e 34 anos, o contraste entre Portugal e a Zona Euro é ainda mais acentuado (44,3% em comparação com 21,9%)¹³ (Lima, 2012)

Assim, no mesmo contexto de crise, comparativamente a Europa, Portugal revela uma percentagem elevada de abandono escolar precoce para além da maioria das pessoas serem detentoras de um baixo nível de qualificação.

Esta variável, que deixou de ser entendida como dicotómica para ser compreendida enquanto processo, vai de encontro ao termo de *trajetividade* enunciado por J. M. Pais, com um enfoque particular do trajeto do aluno em termos escolares, a sua relação com a escola, mas simultaneamente com o mercado de trabalho, obtém no exerto de dados supra referenciados a aprovação da ideia de que o trajeto destas pessoas, de baixas qualificações, se traduz numa maior dificuldade de inserção no mercado, dado que refere que a discrepância da faixa etária dos 25 aos 34 anos ainda se agrava mais quando comparado com a zona Euro. Nesta faixa etária, os jovens já deviam estar inseridos e, por isso, sugere que há outros contextos que podem dificultar a sua inserção no mercado de trabalho e que estejam relacionados com os seus percursos escolares. Contudo, como referido, podem estar na base outras condicionantes de diversa ordem a limitar o acesso ao mercado de trabalho.

Em consequência, devemos questionar quais as motivações subjacentes para os jovens almejarem por qualificações e credenciais que lhes permitam, outrora sim, talvez agora já não, ocupar no mercado de trabalho um posto prestigioso, com estatuto e remuneração compatível?

¹³ Tradução livre do autor: *Yet, despite the reduction in school dropouts, Portugal records very high levels of early school leaving (23.2% in 2011) compared to the eurozone average (14.7% in 2011). In addition, the educational level of young people in Portugal is still very low. In 2011, around 57.6 % of the younger population (15-24) had only the lower level of education (ISCED 0-2), the highest figure among Southern European countries, and far above the average in the eurozone (45.2%). Moreover, for the age group between 25 and 34 years, the contrast between Portugal and the Eurozone is even starker (44.3% compared to 21.9%).* (Lima, 2012)

Têm surgido várias notícias que dão conta da situação precária dos licenciados em Portugal¹⁴. Como reagem os jovens a esta precariedade e quais as suas motivações para continuar a estudar? As escolas, e os respetivos diplomas, representam por si só um mecanismo da estrutura social e do respetivo status. Consequentemente, qual o status (pelo menos remuneratório) de um licenciado quando auferir eventualmente tanto ou menos que um empregado fabril? Standing (2014, p. 129) tem uma visão pessimista da educação, que designa de mercantilização da educação, denunciando haver uma falsa valorização das credenciais escolares, inclusive das superiores. O autor entende que, sob pretexto de valorizar profissionalmente os jovens, trata-se de um investimento financeiro e pessoal com retorno questionável. Exemplifica com o facto de 40% dos estudantes espanhóis, decorrido um ano após a sua formação, estarem a trabalhar em empregos pouco qualificados, concluindo que isso só pode levar a “uma pandemia da frustração de estatuto social” (Standing, 2014, p. 129). Standing considera que “o Estado neoliberal tem vindo a transformar os sistemas de ensino de modo a torná-los uma parte integrante da sociedade de mercado, orientando e pressionando a educação no sentido de formação de capital humano e da preparação para o emprego. Tem sido um dos piores aspetos da globalização” (Standing, 2014, p. 130).

Neste contexto de austeridade, que interliga diversos mercados financeiros e causa danos severos em diferentes economias, suscitam interrogações sobre a valorização das credenciais escolares. Standing considera uma fraude a venda de credenciais escolares, que cada vez valem menos, como se de produtos de consumo normais se tratasse. Assim, conclui que parte do precariado “vem da estupidificação planeada do sistema educativo”, em que as verdadeiras competências estão a ser sacrificadas à pressão para se adquirirem mais certificados e diplomas (Standing, 2014, p. 133)¹⁵.

As credenciais escolares e académicas são importantes na nossa sociedade e não é por acaso que se realiza o benchmarking das universidades, que se traduz num ranking das melhores universidades. Esta ordenação é levada a cabo, entre outras entidades, pela Universidade Xangai Jiao Tong, que compara 1200 estabelecimentos de ensino superior. Nesse ranking,

¹⁴ Como, por exemplo, a notícia de que 82 mil licenciados auferem menos de 600€? Sublinhando que “Portugal nunca teve tantos trabalhadores com formação superior a ganhar menos de 600 euros por mês. São mais de 82 mil. O número subiu 50% com a chegada da Troika.” (SIC Notícias; 22-04-2015).

¹⁵ Chega ao ponto de afirmar que a mercantilização do ensino superior legitima a irracionalidade, ao serem oferecidos cursos sem nexos, apenas porque alguém consegue “pagar e porque estamos dispostos a lhe dar o que ela quer e não o que acreditamos ser científico ou válido, com base nas várias gerações de conhecimentos” (Standing, 2014, p. 134).

são várias as universidades portuguesas que surgem dentro das primeiras 500, designadamente a Universidade de Lisboa (surge dentro das posições 151 - 200), a Universidade do Porto (que surge no intervalo entre 301 - 400) e no cluster das posições 401 - 500 encontramos as Universidade de Aveiro, a Universidade de Coimbra e a Universidade do Minho (ShanghaiRankingConsultancy, Academic Ranking of World Universities, 2017). No ano 2019 essa lista sofreu alterações tendo a Universidade de Coimbra descido para o intervalo de da 501 a 600 melhores do mundo, bem como a Universidade de Aveiro surge dentro do intervalo dos 601 a 700 melhores do mundo (ShanghaiRankingConsultancy, Academic Ranking of World Universities, 2019). Os jovens consideram estes dados? Eles interferem nas suas escolhas?

A análise de Standing baseada numa tripartição do sistema de ensino alemão em função do resultado pretendido¹⁶, mais concretamente no tipo de trabalho que o jovem pretende seguir, deve ser considerada na medida em que o jovem pode entender que o seu projeto de vida passa por frequentar mais um ou outro tipo de ensino (profissional ou regular). Qual o entendimento dos jovens referente ao tipo de ensino que facilitará a sua transição para a vida adulta (ensino regular ou profissional, currículos adaptados)?

Juarez Dayrell traz-nos outro ponto de vista que procura analisar as escolhas da juventude e as suas relações entre o projeto de vida e a escola. Qualquer sistema de educação tem de ser avaliado e essa avaliação passa pela averiguação de situações de “incongruência entre o que a sociedade espera da escola e o que a escola tem sido capaz de oferecer à sociedade.” (Dayrell, 2013, p. 65) Com efeito, o autor Standing segue uma postura analítica conotada ao modelo capitalista e essencialmente mercantil, sugerindo pontos de vista que podem ser incorporadas inconscientemente e subjetivamente. Dayrell procura enfatizar as relações que o próprio sistema escolar induz nos jovens, como é influenciada a tomada de decisão quanto aos seus projetos de futuro. Designadamente, no Brasil, a expansão e a obrigatoriedade dos alunos frequentarem a escola a partir dos anos 90 trouxe para as escolas algum desequilíbrio, dado que até então, os alunos pertenciam a estratos sociais mais elevados e, com a expansão, as escolas passaram a incluir alunos de contextos sociais “heterogéneos, marcados pelo contexto de uma sociedade desigual, com altos índices de pobreza e violência, que delimitam os horizontes passíveis de ação dos jovens na sua relação com a escola.”

¹⁶ Baseia-se no sistema de ensino alemão que se reparte em três níveis: Hauptschule – destinado a trabalhos manuais, Realschule – destinado a formar para trabalhadores de colarinho branco e, finalmente, as Gymnasien – equiparável ao liceu que prepara os alunos para as universidades.

Este ponto de vista é de extrema importância dado que nos diversos espaços territoriais, pode não haver escolha da escola ou esta estar limitada. Assim, o contexto social desfavorável acrescido de um contexto geográfico desvantajoso, pode trazer para o “interior da escola os conflitos e contradições de uma estrutura social excludente, interferindo nas suas trajetórias escolares, nos sentidos atribuídos à escola e colocando novos desafios à escola.” (Dayrell, 2013, p. 65)

O artigo refere a permanente tensão entre a formação geral e/ ou profissional e desafia a pensar a identidade deste nível de ensino (designado de ensino médio), “o papel da escola de nível médio na vida dos jovens e o sentido atribuído ao pelos jovens à escola.[...]” questionando-se sobre as “possíveis relações que os jovens estabelecem entre os seus projetos de vida e a experiência escolar.” (Dayrell, 2013, p. 66) Atente-se à escolha da palavra do autor: *Experiência* - referente à experiência escolar ou a vivência do jovem enquanto ator social na escola e que tem capacidade de reinventar espaços, laços e sociabilidades, cultos e culturas juvenis, práticas sociais e partilhar diferentes universos simbólicos quotidianamente. Em que o jovem pode mutar diariamente e o próprio contexto escolar, apesar de rígido, com regras e estruturas definidas e, mais ou menos, sólidas, poderá ser reinventado, vivido e percecionado de forma diferente pelo jovem.

Dayrell pretende desvendar o papel da escola de nível médio na vida dos jovens e o sentido atribuído pelos jovens à escola. (Dayrell, 2013, p. 71) O autor, ao percecionar os jovens como sujeitos que constroem e atribuem significados à escola, enquanto atores que estabelecem relações com o meio envolvente, os recursos humanos afetos à escola, a matéria lecionada, etc. atribuem significados e desenvolvem discursos e estratégias para fazer face a eventuais limitações e constrangimentos¹⁷.

Dayrell refere novas dimensões da condição juvenil como (Dayrell, 2013, pp. 66-71):

- a origem social – enfatizando que a condição de pobreza pode impactar de forma diferente nos diversos ciclos de vida e condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil;

¹⁷ Dayrell tenta justificar uma investigação centrando-se na juventude enquanto eixo de análise, com a necessidade de tentar: “compreender os projetos de vida dos jovens e a relação que estabelecem com a escola, é fundamental problematizar as diferentes instâncias institucionais presentes no seu cotidiano e as possíveis interferências na elaboração dos projetos de vida, com atenção especial à experiência familiar. (...) Propondo um deslocamento da problematização da escola, (...) situando-a no contexto dos projetos de vida dos jovens mais geral das relações que estabelecem com a dimensão tempo.” (...) possibilitando “um avanço nas análises em torno do sentido que a escola adquire na vida dos jovens bem como as possíveis contribuições da instituição escolar nas suas trajetórias de vida.” (Dayrell 2013, 71)

- as culturas juvenis – salientando que o mundo da cultura surge enquanto espaço em que os jovens tentam demarcar a sua identidade juvenil;
- as sociabilidades – designadamente a que se desenvolve entre pares.

Torna-se evidente que o autor saliente que estas dimensões são condicionadas pelo espaço onde são construídas, transformando a escola num lugar de estruturação de relações formais e informais, mas que se investem de “sentidos próprios além de ser a ancoragem da memória, tanto individual e coletiva” (Dayrell, 2013, p. 66).

Dayrell, baseado noutros autores como Leccardi, Melucci, Peralva e Pais, debate o fator tempo, o seu desenvolvimento histórico e aplicação à contemporaneidade, evidenciando a centralidade da “autonomia do indivíduo” enquanto a capacidade de este projetar-se individualmente tornando-se “a fonte primária da identidade e o princípio organizador da biografia. Assim, o futuro aparece como um horizonte subjetivamente influenciável [...] como espaço de experimentação e a projeção do tempo uma forma de controlar a incerteza do futuro através das próprias forças intelectuais”. (Dayrell, 2013, p. 67) Assim, abre-se a porta à autodefinição da própria identidade através das ações individuais e que por sua vez, de forma recíproca, parece incluir a liberdade (designadamente de escolha) e a incerteza, justificando assim um domínio incontável quanto à escolha em si e às repercussões desta no futuro. Consequentemente, o momento de agir, não é no futuro ou passado, mas configura o presente, enquanto relação do passado e futuro e a plenitude de dimensões estruturantes do presente, enquanto espaço privilegiado da construção do projeto de vida como também para a definição de si, ou seja, de quem será ou pretende vir a ser¹⁸.

O aspeto a relevar prende-se com a permissividade e lógica da culpabilização do próprio jovem pelo sucesso ou insucesso, menosprezando assim qualquer responsabilidade e constrangimentos de outras dimensões confluentes para os resultados ou as opções oferecidas aos jovens. Os jovens encontram-se numa situação de obrigatoriedade de fazer escolhas, sendo que não escolher não é opção. Assim, “o imperativo da incerteza impõe a necessidade de escolha culminando no paradoxo da escolha: de um lado a ampliação do espaço de autonomia individual que se expressa na escolha. Mas, de outro, a impossibilidade

¹⁸ Mais acentua que “consagra-se a juventude como o momento de elaboração de projetos de vida, condição sine qua non para a transição para a vida adulta. E a inserção social dos jovens se consagra como resultado das capacidades individuais de elaborar um determinado projeto de vida e persistir no mesmo, tornando-se uma responsabilidade pessoal que vai explicar (e justificar) o lugar social que passará a ocupar quando adulto”. (Dayrell, 2013, p. 68)

de não escolher.” (Dayrell, 2013, p. 68) Por outro lado, não parece reconhecer-se a escola enquanto ponto de partida para criação de um projeto de vida, em que acreditar na instituição escola, no seus ensinamentos e certificação de conhecimento adquirido e capacidade de síntese, relevem para um percursos profissional e pessoal satisfatório.

Este ponto é importante na medida em que vai de encontro à possibilidade autonomia que também está presente em Pais, na medida que a trajetividade permite ao jovem conduzir-se, dando-lhe uma margem de opções, dependentes de outros fatores, condições e dimensões. O jovem pode produzir-se e conduzir-se a uma reelaboração da ideia de futuro. Conseqüentemente, o futuro perde, na modernidade, o seu sentido como um tempo progressivo, controlável e planificável, confrontado com as incertezas e riscos tornando o futuro indeterminado e indeterminável. Assim, a busca de algum controlo e planeamento parece transferir-se do futuro para o um presente passível de controlo ao que Leccardi denomina de “*presente estendido*, um espaço temporal que bordeja o presente, suficientemente breve para não fugir ao domínio humano e social, mas também suficientemente amplo para consentir alguma forma de projeção para além do tempo”. (Dayrell, 2013, p. 69)

A juventude enquanto transição encontra-se num processo de mutação com diversas multiplicidades e desconexões das diferentes etapas de entrada na vida adulta. A condição juvenil revela-se investido de complexidade, de experiências variadas, por vezes contraditórias, com exposição a universos sociais diferenciados, caracterizados por lutas internas de estruturas e relações sociais, por espaços múltiplos, incluindo online, socializações múltiplas de tipologias diferenciadas, do qual o jovem se torna um produto, acumulando experiências distintas, sendo imprevisível o significado e relevância atribuída as essas experiências que, em ultima análise, representam a expressão irreverente e inerente à condição juvenil.

Os jovens experimentam estratégias diferenciadas e as mesmas podem ser mais ou menos bem-sucedidas pelo que Dayrell presenteia-nos com o termo da *reversibilidade*, refletindo o princípio da experimentação por parte dos jovens com a possibilidade de regressar ao ponto de partida. Por sua vez, Pais usa a terminologia da *yoyogeneização* cuja semântica se

enquadra num contexto diferenciado, numa lógica que revela estes movimentos enquanto produtos dos contextos da trajetividade individual.¹⁹

Dayrell entende que para compreender os projetos de vida dos jovens e a relação que estabelecem com a escola, é fundamental problematizar as instâncias institucionais presentes no seu cotidiano e as possíveis interferências na elaboração dos projetos de vida, com atenção especial à experiência familiar. (Dayrell, 2013, p. 71)

Um outro ponto de vista sobre a escola e que vai de encontro à de Standing é o de Estanque que afirma que a escola se constitui como um novo mecanismo de regulação, negociação e gestão de conflito (Estanque, 2012, pp. 40-41), tornando-se simultaneamente um instrumento de seleção. Embora esta afirmação venha de um contexto mais elaborado referente às desigualdades sociais e o papel de negociador e de gestor de conflito que a escola assume numa perspectiva em que este é um local em que se esbatem diversas classes sociais. Esta ideia vai de encontro à de Dayrell em que o contexto (social, económico, cultural) é trazido para a escola e depende igualmente da inserção da escola. Assim, revela-se de importância perceber de que forma e até que ponto é que a escola se configura, por ação ou omissão, enquanto mecanismo regulador, promotor da reprodução²⁰ ou da desigualdade e dos respetivos impactos nos jovens?

A escola avalia constantemente os alunos e atribui notas, induzindo o aluno num esquema constante de competição com os outros. Em contraponto com a visão marxista, em que o fortalecimento da classe média era a negação mais palpável da sua tese da dicotomia entre as classes, Weber assumiu uma posição diferente ao entender que a “classe média é a prova da superioridade racional de um sistema capaz de reconhecer o mérito e oferecer oportunidades aos mais talentosos (Estanque, 2012, p. 24). A introdução do conceito da meritocracia poderá assumir aqui um papel fulcral, dando liberdade de escolha e atribuindo

¹⁹ Assim, ao considerarmos as estratégias dos jovens e as suas atitudes, posições, contexto de origem e recursos ao seu dispor, designadamente no que concerne aos estratos sociais mais desfavorecidos, não seria passível de se considerar a escola como nova de “desigualdade social que se materializaria no esgotamento das possibilidades de mobilidade social para grandes parcelas da população e novas formas de dominação? Dado que o dominado é convidado a ser mestre da sua identidade e da sua experiência social ao mesmo tempo que não é posto em situação de não poder realizar este projeto” (face à desigualdade no acesso aos recursos para poder elaborar o seu projeto de vida). (Dayrell, 2013, p. 70)

²⁰ “A teoria da reprodução, direcionada para uma análise da educação, mas com óbvia ligação à temática da mobilidade social foram criticados pela excessiva ênfase que puseram na capacidade reprodutiva do sistema educativo e da cultura dominante.” (Estanque, 2012, p. 24) Ou seja, a escola controla essa capacidade reprodutiva, e impõe uma cultura dominante.

uma autonomia individual aos atores sociais que podem perspetivar alcançar algo específico a médio ou longo prazo.²¹

De certo, que estas perguntas não serão de fácil resposta. Mas ainda está ausente um importante fator, o da crise ou o das medidas de austeridade. A escola surge associado uma panóplia de papéis sociais, intrínsecos à sua natureza e diversidade de clientes, e que não se limitam exclusivamente ao ensino. Com efeito, a escola é feita de pessoas para pessoas e só isso fará uma grande diferença quanto às dinâmicas sociais de cada escola.

A crise, ou as medidas de austeridade, poderão ter afetado a estrutura social “escola” e será necessário avaliar de que forma esta estrutura não terá sido abalada pela crise? Para além dos eventuais cortes em material e obras, os trabalhadores dos setores públicos do estado foram fortemente atingidos pelas medidas de austeridade. De que forma isso não produziu efeito na sua forma de estar e lecionar? Também se assistiu a manifestações em que alunos e professores se opuseram aos cortes na educação. O papel dos professores, designadamente no que diz respeito à mobilização dos jovens, é importante e certamente influenciadora. Mas se alunos e professores estão, eventualmente, insatisfeitos, qual será o ambiente na escola?

É pertinente também considerar outras formas de ensino e de reconhecimento de competências que as escolas profissionais oferecem e reconhecem. Neste domínio, Nogueira realça um aspeto importante no que concerne a jovens que se encontram no ensino noturno, podendo também certamente incluir jovens que se encontrem em cursos de Reconhecimento e Validação e Certificação de Competências (RVCC) ou mesmo escolas profissionais, cujo ensino é “normalmente mais precário, e maioritariamente têm que conciliar estudo com trabalho em tempo integral. Tende a existir, portanto, uma convergência entre desvantagens sociais e escolares”. (Nogueira, 2013, p. 75) Assim, sintetiza que os jovens mais privilegiados concluem os seus estudos em horário diurno e o ensino que integram dentro do tempo previsto, para os jovens cuja condição juvenil é mais desfavorável, frequentam um ensino/ formação mais precária e, por conseguinte, menos preparado para o ingresso no ensino superior.

²¹ “O mérito conta, mas não se pense que as oportunidades de ascensão dependem exclusivamente ou sequer principalmente do mérito.” (Estanque, 2012, p. 47) Com o mérito pode surgir a ascensão em termos de mobilidade social ou a aquisição de um status que possibilitará, no limite, a realização pessoal ou profissional. Até que ponto os jovens valorizam o mérito e o status?

Nogueira estabelece e sintetiza algumas dificuldades no campo epistemológico sociológico ao referir-se à dialética das relações e dos processos individuais com o contexto em que se inserem e caracteriza-os analiticamente como possuidores:

1. de determinados gostos ou preferências relativas às áreas do conhecimento e campos profissionais a elas associados;
2. Um conjunto de aspirações, expectativas e projetos de vida que os fazem priorizar, por exemplo, conforme o caso, a estabilidade, o retorno financeiro, o prestígio ou estilo de vida supostamente associados a cada curso ou profissão;
3. Um conjunto de representações sobre si mesmo, relativas a não apenas às suas qualidades académicas, mas às suas habilidades em geral;
4. Um conjunto mais ou menos amplo, preciso e confiável de informações sobre o sistema universitário, os diversos cursos e as futuras profissões.

Se, por um lado, as características individuais e representações de si são um fator determinante, também o contexto determina o que pensar, como avaliar, criar e influenciar, por conseguinte, aquilo que o jovem pensa de si. Aqui, a narrativa utilizada pelos jovens revela-se de extrema importância, quer ela esteja imbuída de cinismo, hiperbolizada ou disfarçada noutra figura de estilo, mas que permita captar o juízo de valor que se encontra nas suas narrativas.

Nogueira descreve quatro condições objetivas que podem interferir no percurso:

1. O capital escolar acumulado que inclui uma trajetória escolar e respetiva (auto)avaliação dos diversos sucessos alcançados;
2. A posição social referindo-se especificamente ao contexto social de origem do jovem (incluindo a dimensão familiar, económica, cultural e capital social);
3. A estrutura de oportunidades universitário e a sua diversidade quanto a prestígio, horários, custos de deslocação, oneração da família, entre outros fatores que carecem de decisão individual e coletiva (coletiva de que não se restringe ao núcleo familiar, mas pode incluir amigos/ familiares de outras regiões geográficas em que se insere a universidade/curso de eleição);
4. Características inerentes ao mercado de trabalho no que concerne ao tipo de trabalho em vista e ao momento e perspetiva do jovem de se inserir no mercado de trabalho.

Nogueira socorre-se das Teorias da Escolha Racional para fundamentar que na base de cada escolha há uma certa racionalidade, independentemente dos motivos, riscos e benefícios

inerentes à escolha, e centra-se em Bourdieu ao referir que o *habitus* seria a “grande responsável pelo ajustamento das ações individuais às condições objetivas [...] e aponta para um processo de delimitação do horizonte de escolha em função da posição (classe, género, raça) e da experiência social dos atores”. (Nogueira, 2013, p. 76)

Os indivíduos, ao estarem inseridos num determinado contexto social, são socializados em torno desses gostos, a desejar o que mais está de acordo com a posição social ocupada e a negligenciar alternativas que não se coadunam com essa posição. Assim, estaríamos aqui no domínio das estratégias de reprodução, em que os gostos e desejos são condicionados e manifestações do contexto social de origem. Mas facto, é que esta perspetiva também se esgota na sua capacidade explicativa face aos inúmeros casos em que a posição social de origem, desde que economicamente estável, permitiu a ascensão social e á luz da mobilidade social. É inegável que muitos filhos de emigrantes são detentores de uma licenciatura enquanto os seus progenitores são detentores do primeiro ciclo. Também não é menos verdade que muitos jovens com licenciatura, ou qualificações ainda superiores, têm avós que nem sequer ler e escrever sabiam ou tinham um grau reduzido de literacia. De salientar o elevado grau de investimento (estatal ou particular) e o processo célere que representou esta mutação da educação em Portugal. Se no caso dos emigrantes, o contexto socioeconómico os permite ter acesso ao ensino superior, de forma análoga, uma condição estável socioeconomicamente poderá interferir na escolha do secundário. Facto é que sugere, confere e testemunha uma complexidade de interpretação e metodologia sociológica parecendo redutor e insuficiente uma explicação dos processos de formação das preferências individuais apenas pelo desejo duma posição social de referência diferente.

Impõe-se uma análise holística do jovem quer das características individuais, contexto social, geográfico, cultura, económico, familiar, bem como do acesso/ exposição a outros modelos de referência nos diversos sistemas sociais, as oportunidades/ constrangimentos que estes sistemas propiciam, bem como a valoração atribuída, a nível individual, a esses modelos de referência que, no limite, podem incluir racionalidades distintas e não baseadas no benefício socioeconómico, mas baseada na emoção ou vocação.

Nogueira sublinha três instrumentos essenciais contribuintes para uma interpretação do processo de escolha dos cursos superiores e seria importante analisar os entrevistados à luz destas questões e procura analogias do referido por Nogueira. Assim, os instrumentos essenciais para interpretação do processo de escolha são:

1. A inserção social dos agentes que escolhem;

2. Uma análise longitudinal do complexo processo de construção de informações ou representações por parte dos agentes sobre si mesmos;
3. Não julgar os benefícios, preferências ou objetivos visados dos jovens à ascensão em termos de mobilidade social (Nogueira, 2013, p. 80).

De corroborar que também Nogueira remete para uma ideia de continuidade ao referir-se à análise longitudinal e salienta que é impreterível compreender o impacto de variáveis dependentes dominantes e objetiváveis (contexto social, família, etc.) e aspetos secundários ligados à rede social e, essencialmente, à trajetória de vida.

É curioso como o conceito trajetória pode encerrar em si uma multiplicidade de momentos, contactos, espaços, sistemas sociais, redes de sociabilidades e, em última análise, dado o seu carácter de análise longitudinal, perceber momentos de intercâmbio de ideias, de mudança e mutação de ideias e perspectivas dos jovens e confluem numa memória individual, culminando num “self”, enquanto resultado de sistemas e subsistemas relacionais do qual resultam escolhas racionais, baseadas no “*self-benefit*” e não apenas ou exclusivamente num benefício objetivamente quantificável.

1.5. Mercado de trabalho

O desemprego jovem incrementou entre 2000 e 2008 em 10%, fixando-se nos 20% nesse ano para passados mais quatro anos alcançar uma taxa sem precedentes de 37,4% no segundo trimestre de 2012, configurando-se como uma das mais altas da zona Euro (Lima, 2012).

Assim, Lima procede a uma avaliação deste desemprego jovem e às formações (escolares e académicas) de base destes jovens, constatando que o desemprego jovem aumentou em todos os grupos e níveis educacionais, verificando-se persistência sobretudo nos mais qualificados academicamente e um cenário de agravamento para os detentores de qualificações baixas e médias, constatando, contudo, que os mais atingidos foram os jovens com baixos níveis de qualificação. (Lima, 2012)

Sumariamente, nesta aceção, está implícito que entre o mau e o pior, mais vale ter elevadas qualificações do que baixas, já que o desemprego juvenil atingiu todos os titulares de credenciais escolares e profissionais, com maior impacto nos menos qualificados. Assim, é de questionar até que ponto o jovem terá perceção de que valerá sempre a pena de investir em formação superior? Quais são os fatores que interferem na tomada de decisão referente ao percurso escolar? Como são decisivos os processos oriundos dos contextos sociais e espaciais em que o jovem se insere?

Lima continua a sua análise e conclui que o trabalho temporário foi igualmente afetado e foi particularmente vulnerável à crise, justificando que perante a situação de redução dos trabalhos permanentes se registou um aumento da proporção de trabalho temporário alcançando 57,4% no segundo trimestre de 2012 e conclui que

Nos últimos quatro anos, a situação dos jovens em Portugal deteriorou-se profundamente devido a uma combinação explosiva do aumento do desemprego e à contínua precariedade de sua situação laboral.²² (Lima, 2012)

O mercado de trabalho constitui-se como um dos sistemas sociais mais relevantes uma vez que é a partir deste que se consegue mobilizar outros sistemas e permite a subsistência da pessoa, desde que devidamente integrado.

Neste contexto, é indubitável que o papel formativo da escola e as respetivas credenciais escolares assumam relevância particular, designadamente quanto às expectativas dos jovens para obter uma qualificação escolar e académica que lhes possa garantir um acesso a uma profissão de acordo com a sua vontade, vocação ou outro motivo subjetivo que os faça investir nessa formação ou percurso académico, permitindo-lhes um determinado estilo de vida, status social que satisfaça as suas necessidades enquanto consumidores.

O Instituto Nacional de Estatística refere no estudo levado a cabo, referente à dinâmica e caracterização dos jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF) em Portugal, publicado em 2014, dá conta de que em 2013, do total de 1 112,7 mil jovens dos 15 aos 24 anos, apenas 21,7% estavam empregados, 69,3% encontravam-se a estudar e 14,1% não estavam empregados nem a estudar (NEEF). Em comparação com os dados de 2008, constatou-se:

- Uma redução da taxa de emprego de 34,1% para 21,7%;

²² Tradução livre do autor: *During the last four years the situation for Portugal's youth has deteriorated profoundly through an explosive combination of escalating unemployment and the continued precariousness of their labour situation.* (Lima, 2012)

- Uma redução de 29,8% para 16,6% de jovens que estavam empregados e não estavam a estudar;
- Um aumento de 60,0% para 69,3% de jovens que estavam a estudar;
- aumentou de 10,2% para 14,1% de jovens que não estavam empregados nem a estudar (taxa de NEEF);
- A taxa de desemprego aumentou 21,4%, 16,7% para 38,1%. (Torres & Lima, 2015, p. 35)

Inclusivamente, é impreterível uma análise dos dados de transição dos jovens entre a frequência da escola e cair na situação NEEF, bem como estar empregado e vir ser considerado NEEF, após um ano.

A taxa de transição compreende uma análise probabilística entre ser NEEF e as características sociodemográficas dos jovens (15-24 anos) e dos jovens adultos (25-34 anos).

Mesmo tratando-se de um grupo heterógeno importa aqui reter o aumento da probabilidade de se vir a tornar NEEF em função do aumento da idade do jovem ou jovem adulto. Assim, o excerto seguinte revela-se preocupante

A probabilidade de ser NEEF cresce acentuadamente com a idade. Quando o jovem completa os 18 anos, a sua probabilidade de ser NEEF aumentou 9 p.p. relativamente à mesma probabilidade quando tinha 15 anos. Aos 19 anos, aumentou 15 p.p. Quando chega aos 24 anos, o aumento de probabilidade é de 24 p.p., mantendo-se acima dos 20 p.p. até aos 30/31 anos. Comparando com 2008, o início da crise atual, verifica-se um aumento da probabilidade de ser NEEF em todas as idades, especialmente a partir dos 19 anos (+4 p.p.), coincidindo com a saída do ensino secundário. Este aumento da probabilidade de ser NEEF de 2008 para 2013 é crescente até aos 22 anos, duplicando nesta idade (+11 p.p.). A partir dos 22 anos, o aumento não é tão acentuado, mas ainda assim com uma média de +8 p.p. A comparação com 2005 revela resultados semelhantes, ainda que com diferenças para 2013 mais marcadas. (Torres & Lima, 2015, p. 40)

O resumo destes dados não é animador para o jovem. Os factos constatados quanto ao desemprego jovem e a sua situação de agravamento após 2008, atingindo os jovens fortemente em 2013, acrescido do facto de que a própria idade do jovem interfere na probabilidade de cair numa situação/categoria social vulnerável denominada de “jovens não empregados que não estão em educação ou formação”. Ora, de que forma é que estes jovens contribuíram para a probabilidade de se tornarem NEEF? Quais as suas estratégias de fazer face a uma situação destas? Naturalmente que esta dimensão se refere apenas à dimensão mais subjetiva dos jovens. Até que ponto houve ações políticas e institucionais para reverter esta situação? Contudo, esta temática situa-se num pano de fundo completamente diferente e não será alvo neste trabalho.

Acresce que as Estatísticas do Emprego do 3.º trimestre de 2014, revelam ainda outro dado preocupante em que as taxas de anos anteriores eram marcadamente inferiores no que concerne às taxas de transição trimestral do emprego para NEEF de NEEF para o emprego ou para a escola e da escola para NEEF.

De forma resumida, o excerto refere que

Em média em 2013, 8,0% dos jovens empregados e 4,0% dos jovens adultos empregados tornaram-se NEEF no trimestre seguinte. Por seu turno, 5,0% dos jovens estudantes e 9,4% dos jovens adultos estudantes tornaram-se NEEF no trimestre seguinte. Relativamente às saídas da situação de NEEF, observa-se que a taxa de transição trimestral de NEEF para o emprego e de NEEF para a escola diminuem com a idade.

Em média em 2013, 17,7% dos jovens NEEF e 17,1% dos jovens adultos NEEF tornaram-se empregados no trimestre seguinte, enquanto 17,9% dos jovens NEEF e 10,8% dos jovens adultos NEEF voltaram para a escola no trimestre seguinte.

Note-se, no entanto, que em 2013 as taxas de NEEF foram superiores às de 2008 nos dois grupos etários: 14,1% e 10,2%, respetivamente, para os jovens dos 15 aos 24 anos; 19,8% e 13,7%, respetivamente, para os jovens adultos. (Torres & Lima, 2015, p. 41)

Especificamente no que se refere aos jovens, conclui que

A permanência na situação de NEEF constitui um obstáculo ao processo de acumulação de capital humano (realizado na escola ou no trabalho), que é levado a cabo essencialmente nestes grupos etários, limitando-lhes as perspetivas de melhoria da sua situação. Por esta razão, estes jovens são muito vulneráveis aos efeitos da crise económica e financeira, que vão ser duradouros ao longo da sua vida. (Torres & Lima, 2015, p. 41)

Do prisma subjetivo dos jovens, embora estejam muito condicionados pela conjuntura, de que forma estes perspetivam a sua capacidade de controlar o seu percurso? Sentem-se os jovens de superar as suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho baseado nas suas características e capacidades individuais?

Este será um momento adequado para introduzir aqui outro aspeto significativo, embora que teoricamente tenha cabimento noutros capítulos. Contudo, o fio condutor do presente trabalho foca-se nas experiências e perceção dos jovens e na sua capacidade e estratégias de superar dificuldades, daí, recorrendo ao autor Estanque

a visão weberiana dá primazia ao princípio da racionalidade individual segundo uma lógica de concorrência no mercado de trabalho, enfatizando o papel da mobilidade social e a ideia de que as classes médias tendem a crescer no capitalismo moderno. A importância decisiva das qualificações e talentos individuais como fatores de promoção pessoal ao longo de uma trajetória é um aspeto marcante nas teorias de estratificação. (Estanque, 2012, p. 29)

A tónica colocada na racionalidade individual dos atores sociais, bem como os talentos individuais podem ser decisivos enquanto fatores de promoção pessoal ao longo de uma trajetória (no caso, deve ser feito um entendimento mais amplo, ou seja, quer escolar,

profissional e de vida). A posição social, dentro da estrutura social, que os jovens possam futuramente ocupar, depende não só das credenciais escolares ou académicas, mas também de fatores individuais, suas características ou, num sentido mais lato, abre espaço à possibilidade do próprio contexto social (sobretudo, no plano subjetivo) ser determinante no restante percurso e trajetória a desenhar. Será possível que possa resultar do próprio contexto social em que o jovem está inserido uma resposta a um problema de inserção no mercado?

Esta questão será facilmente perceptível quando os jovens seguem as pisadas profissionais dos pais em que os recursos dos progenitores são postos ao dispor dos filhos permitindo a sua entrada e inserção no mercado de trabalho. Por exemplo, um filho de um construtor licenciar-se em engenharia civil e ser integrado nos quadros da empresa familiar, ou um jovem que se insira na empresa de contabilidade dos pais, tendo direcionado o seu estudo para a contabilidade, economia, ou gestão de empresas, numa ótica de rentabilizar e articular os recursos de dois sistemas sociais, o do sistema familiar o do sistema educativo.

Consequentemente, a leitura que faço referente aos recursos inalienáveis ao que o autor Estanque se refere extravasa o entendimento do plano meramente individual e subjetivo. O autor sugere que os recursos inalienáveis das pessoas são os seus talentos e capacidades que permitem estabelecer diferenças de poder e, consequentemente, posicionamentos diferentes no mercado de trabalho (Estanque, 2012, p. 30).

Nos exemplos dados, os talentos e capacidades também se prendem com os recursos disponíveis aos indivíduos que podem inclusivamente sugerir uma trajetória (subjetiva e social), consentindo simultaneamente uma mobilidade social e ocupação de uma posição de poder na estrutura social e no mercado de trabalho.

Para tal é necessário que o projeto de vida do jovem e o sugerido pelo sistema familiar se coadunem e correspondam ao ideal do/a jovem, confirmando a focalização na realização pessoal que é oriunda da perspetiva liberal e funcionalista, na qual o crescente sistema de produção e de comércio reconheciam estatutos sociais distintos conquistados através da atividade profissional.

Assim, de acordo com a perspetiva liberal e funcionalista, via no trabalho o principal meio de realização pessoal (será que podemos equipará-la ao culminar de um projeto de vida?), fruto de uma crescente diversidade do sistema de produção e de comércio, em que se reconheciam estatutos sociais distintivos conquistados através da atividade profissional (Estanque, 2012, p. 31).

Naturalmente que, dado este entendimento mais alargado dos recursos inalienáveis do jovem coloca uma tónica ligeiramente diferente quanto à realização pessoal. Até que ponto possuem os jovens recursos que eles consideram inalienáveis e simultaneamente se configuram como uma vantagem para se inserirem no mercado de trabalho? Será que possuem algum talento especial que lhes permita contornar as condicionantes da crise e alcançar a sua realização pessoal e profissional? Preferem estes seguir uma trajetória sugerida, mais facilitadora da sua inserção no mercado de trabalho em detrimento de um caminho, eventualmente, mais árduo em que tenham de criar os seus recursos, redes de conhecimentos e de viabilização do seu projeto? Até que ponto valorizam os jovens o seu pré-determinado *status*, ou seja, do seu contexto social de origem?

O *status* tem uma dimensão constante neste trabalho, embora não seja a principal dimensão de análise, esta configura-se como elemento relevante para perceber e compreender as opções dos jovens. Assim, poder-se-á concordar com Estanque ao referir que “o Status ganha mais importância uma vez que ela é um elemento estruturante das relações sociais e, enquanto expressão de força simbólico-expressiva, confere admiração, respeito ou inveja por parte dos outros”. (Estanque, 2012, p. 30)

Outra dimensão a introduzir, dado tratar-se maioritariamente de jovens em seio familiar, prende-se com o rendimento das famílias, a sua tipologia, a situação perante o trabalho e a relação do estado com estas, constituindo-se um indicador precioso o número de famílias que se encontrem no limiar da pobreza ou em risco de pobreza.

O relatório estatístico anteriormente abordado ainda dá conta de outra franja populacional vulnerável “cujas condições sociodemográficas estão associadas a uma maior probabilidade de ser NEEF.” Está-se perante uma condição de trabalho que suscita uma situação específica e pode induzir outras e novas condições perante o trabalho, sugerindo ideia de dependência familiar (no que se refere sobretudo à dimensão económica) e limita a autonomização dos jovens. Estes reveses no percurso educacional/ profissional que vai de encontro ao que Pais denomina de *yoyogeneização* e parece ser consubstanciado estatisticamente, podendo ler-se no relatório

São os jovens ou os jovens adultos com menor nível de escolaridade, ainda a viver com os pais, principalmente em famílias monoparentais, casados (se pertencerem aos grupos dos 15 aos 24 anos), em que algum elemento do agregado está desempregado e com menor escolaridade média da família. Estas condições justificam a preocupação adicional com estes jovens, que extravasam as questões do desemprego ou das baixas qualificações, comuns a outros grupos etários. Os jovens NEEF têm uma elevada probabilidade de pertencerem a famílias desfavorecidas, com problemas de baixas qualificações para o mercado de

trabalho – menores níveis de escolaridade e menor empregabilidade – e de viverem, eles próprios, em ambientes socioeconómicos mais desfavorecidos: jovens que casam cedo, vivem só com o pai ou a mãe (pais divorciados ou famílias monoparentais de origem) ou que são obrigados a viver com os pais dada a sua condição de ausência de rendimento do trabalho. (Torres & Lima, 2015, p. 41)

Patenteia-se neste excerto dois fatores fundamentais contribuintes para a *Yoyogeneização*: as baixas qualificações e menores níveis de escolaridade, associado sobretudo à condição da família perante o trabalho, relevando as famílias monoparentais, os recém-casados e famílias em que um dos progenitores se encontre em situação de desemprego. Neste contexto, o jovem inserido numa família que reúna uma destas características, encontra-se em desvantagem para trilhar um caminho de autodesenvolvimento, de inserção no mercado de trabalho e, em última análise, de alcançar uma transição para a vida adulta bem-sucedida.

Neste contexto, entende-se que se os recursos financeiros (alusivo sobretudo ao índice do risco de pobreza anteriormente referido) são escassos, este facto terá impacto no poder de compra, designadamente na privação de determinados bens e serviços, incluindo coisas simples como a aquisição de cadernos ou na acessibilidade, designadamente no que concerne à deslocação diária para a escola, podendo implicar uma decisão mais significativa como qual a escola passível de ser frequentada pelo estudante.

2. Abordagem das estratégias e das expectativas de vida dos jovens em contexto de crise e austeridade

Os conceitos de crise e austeridade são indissociáveis na análise da sociedade portuguesa que aqui se considera, os jovens. É indubitável que, do ponto de vista estatístico, foram elencados alguns dados que justificam e confirmam a crise, e revelou que os jovens foram uma franja populacional que mais foi afetada, sobretudo em comparação com a Europa. Presume-se que estas medidas deixaram marcas na sociedade portuguesa, quer institucional, quer ao nível das estruturas sociais, mas sobretudo se refletem nos receios e nas escolhas dos jovens, na sua individualidade e subjetividade.

Assim, pretende-se partir para uma análise das perceções, das representações dos jovens e perceber como estes viveram esta conjuntura e quais os impactos no plano subjetivo desta “condição social” na sua vida, quer no seu quotidiano, nos seus sistemas relacionais, da negociação familiar dos seus percursos formativos, quer no que se refere ao planeamento da sua vida e eventuais condicionantes quanto ao futuro.

A ação política, no quadro temporal em análise (2008-2015), esteve marcado pelos conceitos de crise e medidas de austeridade que, com frequência, surgiram no quotidiano das pessoas, seja devido a conversas, notícias ou outros canais de partilha de informação.

Assim, tenta-se retratar como poderão essas notícias/ informações ter afetado e condicionado as representações (sociais) dos jovens em relação ao país, às instituições, à sociedade.

É imprescindível percecionar as representações sociais dos jovens sobre estes conceitos a fim de, posteriormente, entender quais foram as avaliações subjetivas que fizeram dos acontecimentos e como estas tiveram impacto nas diversas dimensões mais próximas do seu quotidiano. Quais as implicações que poderão ter tido ao nível das dimensões familiar, educacional, rede de sociabilidades e, por fim, a dimensão do mercado de trabalho. Esta

última corresponde a uma das dimensões mais mediatizadas pela comunicação social, evidenciando estatísticas desmotivadoras para os jovens (desemprego, destruição de postos de trabalho, emigração), bem como histórias de vida complicadas e dificultadas pelo atual contexto de crise.

Assim, a pergunta de partida pode ser formulada de seguinte forma:

Em que medida, o contexto de crise e austeridade condicionou as representações, escolhas, percursos (escolares, formativos e de vida) dos jovens em Portugal?

Antes de poder avançar para um levantamento mais concreto das hipóteses de trabalho, deve-se referir a importância em como os jovens assimilaram os conceitos de crise e austeridade, e quais os impactos desta “condição social” na sua vida (quer no seu quotidiano, quer no que se refere ao planeamento da sua vida futura). O discurso dramático marcou a ação política e provocou novas representações (sociais) destes em relação aos seus trajetos, mas também ao país, às instituições, à sociedade. É imprescindível entender as avaliações subjetivas que fizeram dos acontecimentos.

Assim, e baseado no capítulo teórico, chegou o momento de questionar até que ponto o contexto de crise e austeridade teve impacto nas dimensões enunciadas, designadamente:

- A austeridade teve impacto no quotidiano dos jovens, interferindo nas escolhas feitas quanto ao quadro familiar, estratégias formativas e de vida dos jovens? A austeridade gerou condicionalismos e teve impactos sobre as oportunidades e as escolhas dos jovens. Quais? Como? Com que variações atendendo às diferentes inserções sociais, familiares, comunitárias, territoriais dos jovens?
- A rede de suporte contribuiu para a definição de (novas) estratégias para prosseguir o seu projeto de vida e percurso profissional? Como é feita a negociação do jovem com os pais referente ao seu projeto de vida e percurso profissional? A estrutura e inserção sociofamiliar condicionou o jovem na sua estratégia e percurso formativo? A família constitui-se como elemento de suporte da estratégia do jovem? Como negociou o jovem em seio familiar o seu percurso formativo?
- O capital social do jovem foi decisivo na escolha do percurso profissional? De que forma é que este interferiu na definição da estratégia e do percurso? Este está sujeito aos contextos sociais de origem e da inserção do jovem?

- A escola e formação: A austeridade gerou condicionalismos e teve impactos sobre as oportunidades e as escolhas dos jovens? De que forma e quais as estratégias que foram desenvolvidas para mitigar esse revés? O contexto de crise veio condicionar ou alterar os percursos (formativos e de vida) dos jovens?
- Mercado de trabalho: Os jovens preocuparam-se e perspetivaram a sua capacidade de controlar o seu percurso profissional e inserção no mercado de trabalho, independentemente dos condicionalismos da conjuntura de crise? Se sim, quais os motivos?

Assim, concernente aos jovens, importou analisar de que forma assimilaram subjetivamente o contexto de crise e de austeridade e quais foram as estratégias que desenvolveram para alcançar os seus objetivos? Assim, conseguiu-se extrair três questões centrais e que se consubstanciam enquanto hipóteses de trabalho:

1. De que forma é que a rede de sociabilidade dos jovens, designadamente a dimensão familiar e das amizades, interferiu no processo, na definição de estratégias e na sua trajetória subjetiva neste contexto socioeconómico?
2. Como é que os jovens caracterizaram e avaliaram a escola e qual a importância lhe atribuíram à luz do seu projeto de vida? As credenciais escolares são relevantes? Existiram trajetos formativos paralelos à escola e que interferiram na prossecução dos objetivos do jovem?
3. O contexto de austeridade alterou a perceção da sua atual trajetória? No que concerne às suas oportunidades e perspetivas de futuro, da opção pela frequência da via científica ou profissionalizante? Da escolha da escola que frequentou?

Estas questões, que se constituem enquanto hipóteses, encerram em si outras e podem apontar para um vasto leque de representações inclusivamente, sobre o país e deixa margem para questões como, por exemplo, se a austeridade teve impacto na confiança que os jovens depositam nas instituições portuguesas? Ou qual a representação que os jovens têm dos políticos e da política? Como encaram estes os apoios dados pelo Estado? Estas questões conduzem, em última análise, a interrogar como estes vivem a sua cidadania. Contudo, embora do ponto de vista do discurso elas possam surgir associadas, elas não se constituem, em si, como objeto de análise deste trabalho.

2.1. Objeto de estudo: Ensino regular e profissionalizante de dois espaços territoriais

O estudo propôs-se analisar as escolhas, as estratégias formativas e as percepções de jovens em contexto de crise e austeridade, optando por selecionar jovens numa determinada fase da formação e num determinado contexto geográfico.

O contexto social e geográfico pareceu revelar-se de particular interesse pelo que se entendeu indagar jovens da urbe, que permite um estilo de vida diferente, com características e oportunidades de desenvolvimento diferenciadas, uma oferta cultural e social diversificada, proporcionando hábitos e estilos de vida que podem, conseqüentemente, influenciar a visão do jovem quanto às suas aspirações, estratégias e escolhas para o futuro. Em contraponto analítico, a escolha para efeitos de análise das diferentes estratégias dos jovens quanto ao seu percurso e aspirações, optou-se por uma região limítrofe de Viseu, em que o contexto geográfico e os recursos locais são menos favoráveis ao pleno desenvolvimento individual.

Deve realçar-se que o jovem que escolheu o ensino profissional se diferencia, certamente pela sua trajetividade, do jovem que frequenta o ensino regular. Assim, a análise das narrativas destes estudantes é imprescindível para perceber as condicionantes e os fatores contributivos para a estabelecer determinada estratégia e eventual ajuste em função do contexto de crise e austeridade.

Por motivos logísticos optou-se pela análise de uma experiência viseense, recaindo a escolha sobre três escolas do distrito de Viseu, situando-se duas delas no centro urbano de Viseu. Assim, foi dada primazia aos alunos do ensino regular da escola Alves Martins (correspondente à tradição que esta escola tem no ensino regular, uma vez que só recentemente implementou um curso profissional), localizada no centro da cidade e outra, de tipologia puramente profissional, localizada à entrada de Viseu, a Escola Profissional Mariana Seixas. A terceira escola que fez parte deste objeto de estudo foi a Escola Secundária de Carregal do Sal, situada geograficamente na sede de concelho, mas sendo um concelho limítrofe mais a sul do distrito de Viseu.

Esta última escola, provavelmente devido à sua localização mais periférica a sul da urbe Viseu (cerca de 39 km), encerra vários tipos de ensino, designadamente ministra cursos profissionais e diversas vertentes do ensino regular.

Ao questionar os alunos do 12.º ano, quer da via profissionalizante, quer do ensino regular, seria expectável que estes jovens teriam entre 17 a 19 anos, em caso de ter seguido um percurso escolar contínuo. No entanto, a tónica deste trabalho assenta no facto destes alunos se encontrarem num momento crucial da sua vida, num momento que Pais considera enquanto marcador da sua transição para a vida de adulto, o momento da eventual inserção na vida ativa ou a da continuidade dos estudos, sendo que a escolha do curso superior pode ditar o restante percurso profissional e estilo de vida. Assim, e como anteriormente referido, o presente trabalho vai menosprezar a idade dos jovens, valorizando o momento da fase final de conclusão do 12.º ano. Desta forma, mesmo havendo casos de percursos escolares “atípicos” (reingresso, mudança de tipo de escola, etc.), poderão ser encontrados e explorados quanto à avaliação que os jovens fazem do seu percurso, do sistema escolar que frequentaram, das suas expectativas/ perspectivas de futuro, identificando alguns dos aspetos chave referidos e incidindo na trajetividade dos jovens ao tentar perceber a motivação subjacente pela escolha de determinado percurso. Recorde-se que, para além das perceções subjetivas dos jovens, interessou avaliar se existem diferentes perspectivas em função do tipo de ensino que frequentaram e como foram condicionadas as suas opções, perspectivas e valores.

Consequentemente, a exploração incidiu em quatro grupos de entrevistados com o objetivo de inferir eventuais diferenças, quer à perceção da sua atual trajetória, quer das suas oportunidades e perspectivas de futuro, avaliando haver ou não um *mainstreaming* quanto às posições dos jovens na sua globalidade ou identificando diferenças em função da frequência da via científica ou profissionalizante, ou em função da escola que frequenta.

A entrevista permitiu maior correção da informação prestada e facilitadora de retoma de determinados assuntos que careceriam de melhor explanação. Contudo, a opção pelo método de entrevista, deveu-se a diversos fatores.

Atendendo a que o “paradigma da compreensão do sujeito e da sua influência na mudança social está no centro do entendimento das ciências sociais e humanas”, é pertinente conceptualizar o saber, uma vez que esta traz consequências metodológicas para o trabalho científico. Assim, a autora Isabel Carvalho Guerra adota três pressupostos no âmbito das metodologias interrogadas, enquanto análise estratégica, sendo que a primeira entende que

“as perspectivas de análise assentam numa compreensão dos sujeitos como um ator capaz de racionalidade e de escolha.” (Guerra, 2002, p. 39). A segunda aponta para “o entendimento das relações sociais como relações de poder, devendo-se analisar as interações sociais enquanto mediatizadas por relações de poder, isto é, por relações de troca desigual que comportam sempre uma base de negociação potencial.” [...] Assim, “é necessário pensar em todos os contextos de ação como um conjunto de relações interdependentes mutuamente condicionadas”. (Guerra, 2002, p. 39)

No caso concreto, no âmbito deste trabalho, interessou “a decomposição de uma aparente linearidade de vida que nos permite desvendar os seus múltiplos campos semânticos: as suas polivalências e reversibilidades. Decompor para melhor compor.” (Pais, 2001, p. 101).

Designadamente, interessou identificar e avaliar “os chamados *turning points*, pontos de inflexão que dão novos rumos à vida.” (Pais, 2001, p. 104), ou seja, os momentos marcantes, momentos de decisão que se repercutem no restante percurso profissional, mas também nas restantes dimensões, como a familiar, escolar ou emocional.

Entendeu-se

as dinâmicas sociais como dinâmicas interdependentes, mas não necessariamente coincidentes, entre ator e sistema. O contexto de ação é um sistema de ação concreto no qual a interdependência entre ator e sistema se baseia no postulado da existência, em todos os contextos de ação, de um mínimo de ordem e de interdependência por detrás da aparente desordem das estratégias dos atores individuais e coletivos (Guerra, 2002, p. 39).

Assim, houve um esforço de entender até que ponto as estratégias corresponderam a tomadas de decisão objetivas, e inseridas num contexto formal-institucional, e até que ponto as motivações subjetivas não se revelaram como uma forma de resistência ou de complementaridade, mas diferenciadoras do formalmente instituído, para servir um propósito subjetivo? Usar os sistemas e oportunidades existentes para o alcance de objetivos subjetivos, nem sempre formalmente assumidos.

Esta tese não ansiou de todo desenvolver qualquer tipo de postulado teórico. No entanto, a preferência por uma análise qualitativa sugeriu várias vantagens. Note-se que os jovens estão investidos de vários papéis sociais e que para além de jovens são alunos na maioria do tempo do dia, inseridos numa diversa teia de dinâmicas sociais que a escola, enquanto contexto de ação, pela sua natureza encerra. Assim, foi pertinente explorar este conteúdo e avaliar o seu impacto nas escolhas e perceções dos jovens.

Consequentemente, é perceptível que

A maioria das análises das dinâmicas de ação baseiam-se em metodologias qualitativas, na medida em que o centro de atenção pretende identificar a lógica de atuação de atores, individuais e coletivos, as suas imagens mútuas, os seus conflitos e meios de ação. Estamos perante conceitos como identidades (sociais, locais, regionais); projetos (de vida, de desenvolvimento, de ação); conflitos/consensos, etc., que exigem um entendimento simultaneamente dos contextos e dos sentidos de ação. Estamos ainda perante contextos de mudança, em rápida transformação, e acionam-se observatórios, fóruns de atores, análises de necessidades, etc. (Guerra, 2002, p. 49).

Neste contexto, Guerra sugere que a análise qualitativa se revela mais adequada. No caso concreto, o de entrevistar vários jovens numa situação charneira da sua vida, com implicações intrínsecas no iminente continuum percurso da sua vida (quer profissional, quer formativo), tornou-se imperativo reter as estratégias e motivações destes, ou incertezas e receios, para identificar o porquê de determinada escolha/opção.

Segundo a autora, a entrevista pode fundamentar uma análise baseado num processo mais indutivo, não se procurando verificar eventuais hipóteses e perguntas de partida (Guerra, 2002, p. 49), evitando perguntas diretas e fechadas, por forma a não enviesar o discurso. A entrevista pode também ser perspectivada enquanto processo dedutivo, dado tratar-se de uma situação específica, em que se pretende averiguar a existência de diferenças entre os jovens, designadamente no que se refere ao seu contexto, seja ele geográfico-espacial, social, económico ou cultural. Consequentemente, nesta última postura, encontramos aqui numa lógica de construção da realidade social por dedução, em que toda a problemática nos leva à formulação de hipóteses de desigualdade que carecem de ser testadas ou “à construção de um sistema de relações muito mais esclarecedor” (Quivy, 1992, p. 141).

Concluimos que se tratou aqui, pelo menos metodologicamente, de alcançar uma simbiose que permita extrair informação rica das entrevistas e, pelo outro, não menosprezar totalmente as hipóteses que estabelecem alguma diferenciação e poderão, eventualmente, permitir o estabelecimento de padrões, pontos comuns entre os jovens entrevistados.

Do ponto de vista da realização das entrevistas, procurou-se seguir as pistas elencadas por Quivy e Campenhoudt (Quivy, 1992, pp. 70-75).

A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informação, não é um método que pode ser usada em qualquer nível de investigação empírica, ou seja, sujeita à hierarquia dos objetivos do trabalho de investigação a que podem corresponder os níveis descritivos, correlacional ou causal. (Silva & Pinto, 1986, p. 105)

Ao nível descritivo procura-se a descrição exhaustiva de um acontecimento, de um caso, de uma população, etc. pelo que se aplica a estudos de histórias de vida, uma vez que ela tenta

relevar para a importância relativa pelos sujeitos a temas como a vida familiar, a vida económica, a vida profissional, a vida religiosa, etc. (Silva & Pinto, 1986, p. 105). É sobretudo este registo que se pretende alcançar com as entrevistas a serem realizadas a 23 jovens de diferentes escolas.

Eventualmente, poderá recorrer-se à análise correlacional, procurando estabelecer relações de associação entre diferentes variáveis, designadamente se as subjetividades percecionadas permitirem desconfiar de algum tipo de padrão ou “procurar, por exemplo, manipular as condições de produção de um dado material simbólico para assim poder testar hipóteses de causalidade entre essas condições de produção e o material obtido.” (Silva & Pinto, 1986, p. 106).

2.2. Estratégia de pesquisa empírica: procedimentos e técnicas de recolha e análise de informação

A todas as escolas foi solicitada a sua colaboração no sentido de apontar alunos de estratos sociais diferenciados, em função de terem alguma bonificação por pertencerem ao escalão A ou B da Segurança Social, por terem um percurso diário de deslocação para a escola mais ou menos prolongado e, sobretudo, em função do tipo de curso que frequentam, ou seja do ensino regular nas suas diferentes opções (artes, estudos socioeconómicos, científicos e humanidades) garantindo assim a obtenção de informação de um grupo de jovens mais diversificado.

Consequentemente, a fim de imprimir alguma coerência e equidade ao estudo com o que inicialmente estava previsto, foi possível entrevistar 23 jovens que se distribuem de seguinte forma:

Quadro 1 – Tabela síntese do n.º de inquiridos por escola e localidade (por género)

N.º de alunos	Tipo de ensino	Escola	Localidade - Distrito	Sexo	
				M	F
6	Ensino Regular	Escola Secundária Alves Martins	Viseu - Viseu	3	3
6	Ensino Profissional	Escola Profissional Mariana Seixas	Viseu - Viseu	3	3
5	Ensino Regular	Escola Secundária de Carregal do Sal	Carregal do Sal - Viseu	3	2
6	Ensino Profissional	Escola Secundária de Carregal do Sal	Carregal do Sal - Viseu	6	0

Saliente-se que se tivesse procedido à realização das entrevistas no início do ano escolar ou até no fim do primeiro semestre, as indecisões dos alunos seriam ainda maiores pondo em causa a riqueza e conteúdo deste trabalho. Assim, o momento escolhido para realização das entrevistas tinha de ser perto do término do ano letivo em que as decisões dos jovens estivessem mais sedimentadas. Consequentemente, esta abordagem colocou esta tese sobre pressão e de um elevado risco de não conclusão, em caso de não alcançar o mínimo de entrevistas para encerrar este trabalho. Contudo, era exatamente este momento que interessava explorar, o momento da transição e a forma como as opções foram fundamentadas e justificadas. Interessava perceber a autoavaliação da trajetividade dos jovens, quanto ao percurso escolar, mas também quanto às suas expetativas e oportunidades.

Quanto à forma de abordagem, esta centrou-se num inquérito com vista à obtenção de uma breve sociografia e recolha de informação no que concerne ao tempo de viagem para a escola, tipo de ensino que frequenta, ao agregado familiar, à pertença dos pais em termos de grupo socioprofissional, bem como, numa perspetiva marxista, aos presumíveis rendimentos familiares. Estas informações foram importantes para perceber até que ponto as variáveis de ter tido uma experiência profissional, as profissões dos pais, do poder económico, da dimensão, estrutura e constituição familiar interfere na forma de perspetivar o presente e o futuro dos jovens. Foi a base para se compreender o ponto de partida através do qual os jovens tomam as suas decisões.

Este inquérito foi pertinente e antecede o momento da entrevista, servindo para explicar as questões de confidencialidade, o âmbito e propósito da entrevista, dando alguns minutos aos jovens para darem as suas respostas. Recorde-se que houve uma tónica teórica que assenta na análise do contexto social de origem, pelo que se entendeu aplicar um inquérito que, para

além da sociografia, possibilitasse uma perspectiva mais holística dos jovens, uma base de comparação, permitindo inferir sobre esse mesmo contexto social e que, do ponto de vista teórico, parece ser relevante. Não fazia sentido perder-se tempo na entrevista com questões que se prendiam com o agregado familiar, rendimento familiar, etc., exceto se o entrevistado mencionasse esse facto enquanto motivo de ajuste das suas estratégias ou dificuldades. Este inquérito, simultaneamente, serviu de referência para iniciar e introduzir aspetos constantes do guião e permitiu salvaguardar um manancial de informação comparável respeitante aos jovens entrevistados. Constituiu-se, igualmente, como uma ferramenta útil, quer para dar início à entrevista, quer para quebrar eventuais vazios que surgissem na entrevista ou para retomar aspetos que no entender do entrevistador não foram suficientemente aprofundados.

As entrevistas foram realizadas entre junho e julho de 2015, com uma duração média de uma hora e meia, tendo sido gravadas com a respetiva autorização e transcritas quase integralmente, para que se procedesse à posterior análise de conteúdo. O inquérito que antecedeu cada entrevista, em média não demorava mais do que 5-7 minutos a preencher.

Dado as entrevistas terem sido realizadas já no fim do ano escolar, a maioria dos entrevistados tinham alcançado a maioridade. Contudo, tendo as entrevistas sido agendadas em colaboração com as escolas, os pais foram informados e solicitadas as respetivas autorizações. Os entrevistados foram informados quanto à confidencialidade dos seus dados e que as informações prestadas serviam apenas para registo estatístico e de análise de conteúdo para fins académicos, garantindo o anonimato dos entrevistados. Por esse motivo, não se encontram em anexo qualquer transcrição de entrevista, dado que ao expor integralmente o conteúdo das entrevistas, as mesmas poderiam identificar os entrevistados.

CAPÍTULO III – CONTEXTO DO ESTUDO E ANÁLISE DAS CONDICIONANTES, ESTRATÉGIAS E PERSPETIVAS DA JUVENTUDE

3. Caraterização do contexto e dimensões de análise

3.1. Sociografia

Apresentam-se neste capítulo alguns dados referentes aos inquiridos e à composição da amostra que serviu de base a este estudo. As siglas utilizadas, a fim de identificar as escolas, correspondem às suas iniciais pelo que ESAM se refere à Escola Secundária Alves Martins, EPMS à Escola Profissional Mariana Seixas, ambas situadas em Viseu – cidade e, finalmente, a ESCS que identifica a Escola Secundária de Carregal do Sal, concelho que se situa a sul do distrito de Viseu e, conseqüentemente, na periferia, com características essencialmente rurais.

Quadro 2 – Cruzamento de variáveis: Género * Escola que frequenta? * Frequenta um curso profissional ou via progressão de estudos?

Frequenta um curso profissional ou via progressão de estudos?			Escola que frequenta?			Total
			ESAM	EPMS	ESCS	
Curso profissional	Sexo	Masculino		3	6	9
		Feminino		3	0	3
	Total			6	6	12
Ensino regular	Sexo	Masculino	3		3	6
		Feminino	3		2	5
	Total		6		5	11
Total	Sexo	Masculino	3	3	9	15
		Feminino	3	3	2	8
	Total		6	6	11	23

Fonte: Inquérito aos entrevistados

Pretendeu-se que a distribuição dos alunos fosse equitativa, tendo sido alcançado esse objetivo em todas as escolas, menos no que concerne ao ensino profissional na ESCS. Aqui, sem exceção, todos os alunos inquiridos e entrevistados do ensino profissional foram masculinos, impossibilitando esta aspiração. No entanto, só esse facto poderá contribuir para uma nota explicativa no que concerne à perceção das jovens concernente aos cursos profissionais e, se se assiste à feminização do ensino superior, também poderá esta ser uma variável explanatória da razão de não ter tido a oportunidade de entrevistar uma pessoa do sexo feminino neste curso profissional referente à gestão desportiva.

Quadro 3 – Cruzamento de variáveis: Género * Idade * Escola que frequenta?

Escola que frequenta?		Idade						Total	
		17	18	19	20	21	22		23
ESAM	Sexo Masculino	1	2						3
	Feminino	1	2						3
	Total	2	4						6
EPMS	Sexo Masculino		1	1		1	0	0	3
	Feminino		0	1		0	1	1	3
	Total		1	2		1	1	1	6
ESCS	Sexo Masculino	2	2	4	1				9
	Feminino	0	2	0	0				2
	Total	2	4	4	1				11
Total	Sexo Masculino	3	5	5	1	1	0	0	15
	Feminino	1	4	1	0	0	1	1	8
	Total	4	9	6	1	1	1	1	23

Fonte: Inquérito aos entrevistados

Outro aspeto relevante diz respeito à idade. A preocupação essencial deste trabalho era avaliar os jovens em situação decisiva (a transitoriedade para fase adulta) e compreender as suas perceções subjetivas de oportunidades, angústias, receios e expetativas. Assim, esta tabela evidencia várias situações que merecem destaque interpretativo:

1. O percurso escolar não se configura com linearidade ao ponto de se verificarem idades similares no fim do ciclo escolar, designadamente no que se refere aos cursos profissionais e ensino regular da ESCS;
2. A margem de seis anos (dos 17 anos aos 23) torna-se uma amplitude de análise imperativa porque pode significar:
 - a desadequação do ensino às reais necessidades dos jovens, traduzindo-se numa desorientação quanto ao percurso escolar e conseqüente morosidade;
 - um período experimental dos jovens a fim de compreenderem melhor os recursos, suas capacidades e vocação ou;
 - a incapacidade de serem integrados no mercado de trabalho, no caso de já terem terminado um curso e terem optado pela frequência de outro (eventualmente com melhores possibilidade de inserção no mercado de trabalho).

Assim se justificou ainda mais a o conceito de trajetividade marcado por Pais e a insistência nos acontecimentos/ decisões que marcaram esta fase de transição, quer para o ensino superior, quer para o ensino profissional e expetativas de futuro.

O número de alunos cuja a localidade de residência não foi coincidente com o local de ensino foi relativamente baixo, constatando-se que esta situação ocorreu apenas em duas situações concernentes à EPMS. Assim, esta situação poderá ser justificada designadamente pela falta de oferta formativa ou qualidade do estabelecimento de ensino que promove com que alguns alunos de locais mais periféricos se desloquem para a cidade.

Quadro 4 – Cruzamento de variáveis: Localidade de residência * Escola que frequenta?

		Escola que frequenta?			Total
		ESAM	EPMS	ESCS	
Localidade de residência	Carregal do Sal	0	1	11	12
	Santa Comba Dão	0	1	0	1
	Viseu	6	4	0	10
Total		6	6	11	23

Fonte: Inquérito aos entrevistados

Quanto à análise da distancia e dos meios de transporte utilizados (Tabela 5 em anexo), sensivelmente metade dos alunos se deslocou de carro para a escola, pouco mais de um terço optou pela caminhada e apenas dois jovens optaram pelo autocarro. A grande maioria dos inquiridos não demora mais de cinco minutos a deslocar-se à escola. Os alunos da ESCS são os que afirmaram estar mais próximos, com distâncias a percorrer inferiores a dez minutos, à exceção de um elemento que era oriundo de uma zona limítrofe do concelho de Carregal do Sal e estava dependente do transporte escolar para frequentar as aulas na sede de concelho.

Aqui poderíamos reforçar a ideia de que o contexto social e a sua estruturação confinam as ações sociais que se desenvolvem em determinados espaços. A proximidade à escola na sede de concelho de Carregal do Sal, único recurso escolar presente no local, fez com que absorvesse todos os potenciais alunos das áreas confinantes. Esta realidade difere com a da cidade de Viseu, com opções variadas de escolas, com ponderações e incidências diferenciadas. Assim, os potenciais alunos tiveram de ser atraídos pelos diversos recursos ao nível do ensino regular, quer a Escola Viriato, quer a Escola Alves Martins, bem como a nível profissional, Escola Mariana Seixas em concorrência inclusive com escolas do

designado ensino regular que também proporcionado cursos profissionais, uma vez que do ponto de vista financeiro representa mais uma forma de suportar custos de funcionamento, não só daquele curso, mas de toda a escola, quer ao nível de estruturas, equipamento e dos recursos humanos.

O mesmo sucede com o jovem que declarou demorar 25 minutos do seu local de residência para a Escola Profissional Mariana Seixas. Já o jovem que declarou demorar 20 minutos na sua deslocação do centro de Viseu (local de residência) à escola profissional porque realiza o trajeto a pé.

Note-se que todos os alunos inquiridos da ESAM se fazem todos deslocar através de carro. A ESAM fica localizada no centro da cidade e tem bons acessos, designadamente de autocarro. Contudo, fiquemos com a indagação em mente porquê será assim. Eventualmente, esta configurou-se como uma das formas de desigualdade no acesso à educação.

3.2. Dimensão e composição familiar

A dimensão familiar e a sua composição podem ser importantes para aferir até que ponto eventuais projetos de vida foram influenciados pela socialização primária. Mais, ela poderá ter influenciado a rentabilidade do estudo, pelo que um ambiente mais calmo em casa pode promover uma maior concentração e permitir um melhor estudo.

De acordo com a tabela seis (em anexo), note-se que os agregados mais atípicos, e que pode ser também expressão da crise, se encontram sobretudo nos alunos que frequentem o ensino profissional (EPMS), bem como a ESCS, incluindo no seu agregado familiar, em comparação aos alunos da ESAM, padrastos, tios, sobrinhos ou namorados.

Quanto a estes contextos diversificados falaremos mais adiante, uma vez que é importante considerar esta envolvente familiar e estratégias que se desenvolvem para superar dificuldades.

Mas mais importante do que a sua constituição é a motivação e fundamento para que estas situações se verifiquem. Foi deliberado? Foi devido à conjuntura de crise? Foi numa ótica de rentabilização dos recursos? Ou foi motivado por questões familiares e de saúde?

O tabela sete (em anexo) revela-se de particular interesse uma vez que sugere, no que concerne a esta amostra singela, que o espaço interfere na forma como se organizam as estruturas e relações sociais na medida em que evidencia que a cidade se configura como um espaço peculiar. Atente-se ao facto em que pelo menos um dos pais dos alunos que frequentaram a ESAM eram detentores do ensino secundário ou superior. Já por sua vez, no que concerne à EPMS, nenhum dos pais dos alunos entrevistados possuiu ensino médio ou superior, sendo a habilitação máxima alcançada pelos pais o ensino secundário.

Já no que se refere à escola sita em Carregal do Sal, único recurso existente a nível local, os pais apresentaram qualificações habilitacionais mais diversificadas. Pois, nesse meio, a escolha da escola não se coloca de forma tão afincada. Eventualmente, a frequência de outra escola, mais longínqua também não se colocou face ao esforço que os jovens teriam de fazer e custos implícitos dessa deslocação. Por sua vez, designadamente referente à ESAM, esses pais provavelmente incentivaram a frequência do ensino superior, já que a maioria passou pela experiência. Assim, a teoria da escolha racional ganha aqui alguma aplicabilidade, tratando-se dos estratos sociais mais elevados que conseguiram colmatar dificuldades e as respetivas desigualdades.

Quadro 9.1 – Situação atual dos pais perante o trabalho

Situação atual dos pais perante o trabalho:	Pai	Mãe
Exerce atividade profissional	17	12
Trabalhador/a familiar não remunerado/a	1	3
Estudante	0	7
Reformado ou pensionista	2	1
Falecido/a	2	0
System-missing	1	0
Total	23	23

Fonte: Inquérito aos entrevistados

Na ESAM (Quadro 8 em anexo) encontrámos alunos provenientes de famílias em que na sua maioria os progenitores exerciam profissões de índole académica, com uma exceção. Ou seja, acederam aquelas profissões através da formação superior e exerciam profissões de “colarinho branco”. Por sua vez, na EPMS identificámos pais que na sua maioria eram

trabalhadores que exerciam profissões de “colarinho azul”, ou seja, profissões que exigem maior esforço físico. Já no que respeita a ESCS, as profissões foram muito diversificadas, não se encontrando uma diferenciação na estrutura social tão acentuada como sugeriram as primeiras duas escolas. Naturalmente, isto diz apenas respeito a esta singela amostra e não tem qualquer relevância estatística. Contudo, isto deve constituir e é merecedor de uma reflexão.

Uma curiosidade foi a dificuldade em admitir a situação de desemprego. Apesar desta opção estar disponível, esta opção não foi assinalada em nenhuma das vezes. Contudo, ao longo das entrevistas acabaram por se descritas várias situações de desemprego, embora nunca tenha sido atingido o casal pela mesma infelicidade, facto é que o desemprego foi referido e mais associado ao sexo feminino.

Quadro 9.2 – Situação perante o trabalho

Situação perante o trabalho:	Frequência
Desempregada	3
Desocupada	1
Reformada por invalidez	1

Fonte: Inquérito aos entrevistados

Poucos foram os entrevistados que assinalaram a pergunta “Outra situação” de desemprego, camuflando a situação de desemprego com outras condições perante o trabalho como a condição de estudante ou trabalhador familiar não remunerado.

É revelador que o sexo feminino surgiu mais a associado ao desemprego/ desocupação, mas também parece ser este género que se tolera e esconde mais facilmente entre outras rubricas estatísticas.

Embora se verifique que as credenciais escolares produziram efeitos (quadro onze), registando-se, tendencialmente, que quanto mais elevada a qualificação escolar ou académica, maior a probabilidade para auferir remunerações mais elevadas. No entanto, isto não é linear e verifica-se que também existem trabalhos que, pela sua natureza, esforço físico, o tipo de acordo coletivo pelo qual são abrangidos, entre outros, eram elevados ao ponto de superarem remunerações de pessoas que possuam licenciatura ou superior.

3.3. A trajetividade dos inquiridos – análise e interpretação

A sociografia representou um manancial de informação crucial na medida em que possibilitou suscitar interpretações quanto ao percurso dos estudantes, quer motivado pela localização e estruturação do espaço, quer pelos progenitores que se constituíam enquanto pessoas de significado com poder de influenciar o percurso escolar, quer por diversos outros sistemas que podem confluir e, ou não, a ter impacto nas decisões.

Do ponto de vista teórico, o conceito da trajetividade realça o percurso dos estudantes e momentos de decisão, bem como os fatores que contribuíram ou condicionaram as decisões, configurando-se como lógica essencial para perceber as escolhas dos jovens.

Os momentos-chave a considerar foram o da escolha do ramo ao ingressar no 10.º ano e/ ou escolha dos cursos profissionais bem como as escolhas para ingresso no ensino superior.

Outro aspeto crucial a considerar foi o das vivências/ percepções de crise que possivelmente tenham contribuído para uma tomada de decisão planeada ou não planeada, uma vez que se pretende analisar o impacto que a crise poderá ter tido nas diversas opções.

Assim, sobretudo por respeito à problemática e às ilações daí suscitadas, designadamente de uma avaliação longitudinal, correspondente a uma análise da trajetória social e escolar do indivíduo, não me suscitou que a mera comparação discursiva ou narrativa fosse o método apropriado para compreender os fenómenos sociais aqui revelados, nem colocaria o leitor numa posição de espectador da trajetória em causa, mas que pode ter capacidade explicativa para um momento decisivo. Pois, interessou comparar as trajetórias distintas na sua plenitude e não apenas a comparação de fragmentos/ momentos que possam ter sido decisivos na tomada de determinadas opções, mas que se iriam tornar impercetíveis, sem nexos, descontextualizado das circunstâncias para o leitor.

Assim, propôs-se uma simbiose de difícil relacionamento. Por um lado, evidenciar as trajetórias, por outro comparar narrativas discursivas no que concerne à percepção e representação da crise, da austeridade, dos impactos nos jovens e suas estratégias que daí resultaram para mitigar os seus efeitos, se é que houve impacto percebido a nível individual ou familiar. Pelo outro, evidenciar os contextos de origem e expor, na medida do possível, os momentos-chave em que os/as jovens relatam as suas principais influências determinantes nas suas escolhas, independentemente do sistema de referência em causa.

Assim, propôs-se de base uma análise temática recorrendo, quando o contexto o justifique, a uma análise mais longitudinal e individualizada. A vantagem desta forma de análise prendeu-se com uma maior comparabilidade dos discursos salientando os aspetos essenciais que culminaram em determinados momentos nas decisões tomadas. Simultaneamente, esta abordagem permite uma avaliação das decisões já tomadas pelos jovens permitindo uma retrospectiva, uma avaliação em função do tempo e circunstâncias de então com o saber acumulado do presente.

3.3.1. Crise e austeridade – Percepções subjetivas ou condicionantes reais

3.3.1.1. Percepção da crise e austeridade

Os entrevistados foram questionados quanto à sua interpretação e entendimento dos conceitos de “crise” e “austeridade”. Estes dois conceitos foram constantemente referidos nos media. Mas o que entendem os jovens por estes dois conceitos?

As respostas auferidas nas entrevistas revelaram elaborações distintas em função do tipo de ensino que frequentam, bem como uma capacidade diferenciada na argumentação e justificação das suas perspetivas, incorporando excertos de notícias e fundamentando com as suas interpretações.

A crise foi percecionada e justificada de forma muito distinta pelos entrevistados incorporando nas suas narrativas aspetos como as tipologias de crise, sublinhando a existência de outras formas de crise para além da económico-financeira, como a “crise de mentalidades e de cultura” (Entrevista 1).

Mas não nos fiquemos por aqui. Ainda antes de proceder à apresentação de diversas formas de entendimento referente à crise e austeridade, revelou-se uma postura ligeiramente diferente e desafiadora, estabelecendo diversas críticas quanto à forma como a informação foi apresentada pela comunicação social, como a informação sobre a crise chegou aos jovens e como ela foi interpretada.

“O povo vive numa situação de crise, se bem que eu acho que a crise é se calhar um bocado exagerada e é-nos imposta a ideia que estamos em crise. Talvez como desculpa para fazer outros cortes e outras coisas, mas sem dúvida que as pessoas, a população está a passar por momentos de crise. [...]. Acho que há certas coisas que não parecem e não demonstram que realmente estamos em crise e que é preciso tantos cortes e tanta austeridade..., mas isso é um bocado a minha cabeça conspiradora.” (Entrevista 7)

Esta nota introdutória deste jovem foi surpreendente na medida em que questionou exatamente e ponto fulcral da lógica da austeridade, a da legitimação de medidas de austeridade e da questão da necessidade da austeridade. O jovem prossegue o discurso crítico

Eu penso assim, porque nós não conseguimos realmente ter a certeza do que realmente se passa no país, porque as coisas chegam a nós, na grande maioria, pela comunicação social, por comunicados de pessoas que já provaram que não são 100% confiáveis, corretas e certas, e se calhar muitas vezes não têm qualquer problema em nos enganar. Como já o fizeram e ainda o fazem. [São] As pessoas que têm poder e por ter poder se calhar são assim. Chegaram lá [ao poder] porque são assim. [...] E já há um bocado de corrupção e por isso nós estamos assim. Eles têm que nos iludir de alguma forma para nós aceitarmos esses cortes, essa tal austeridade. (Entrevista 7)

Em primeira alínea ressaltou a crítica e a desconfiança quanto aos meios de comunicação social, bem como aos relatores e porta-vozes do Estado, salientando um olhar desconfiado do entrevistado, que descreve os políticos e responsáveis do estado como sendo corrompíveis e que parecem não olhar a meios para atingir os seus fins: a obtenção de poder.

No entanto, o contexto social dos inquiridos foi muito importante, e no caso a seguir foi por conta do seu contexto de origem que considerou que não há crise: “Não. Não. Se comparado

com o meu país (Ucrânia), não. Desde que eu vim para aqui vivo muito melhor aqui. Temos um bom apartamento, temos um bom carro, não acho que cá está em crise.” (Entrevista 19)

Este jovem, oriundo da Ucrânia, considerou que as condições eram bem diferentes e classificou-as como “muito piores” e explicou por que motivo o retorno era

Impossível. As pessoas são mortas por causa de um telemóvel numa rua. [...] uns amigos meus que conheci há uns tempos atrás e então eles contaram-me a história que na escola mataram uma rapariga por causa de um telemóvel. Era um telemóvel caro. Só para ver a diferença. Mafiosos em todo o lado. Drogados em todo o lado. Cidade destruída. Tudo maltratado. Portugal. Viseu é o exemplo de Portugal. Viseu é o exemplo de Portugal. As estradas estão completamente limpas. São novas. É uma cidade que ... não tem muita gente, claro, mas é uma cidade boa de viver. Fala por si. Não se nota tanto. Claro, tem aquela parte dos ciganos, das drogas e não sei quê, mas ... não, não é a mesma coisa. (Entrevista 19)

Também a entrevistada 18 considerou que Portugal não vivia em crise porque “Aqui é diferente de África. Aqui não têm pessoas que vivem em tendas, que não têm casa, [...] os miúdos desde pequeninos vão à escola. [...] Eu acho que é razoável.” (Entrevista 18), referindo-se a bens essenciais, como o direito à habitação ou acesso à escola.

O contexto de crise e medidas de austeridade em nada se comparava com a turbulência social descrita por estes jovens, pelo que a crise para estes era inexistente. Contribuindo para essa falta de perceção, o jovem (Entrevista 19) acrescentou ser muito seletivo na informação que consumia e referente à austeridade o jovem indagou: “Austeridade? Tem a ver com crises? Certo. Eu não vejo noticiário. Não vejo televisão em geral. [...] Gosto de ver notícias sobre computadores e não as notícias.” (Entrevista 19)

A seletividade quanto ao que consome, como e quando, permitido pelas novas tecnologias, acabou por interferir no conceito de comunidade, ou de exclusão dela, uma vez que não se encontra em sintonia com as notícias referente a Portugal. Este jovem chegou a Portugal em 2009 e encontrava-se a frequentar um curso profissional. Contudo, a ausência de conhecimento da atualidade e perceção reduzida da crise foi porque o jovem colocou a sua experiência num contexto completamente diferente em que, mesmo que seja tempo de crise, eles conseguiram um “bom apartamento, bom carro”, que são dimensões que se relacionam diretamente com o bem-estar do jovem.

A austeridade é um termo do qual alguns jovens tiveram uma ideia mais elaborada, enquanto outros assumiram o seu desconhecimento. Foi por estar associada à política que os jovens parecem ter criado uma barreira distanciadora sendo este aspeto relevante quanto à sua participação cívica, de cidadão.

A crise leva à austeridade, mas eu também não domino muito este assunto. Sou sincero. Não sei as definições. Eu vejo a austeridade como, lá está: apertar o cinto e viver com limites e ter certas condicionantes e acho que o que leva a isso é a existência de crise.” (Entrevista 7)

Não faço ideia. Não percebo nada disso. Eu também me afasto um bocado disso ... tudo que seja, entre aspas, política. Austeridade, sei lá, não faço ideia. Não faço ideia do que significa literalmente, o que é, mas creio que tenha alguma coisa a ver com a troika, não sei, não faço ideia. Não percebo mesmo nada disso. (Entrevista 22)

“Austeridade? Como hei-de explicar agora. Nem estamos assim muito mal, nem estamos assim muito bem. Estamos.” (Entrevista 11), seguido de um momento vazio.

“Sinceramente, não me diz quase nada. Em parte, associa-se à crise, à decadência do país.” (Entrevista 14)

Ao assumir que não dominavam o assunto e que não conheciam as definições de austeridade também se evidenciou a linguagem demasiado tecnicista usada pela comunicação social e pelas diversas figuras que comentaram a crise e austeridade, promovendo um certo distanciamento das pessoas e jovens, criando nelas o sentimento de que não sabiam discutir este assunto. Assim, seguindo a aceção deste jovem, podíamos concluir que através do desconhecimento foi possível justificar uma maior aceitação das medidas de austeridade, reduzindo o papel das pessoas à simples atividade de trabalhar e pagar os impostos (indo ao encontro de autores como Beck ou Ferreira).

Outra entrevistada definiu a austeridade como: “Cortes, em tudo e mais alguma coisa. [...] De tudo em que não devia ser. Cortes na educação, cortes na saúde. Em tudo aquilo que, lá está, são considerados as necessidades básicas, entre aspas, não é ...” (Entrevista 21), cortes que surgem com uma fundamentação descontextualizada e pondo em risco as necessidades básicas.

Constatou-se o desejo pela clareza no discurso

Devia ser tudo exposto, limpo e claro que desse para chegar a toda a gente. E de certeza que deve haver formas de nós consultarmos, lá está, não estou dentro do assunto, mas de consultar contas de tudo de uma forma mais certa, mas se formos a ver, tudo chega através da comunicação social, é ligar o jornal das oito e é lá que nos dizem que isto subiu, que aquilo dá nisto, e que vamos ter de pagar por causa daquilo. [...]. Essa informação é tão facilmente manipulável que é o que me faz duvidar da seriedade da situação. Lá está, pode ser alterada de uma forma... (Entrevista 7)

Mais adiante o jovem em questão fez um resumo breve do tipo de informação que reteve e como a mesma foi interpretada por si e que se constituiu como uma perspetiva importante, abrindo caminho para a análise a diversos pontos que foram retratados de seguida.

Claro que não podemos gastar como queremos, mas a situação do meu pai, que a minha mãe está desempregada, mas não há aquela coisa ... felizmente não há. Mas em termos psicológicos, a nossa forma de pensar, pelo menos a mim, influenciou-me um bocado. Basicamente, sinto-me com as pernas cortadas ou atadas, porque o panorama que nos transmitem é um panorama negro. Porque tiras cursos universitários e a grande probabilidade é tu acabares no desemprego. Não tens curso universitário, também acabas no desemprego. E, basicamente, nós que estamos a estudar, a lutar para, fazer sacrifícios para fazer certas coisas, se calhar, [...] vejo colegas meus a abdicarem de certas coisas em prol disto tudo, e ao mesmo tempo somos bombardeados com: É pá, façam isso, mas se calhar vai correr mal. E vemos um primeiro-ministro que mandam as pessoas emigrarem, por exemplo. [...]. Estamos a caminhar, não é para o abismo, mas não é por nada de bom, estamos a sacrificar agora para [...] não sermos recompensados devidamente. (Entrevista 7)

Este excerto revelou, de forma substancial, a lógica de austeridade usada e como ela foi absorvida por este jovem. Seja qual for o caminho que trilharam, parece que o resultado será sempre o mesmo, deixando prevalecer uma grande incerteza quanto às opções a tomar.

De forma genérica, sobretudo por parte de alunos do ensino regular, foi feita a distinção entre crise e austeridade, embora que em termos de narrativa a crise surja sempre associada à austeridade, entendendo-se aqui alguma confusão, de forma justificada, porque avaliaram que a crise também é acentuada pelas medidas de austeridade.

Austeridade para mim quer dizer mais impostos, mais rigor, aumento do IVA, rigor naquilo que há para pagar." [...] "As medidas são necessárias. Temos dívidas a pagar e há cortes, na minha opinião, que são muito elevados. Mas no corte das pensões eu não concordo. Toda a gente ao longo da vida que trabalhou e poupou têm direito aquela reforma. Os mais ricos que estão no governo, não há aqueles cortes. [...] As medidas de austeridade, para mim, são muito excessivas. Mas hoje em dia há poupança e antigamente não havia isso. (Entrevista 15)

Este excerto revelou como o discurso sociopolítico foi absorvido, embora esteja associado a algo de mal, também se traduz em algo de positivo (poupanças das famílias), sugerindo assim a ideia do benefício da austeridade.

Austeridade diz-me que medidas rígidas são necessárias. Mas também não muito rígidas ao ponto das pessoas ficarem lesadas. Tem de haver um meio termo, a meu ver. [...]. Neste momento acho que não [existe esse meio termo]. Acho que têm de ir para o governo pessoas que saibam ... pronto, a começar pelas pessoas que ganham no próprio governo salários que se calhar não são os mais adequados e têm regalias que não precisam assim tanto e que as pensões vitalícias que têm são completamente desnecessárias e, por exemplo, outra problemática, podemos ... o facto de muitos sítios ainda não passarem faturas, isso poderia aumentar o orçamento do Estado, e também as pessoas que passam aos estudantes a rendas das casas e isso tudo pelo negro, esse dinheiro também não vai para o Estado, e não há fiscalização e é por isso que estamos assim também, por essas pequenas situações que depois acumulam. (Entrevista 6)

Encontrou-se aqui patente a ideia de que: "se todos contribuírem, todos nós estaríamos melhor". Corresponde ao mote lançado pelo governo "Se todos pagarem os impostos, você paga menos." e que se encontrava no site oficial das finanças relativamente ao apelo lançado pelo governo para solicitar sempre as faturas. Facto é que, este mote criou um clima de

incerteza na medida em que estava implícita a ideia de que uns pagam impostos e outros não, promovendo um dicotomizar da sociedade entre quem paga e não paga, culpabilizando-se os que não pagam e, simultaneamente, à falta de capacidade de fiscalização do estado.

Noutros casos, a crise foi associada a um determinado “período oficial” do discurso sociopolítico de austeridade, mas foi diluído na representação deste jovem, dado o seu carácter de continuidade na perspetiva/ experiência deste jovem.

Tenho ouvido falar desde 2009 [que há crise], mas na minha opinião, como saímos da ditadura acho que há crise desde sempre. [...] Já na época da ditadura, acho que o país estava em crise, em que as pessoas tiveram de ir para o estrangeiro para conseguirem ter uma vida melhor. Emigraram. [...] Muitas pessoas estão no desemprego e há muita falta de trabalho, e como temos um país com muita corrupção e como temos a dívida externa para pagar, na minha opinião, o país está em crise. E com o aumento dos impostos, isso vai fazer com que o país ainda fique mais em crise porque as pessoas não têm dinheiro. (Entrevista 15)

Este jovem estendeu o espaço temporal da crise, aqui em análise, a outro argumentando que a crise sugeriu ser uma constante, fundamentando que anteriormente houve várias intervenções do FMI.

A narrativa revelou-se de extrema importância e apontou para uma tendência discursiva do eu e dos outros, uma tentativa de justificação de que a crise ainda não afetou o jovem e que ainda detém recursos e meios de contornar alguns efeitos da crise:

Acho que estes dois pratos da balança não ajudam um ao outro, há que equilibrar. Muito bem, o país atravessa uma crise económica, mas eu ainda tenho a possibilidade de aceder à internet e eu ainda consigo aceder a livros, concertos e espetáculos, peças de teatro, mas por outro lado, o país podia ainda ter algum dinheiro, mas como as pessoas não aderem a iniciativas culturais de qualidade, então não teria a adesão e visibilidade que se esperava. Este é um problema grave porque parece que Portugal não está a conseguir equacionar estes dois pratos. (Entrevista 1)

O jovem, para além de reproduzir a dialética *eu-eles*, não considerou que a crise o tenha afetado severamente devido a ainda ter oportunidades de consumo, justificando que o país em si, leia-se as pessoas que nela vivem, é que não tinham dinheiro.

A crise foi relatada e associada a experiências traumáticas, mas desconexas desta crise em si. Ela foi associada a perda do pai e de ser a mãe a sustentar a família.

Eu não tenho sentido isso (a crise) mas talvez a minha mãe e as minhas irmãs quando o meu pai morreu. Foi muito complicado. Eramos os quatro menores ainda, os quatro na escola. Eu ia para a pré, na altura, mas ... foi muito complicado. [...] Eu pessoalmente não sinto falta (do pai), porque nem sequer me lembro dele, a minha mãe e as minhas irmãs mais velhas, sim. [...] Era só a minha mãe a ganhar e assim. (Entrevista 16)

A crise surgiu associada a uma experiência traumática sociofamiliar, representada pela perda do pai e não enquanto condição socioeconómica provocada por uma crise financeira. Assim,

quando o rendimento disponível é pouco e as estratégias de poupança e de sobrevivência já estão em marcha, o conceito “crise” adota uma definição transmorfa em que os jovens e suas famílias já se adaptaram não à crise (financeira e seus efeitos), mas permite pensar que perpetuam as suas estratégias de sobrevivência devido ao facto de se terem adaptado a uma situação traumática que não resultou da crise financeira. Este pensamento abriu portas a outros esquemas mentais, designadamente permitiu pensar que o impacto da crise numa família, com estilo de vida regrado, seja menor ou até inexistente em função das suas estratégias de poupança implementadas.

Deve ser reconhecido o criticismo dos jovens, inclusivamente quanto ao discurso sociopolítico da austeridade, incorporado enquanto crise

O país provavelmente não está em crise, acho que crise é um conceito que foi inculcado às pessoas para se conterem um bocadinho mais. Para não terem atitudes que se calhar podem repercutir-se negativamente no futuro da humanidade. Para conservar a sociedade como ela está. Como ela está, não. Para regredir um bocadinho, porque as pessoas, se calhar, consomem cada vez mais. A crise se calhar veio como um ambientador, para dar um cheirinho melhor.” (Entrevista 8)
Austeridade? – “Nunca percebi o que significa essa palavra. [...] Já ouvi muitas vezes [na TV], mas não vejo muito e não gosto de política. (Entrevista 8)

Os alunos do ensino regular pareceram ter uma maior consciência e capacidade de síntese quanto ao que consideram austeridade, assim definiram a austeridade de diversas formas, com implicações em diversas esferas sociais, bem como criaram processos de identificação.

A narrativa dos jovens foi de particular interesse

Austeridade, é que estamos todos em contenção, temos que todos estar a poupar, basicamente, e incluindo o Estado, estamos todos em abstenção de custos, de gastar dinheiro, estamos todos limitados, nesse aspeto. [...] O Governo pôs o estado de austeridade para conseguir melhorar, só que às vezes não é isso que acontece. Corta à partida dos que têm mais para atenuar as dificuldades dos que têm menores rendimentos. Austeridade tem várias facetas, têm essa parte boa em que corta os rendimentos elevados para conseguir atenuar as dificuldades dos que têm menos, mas também os que ganham mais são prejudicados. (Entrevista 2)

Chamar-lhe-ia uma discrepância de classes sociais. Quando antes desta crise começar havia mais classe média e as pessoas tinham mais posse e compravam até mais e até coisas que por vezes eram desnecessárias, agora há uma discrepância maior, muitos deles, essa classe média pararam de comprar e muitos deles foram parar à classe baixa e alguns continuam privilegiados. Agora a classe média, eu acho que está cada vez mais a diminuir e há cada vez mais classe baixa. (Entrevista 5)

Note-se aqui a divisão de classes presente no discurso e, conseqüentemente a visão marxista.

Claro que há [crise]. Eu sendo de economia, vejo que essas partes, dívida pública a aumentar, desemprego também a aumentar, quer dizer o que decresce não é porque há mais gente a trabalhar, mas porque há mais gente que emigra. Também vemos isso nessa perspetiva [enquanto aluna de economia]. (Entrevista 2)

Para mim a crise, pessoalmente posso não ter sentido tanto a crise porque a minha mãe esteve sempre a apoiar e não sei quê e como ela digamos tem assim um

emprego estável, não senti tanto, mas ... posso dizer, nós víamos, no estado em ficavam as pessoas, sem emprego, sem casa, viver nas ruas sem comer. [...]. Nós aqui na nossa zona, pelo menos no distrito de Viseu, eu acho que não notei tanto a crise, o que nós notávamos era mais o que se escutava na televisão. Eu acho que a crise se alastrou mais por causa dos Média. (Entrevista 16)

Acho que é só para alguns, para a classe pobre e para a classe média. Porque os ricos continuam ricos, digamos assim. Os ricos continuam com carros topo de gama, continuam a fazer aquelas viagens de luxo pelo país fora. Os ricos não sentem assim a crise como as outras duas classes sentem. (Entrevista 22)

Destacam-se vários aspetos. Para uns a austeridade surgiu associado à crise, outros revelaram uma narrativa que reproduz o conteúdo dos media em relação ao discurso sociopolítico, ainda outros ostentaram uma visão marxista de classes enquanto definição do que é austeridade. Embora tenham as suas dificuldades, retém-se aqui que, tendencialmente, os alunos do ensino regular foram os que mais acertadamente responderam, evidenciando desiguais níveis de absorção das informações.

3.4. Impactos percebidos do contexto de crise e austeridade

Os conceitos foram definidos e a maioria dos jovens tiveram noção do que os conceitos representavam. Importa agora analisar se a crise teve algum impacto no quotidiano destes jovens.

Na maioria dos entrevistados, sobretudo os oriundos do ensino regular, as dificuldades foram diluídas nos outros, fazendo pertencer a crise à representação social de um outro sistema, mais genérico, aplicando-o aos portugueses, mas não a si diretamente, com recurso à rede sociabilidades

Do ponto de vista financeiro, o dinheiro que entra em casa é cada vez menos e, ainda do ponto de vista financeiro, tudo está mais caro, os impostos têm aumentado cada vez mais, também do ponto de vista social, nota-se uma grande diferença na atitude das pessoas, pelo menos na minha opinião. Ouve-se nas aulas, quer dos professores e alunos, que a situação não vai melhorar, portanto, não há muito otimismo. Para além das notícias que [confirmam] a situação não é famosa. (Entrevista 3)

O discurso da crise, das medidas de austeridade, pareceu culpabilizar os estilos de vida mais exuberantes associadas, sobretudo ao consumismo e aos bens materiais, pelo que ela não impactou, na perspetiva e vida deste jovem legitimando que:

a mim não me tocou porque não sou uma pessoa de bens materiais. Tudo o que eu ... como, tudo o que eu gasto, não fico com nada. As pessoas estão mais preocupadas em poupar dinheiro para comprar um bom carro, e eu não estou preocupado com isso, estou preocupado com poupar dinheiro para ir a uma festa, para ir dar uma volta, para ir visitar alguma coisa. Estou mais preocupado com a experiência. (Entrevista 8)

Mas encontraram-se igualmente formas de impacto direto nas famílias dos jovens

A minha mãe está desempregada. O meu pai continua a trabalhar normal, mas como em todas as famílias, se não houvesse esta crise, se calhar havia dinheiro para férias, havia dinheiro para outras coisas que se calhar não há, para hobbies. [...] A nível de férias, muitos acabam por ficar em casa, porque não dá. (Entrevista 2)

Revelou-se de extrema importância o momento em que o sistema social familiar formulou determinado conteúdo. No próximo excerto, um momento em seio familiar deu origem a uma conversa que pautou o jovem de modo a recordar, criar uma opinião e, conseqüentemente, uma representação

[Os de cá] Não poupavam, enquanto que os outros que emigraram pouparam e quando regressaram tiveram uma vida normal e têm bons carros. Há dias ouvi uma história de pessoas que, que são da minha família, que são estrangeiras e antigamente traziam um carro todo velho, já era do ano, eh ... e havia pessoas cá em Portugal, enquanto que havia pessoas cá a ganhar 500€ e que tinham carros comprados no ano. (Entrevista 15)

O impacto da crise e da austeridade revelaram atitudes simples como

As pessoas tinham mais dinheiro, faziam mais compras, por exemplo antigamente não via tantas pessoas a olhar para os folhetos, hoje em dia, não vejo ninguém que entre na loja sem olhar para as promoções. [...] Minha família atualmente também faz isso. Antigamente, refiro-me após a ditadura. Durante a ditadura, as pessoas eram poupadas. Como dizia o meu avô, uma sardinha dava para três. (Entrevista 15)

Revelou-se aqui uma comparação com o período da ditadura e Estado Novo, considerado pelo entrevistado, como períodos de recursos escassos, sugerindo a ideia de que este contexto de crise era comparável a esses momentos. Também de salientar a honestidade do entrevistado na medida em que refere uma mudança da sua prática habitual que se manifestou na leitura dos folhetos publicitários aquando da ida às compras. O mesmo referiu que “Nas compras usamos marcas brancas, ... Antigamente não tínhamos noção do dinheiro e agora já valorizamos.”.

O impacto também se revelou em contraponto com o modo de vida como sugeriu a primeira entrevista

Vivo com a minha mãe desde os meus dois anos, e só vivemos os dois, e, portanto, apesar de não ter um grande rendimento, mas como eramos os dois, vivíamos comodamente. A partir do momento em que a minha mãe ficou desempregada é que vimos a situação mais difícil. Evidentemente. Por acaso, olhando para trás, também vejo que a situação se possibilitou mais fácil porque a minha mãe nunca contraiu empréstimos de casa, sempre fomos arrendatários, e como não temos

dívidas, a situação foi mais facilmente domada. Evidentemente que se nota [a crise]. Vemos que o dinheiro é menos, a quantidade é menor e ir jantar fora já é diferente, sente-se claramente. (Entrevista 1)

A crise surgiu, mais uma vez, associada ao estilo de vida, mas numa conceção mais vincada, fundamentando e classificando-a enquanto materialismo. O jovem considerou-se não ter sido alvo da crise devido ao seu estilo de vida desprovido de bens materiais. Contudo, no momento seguinte, revelou-se preocupado com o dinheiro para investir em experiências pessoais que incluem viagens, festas e visitas, patenteando que isto também faz parte de um estilo de vida e que tem os seus custos.

A mim não me tocou porque não sou uma pessoa de bens materiais. Tudo o que eu como, tudo o que eu gasto, não fico com nada. As pessoas estão mais preocupadas em poupar dinheiro para comprar um bom carro, e eu não estou preocupado com isso, estou preocupado com poupar dinheiro para ir a uma festa, para ir dar uma volta, para ir visitar alguma coisa. Estou mais preocupado com a experiência. (Entrevista 8)

A privação sentiu-se a diferentes níveis, mas deve ser realçado o contexto e as diferentes prioridades que foram atribuídas

Sempre tive uma boa relação familiar. A minha mãe proporcionou-me uma boa educação e nunca fiquei chateado por não poder ir com os meus colegas passar umas férias, por exemplo, que acarreta mais dinheiro. (Entrevista 1)

Nas minhas não, mas se calhar na minha família sim. Os meus pais começaram a dar menos dinheiro para certas coisas. A altura em que eu comecei a sentir mais diferença foi por volta dos meus 15 anos de idade [2011], as coisas começaram a ficar um bocadinho mais apertadas, os meus pais começaram a cortar em algumas coisas. Diziam que era preciso. Eu não me privei de nada, os meus pais, condicionados pelo fator crise, é que me condicionaram a mim. (Entrevista 8)

Tivemos de reduzir assim um bocado, [...] Cortar em coisas menos importantes. [...] Mesmo se eu quiser sair, tenho de sair menos vezes. [...] Eu tenho uma família muito poupada. Por isso, não mudou assim tanto do que já eramos. Lá está em questão de saídas e de gastar mais um pouco ali que antes pudéssemos gastar e agora já evitamos porque nunca se sabe o dia de amanhã. Como a minha mãe está desempregada e é só o ordenado do meu pai, pagar contas e tudo é assim um pouco mais chato gastar mais para além do que podemos. (Entrevista 10)

Tenho amigos que passaram situações difíceis e que tinham lojas e assim e que as tiveram de fechar e que os pais tiveram de emigrar. Mas nunca foi assim algo ... sim, sentia-se, mas ... antes saímos e tínhamos 10€ para gastar, agora não, temos só cinco ou assim. As saídas também não podem ser tantas. Foi mais nisso, não foi tanto ... não é... era aquilo que podia fazer ou não. Ou os nossos pais, também nos avisam sempre: Olha, cuidado, não sei quê... não gastes tanto dinheiro. (Entrevista 16)

A crise afetou a família “um pouco. Basicamente a nível de finanças. Tivemos de fazer um aperto.” A mãe era reformada e o Estado “também têm vindo sempre a cortar”. (Entrevista 13)

Atingiu-nos “em tudo, nos gastos, na família, pessoais [...] No meu caso, há uns anos, tinha Sport TV, pagava mais 20 e tal euros: Hoje em dia já não tenho.” (Entrevista 12)

Procederam a ajustamentos, reduzindo as despesas com custos fixos, reorganizaram-se em termos de transportes e de lazer. Como referiu este jovem, ele mudou de clube de futebol porque tinha direito a transporte gratuito, poupando assim no gasóleo despendido para esse efeito pela família. Não se colocaram outras entraves como a adaptação ao novo clube, a fama do clube ou a qualidade dessa em termos formativos. A opção incidiu apenas na redução dos custos de transporte.

A privação de uma coisa em função de um bem maior que foi reconhecido pelos jovens, estabelecendo prioridades e fundamentando o facto de não acompanhar os amigos numa férias. Realce-se que as férias não representaram um bem de primeira necessidade pelo que o jovem aceitou essa legitimação de forma conformada.

Nunca me senti privado. Porquê? Porque desde cedo a minha mãe me adotou métodos de poupança e a necessidade de poupança. De saber que é preciso um fundo de maneio e foi assim que acabamos por fazer face a esta realidade que de repente surgiu: o desemprego da minha mãe. Então? A questão de poupança em não despender dinheiro em coisas supérfluas, comprar o necessário, o que realmente é preciso. Se tenho x calças e não preciso, e se realmente preciso, vamos ver aqui e esperar, e organizamo-nos nesse aspeto. Comparar o necessário. Pronto. E também sempre tive ajuda de alguns familiares, mesmo para as férias. As férias que alguns jovens querem, de ir para discotecas, eu não me identifico muito com isso. Mesmo que tivesse dinheiro para ir não ia aproveitar daquela maneira e, por isso, não iria. Iria fazer outro tipo de férias, por exemplo. Mas é claro que há coisas que tenho de dizer que não, porque não tenho dinheiro para aquilo! E tenho de ter essa consciência e a minha mãe também tem de ter essa consciência. Mas há que saber dar a volta. (Entrevista 1)

Não, que eu sou muito poupada. Sempre fui ensinada a ser a poupada. [...]. Claro que podia gastar mais e sair mais [...] agora com a minha mãe desempregada, mais poupada sou. (as vezes vou ao café [com os amigos] e não bebo nada. (Entrevista 10)

Este aspeto tornou-se relevante na medida em que, como anteriormente referido, abriu portas para outros pontos de vista que surgiram dissociados do discurso sociopolítico, da narração e fundamentação hegemónica, ao sugerir que os estilos de vida mais comedidos, com hábitos de poupança, eram menos fustigados pela crise, fundamentando a crise com gastos supérfluos e com a educação oriunda de casa, do sistema familiar. No caso deste jovem, a referência “mãe” transmitiu estratégias de poupança e esquemas de prioridades que vêm legitimar um *habitus* que se apresenta mais imune à crise. Sugere que o estilo de vida de cada pessoa torna-a mais ou menos vulnerável à crise. Quem pouco tem, estará habituado a uma gestão eficiente, eficaz, com estabelecimento de prioridades de modo a que o essencial esteja salvaguardado. Aqui também se insere a perspetiva da culpabilização e responsabilização (individual) pela crise em função do estilo de vida.

A perceção da crise passou pela experiência pessoal. Ao passar por Viseu e ver o que dantes não se via e associar essa sua realidade ao conceito de austeridade, surgiram interpretações e formas diferenciadas de incorporar a austeridade e a crise.

E a Austeridade abanou as pessoas e disse: Ei, vão ter de parar, agora da maneira pior porque o dinheiro foi-se todo ao ar. E agora vocês vão ter de começar a pagar o que devem há muito tempo e com juros, com juros e mais juros. Mas acho que sim, que foi um mal que veio por bem. [...] E não acho que a crise esteja a passar. [...] Não creio que esteja a melhorar, não está. Pelo que está a acontecer, as pessoas não estão a ganhar mais, vê-se, mais pobres na rua, quando se vê mais pobres em Viseu a viver em caixas e a dormir nos bancos ... Coisa que nunca vi antes. Agora passo ali por um prédio e tá ali a dormir um velhote, à porta do prédio, só com umas mantas e com umas caixitas e antes eu nunca vi isso. (Entrevista 5)

Os efeitos psicológicos e a pressão fizeram-se sentir nas pessoas. Esta questão levantada pelos jovens, no sentido de que se assumiam mais riscos nos trabalhos comparativamente a tempos anteriores. Naturalmente, que nos encontramos aqui num registo muito subjetivo, mas foi importante perceber até que ponto a crise fundamentou e justificou atitudes, perspetivas e como elas foram incorporadas.

As pessoas agora andam a arriscar mais no trabalho, há mais estresse muitas doenças psicológicas, muito mais dessas coisas do que antes porque dantes não haveria essa preocupação tão grande de sobrevivência, né? Mudou, se calhar inevitavelmente, mudou mesmo que inconscientemente, as pessoas ficaram mais estressadas, afetadas psicologicamente, as pessoas chegam a casa, já não vão ao café, conviver, já não fazem essas coisas. (Entrevista 6)

Noutra entrevista, em que a jovem era a irmã mais velha, refere que

Quando era o tempo das vacas gordas eu e o meu irmão a seguir sempre tivemos o que queríamos. Agora não é bem assim. Deve-se ao facto de ter mais dois irmãos e também ao facto de haver crise. Porque se calhar se fôssemos só quatro, não tínhamos construído uma casa nova, tínhamos continuado no Carregal, podíamos ir de férias para o Algarve todos os anos como íamos. Agora não. Claro que também é devido à crise, mas também temos mais duas pessoas em casa. É um pouco das duas. (Entrevista 22)

A coincidência da crise com o facto de ter mais dois irmãos transferiu e reduziu o peso que a crise acarretou, devendo-se essencialmente ao facto de serem quatro os irmãos que estavam impossibilitados de aceder a outras formas de lazer (férias no Algarve).

A crise suscitou também constituir-se como um conceito instrumentalizado em conversas no seio da família, transmitindo assim um conhecimento ao jovem que lhe permitiu perceber dificuldades, mesmo que sejam percecionadas de forma diferentes. No entanto, a crise teve impacto não apenas financeiramente, mas sobretudo criando mal-estar devido às distâncias e ausências prolongadas do pai para ganhar dinheiro.

A minha família já passou por situações de crise. Pelo menos a do meu pai. A da minha mãe não. O meu avô era enfermeiro e isso, mas o meu pai já passou por crise, mesmo crise. [...] Acho que nunca me faltou nada. Claro que não sou menino mimado que tudo que peço o papá dá. O que for necessário e essencial para mim, nunca me faltou. Nunca o meu pai me disse: «É pá, não podes que eu não tenho dinheiro.» Se é alguma coisa que eu preciso mesmo, nunca me aconteceu. E é por isso que o meu pai levou este estilo de vida que levou (trabalhar longe e fins-de-semana seguidos). (Entrevista 7)

O jovem manifesta insatisfação quanto a essa ausência

Eu antes ainda era aquele puto revoltado que: Fogo, o meu pai nunca está cá. E já sentia isso. Mas agora consigo compreender e aceitar e se calhar até orgulhar-me disso. Como não é fácil para nós, também não é fácil para ele. A diferença é que nós temo-nos uns aos outros, ele está sozinho lá em baixo. (Entrevista 7)

A crise teve implicações na estrutura familiar e podem deixar marcas profundas, reestruturando relações internas no sistema familiar.

3.4.1. Incorporação de estratégias de poupança

A incorporação de estratégias de poupança foi genericamente partilhada pelos jovens e declararam que deixaram de consumir coisas supérfluas, que reduziram nas esferas de socialização, de lazer e, em alguns casos, desenvolveram estratégias de contenção de despesa. Mas essencialmente há uma partilha e forte incidência naquilo que são os estilos de vida. Contudo, no limite, há quem use a privação igualmente enquanto estratégia para reduzir despesa.

Há certas coisas que as pessoas começaram a mudar, o seu estilo de vida, nos excessos que tinham, e acho que a vida começou a ser... não podiam, se calhar e com os excessos e a austeridade e tudo o que ela trouxe, as pessoas tiveram que se habituar a ter um estilo de vida mais comedido. (Entrevista 4)

Muito bem, o país atravessa uma crise económica, mas eu ainda tenho a possibilidade de aceder à internet e eu ainda consigo aceder a livros, concertos e espetáculos, peças de teatro, [...] (Entrevista 1)

Embora subjetivamente a crise não o tivesse afetado materialmente, o jovem procedeu a processos de readaptação face á crise e tornou perceptível a barreira que foi estabelecida entre o jovem, que não se sentiu afetado pela crise, e a família na qual houve processos de reajustamento

Sim, isso sim, o que nós fizemos foi ... Foi a minha mãe ter de pedir dinheiro ao meu pai, por exemplo, que não acontecia antes. Conseguia bem viver com o dinheiro dela, o que ganhava. O meu pai pagava as contas da casa e pagava tudo, a minha mãe ficava com o dinheiro para alimentação e essas coisas. Agora a minha mãe [agora desempregada] tem de recorrer ao meu pai, também porque a alimentação está cada vez mais cara, está tudo mais caro. O meu irmão está a crescer é preciso roupa nova quase todos os anos. Mas acho que a crise em si afeta

sempre, mas não de uma forma drástica, não tivemos de mudar completamente a nossa maneira de viver. Felizmente. O meu pai está numa situação boa [de emprego] e isso tem-nos facilitado a vida. (Entrevista 7)

E lá está, como lidamos com a crise, tivemos de ter muita atenção porque para o ano também vou para a universidade [...] E a minha irmã esteve na universidade durante algum tempo e muitas das economias tiveram de ir para ela, e agora também para mim e só o meu pai é que trabalha, e tivemos que fazer alguns ajustes. (Entrevista 3)

Quando saía gastava mais, agora reduzo. Talvez fosse jantar mais vezes fora com amigos e assim, agora tento evitar isso, também. Se quero sair em [localidade de residência] evito pedir o carro ao meu pai, porque já tenho de fazer a viagem daqui para lá e de lá para cá (escola). (Entrevista 10)

A crise afetou, essencialmente, através da “privação”, “mudou a mentalidade e privaram-se de muitas coisas.” Noutro caso, equacionou-se emigrar para a

Suíça porque se ganha tão bem como um arquiteto aqui e muitas coisas, mais qualidade de vida que eu quero para a minha vida. Não iria ser muito diferente na Suíça do que aquilo que eu quero. Adoro países frios, odeio calor. Depois ganhasse o suficiente para estar no dia-a-dia, haverem condições boas sem se preocupar com o dinheiro. [...] Não se está sempre a pensar: É pá, não agora não tenho dinheiro para isto. Não. Toda a gente tem sempre possibilidade de comprar alguma coisa. Por exemplo, comprar iogurtes de qualidade, é ter algum conforto. Enquanto as pessoas lá estão a fazer a mesma coisa que as pessoas cá, não têm nem um terço desse conforto que as pessoas têm lá fora. (Entrevista 8)

O presente excerto comparou os níveis de vida da Suíça com Portugal, associado à possibilidade de consumo, ao poder de compra. Com efeito, parece que a crise se fez sentir até nas pequenas coisas como comprar um iogurte de qualidade, embora num primeiro momento, os jovens afirmem que a crise não os atingiu diretamente.

Outras estratégias passam por cortar nos custos de transportes e assim rentabilizar as viagens ou optar mesmo por não usar a viatura

Uma coisa, uma estratégia que nós fizemos foi mesmo cortar viagens de carro desnecessárias. Por exemplo, se a minha mãe tem de fazer compras, ela espera até o meu pai também tenha de fazer mais alguma coisa, e então fazemos tudo na mesma viagem. Por exemplo, coisas assim. Se essas estratégias mudaram a minha maneira de viver, foi apenas realmente estruturar a minha vida numa maneira um bocado diferente. E de caminhar mais, está muito caro a gasolina hoje em dia. Eu nunca precisei de muitas coisas, e eu nunca gastei muito dinheiro, por isso, os meus pais nunca tiveram que me dizer para parar de gastar nisto ou naquilo porque eu não gasto dinheiro em nada. Mas sim, o maior impacto foi, ou os meus pais vão fazer alguma coisa ou vou a pé. (Entrevista 3)

A espacialidade e a relação de proximidade com as coisas de que necessita é uma vantagem, permitindo poupanças.

Outra estratégia prendeu-se com a opção de comprar marca branca ou pela reutilização de peças de vestuário ou fazer depender a escolha das peças em função das possibilidades de conjugação.

Não abdicamos de tudo, mas por exemplo, marcas brancas, que antes se calhar não existiam, agora existem e não é por isso que são inferiores, e não é por isso que passo fome ou que não gosto do que como, não tem nada a ver. [...] Agora [na loja] pego na roupa e penso: O que tenho em casa que fica bem e se realmente vou usar, se vou dar utilidade, com quê é que posso conjugar ... Penso em mais coisas que antes não pensava. (Entrevista 4)

Nas compras usamos marcas brancas, ... Antigamente não tínhamos noção do dinheiro e agora já valorizamos. [...] As pessoas faziam empréstimos para adquirir a televisão. Nós não. Nós poupávamos 50€ para depois comprar a televisão [...] Como depois cobram o juro a televisão fica mais cara e nós preferimos fazer a poupança em casa e depois comprar. (Entrevista 15)

As estratégias de poupança foram diversas, mas estabeleceram-se limites, designadamente no que ao convívio disse respeito, colocando ênfase na convivência, mas abdicando dos bens materiais

se calhar íamos mais vezes às compras ou saíamos mais vezes com os amigos, às vezes, se calhar, temos de abdicar de um jantar que é mais caro e só sair depois um bocadinho, não abdicar da parte da convivência, em termos de relações, porque essa parte não deve ser afetada pela crise, mas as pessoas é que têm de arranjar uma forma de se divertirem, de ter um estilo de vida que se calhar tinham antes, mas de uma forma mais económica e comedida de maneira a que tudo se consiga conciliar. Eu acho que temos de abdicar da parte material, se calhar estávamos muito habituados, a minha geração cresceu muito em termos materiais, mas também, eu tenho um irmão [desempregado com curso de Tradução de Inglês-Alemão] mais velho, tem 24 anos, e noto que a nossa geração já não seja tão materialista. [...] Neste momento, a geração dele é a mais afetada, daí dos 24 anos aos 30 anos, acho que é a geração mais afetada e acredito que na minha geração vai ser um bocadinho diferente ou, pelo menos, quero acreditar de alguma forma nisso. (Entrevista 4)

Esta jovem caracterizou a geração anterior de jovens como excessivamente materialista, não se revendo nisso. Contudo, o irmão tem apenas mais seis anos e neste período houve muitas mutações que implicaram mudanças nos estilos de vida. A mesma jovem também deu enfoque à ideia de que a crise é cíclica e que, por isso, seja possível permanecer em Portugal.

Mas não se as coisas continuarem assim, ou como estavam antes, sei que isso não é possível e também tenho de ser realista e não vai passar por aí, ou passa por ser isso noutra país, mas se as coisas melhorarem, eu acredito que seja possível, em Portugal já foi, já foi possível antes, noutras gerações isso aconteceu. A geração dos meus pais, se calhar, também não foi fácil no início, tiveram dificuldades no início, mas houve ali um período de anos, eu lembro-me perfeitamente, que vivíamos bastante bem, muito bem até. E se já foi possível, acredito que volte a ser, que possa viver esse período, mas se não for, os objetivos serão os mesmos, só o sítio é que será diferente. (Entrevista 4)

A consciência de que esta geração foi prejudicada tornou-se evidente nesta declaração, espelhando aqui o sentimento de ressentimento face às gerações anteriores. Contudo, a esperança do emprego seguro, numa situação económica promissora, quer do país, quer da estudante, mantém-se.

A minha determinação é suficiente para acreditar que é possível ficar cá. Nem quero começar já a pensar: Ah vou tirar o curso para ir para o desemprego. Há muita gente que faz isso. Eu falei há bocadinho do meu irmão porque o meu irmão

tem um bocadinho esta mentalidade. É de uma geração que está a ser bastante mais afetada, que a minha não vai ser. Não quero ter essa mentalidade de que o país não presta, que o país não nos dá soluções, de que temos de emigrar. (Entrevista 4)

Os impactos da crise refletiram-se em coisas simples, mas com consequências que podem ser duradouras. Foi a crise que condicionou as opções e escolhas, que nem sempre se revelaram estar em sintonia com a vontade do que realmente se pretende ou pela qual se tinha preferência. Assim, a seguinte entrevista evidenciou a preocupação com o mercado de trabalho, a realização pessoal e profissional e, sobretudo, a *yoyogeneização* de pensamento e conseqüente indecisão, para se ter dinheiro para viver

Eu até gostava de ser psicólogo, mas depois vou para o desemprego. Eu gostava daquilo, mas depois eu vou para o desemprego, e aí já é a crise a fazer-nos tomar decisões contra as nossas vontades e contra os nossos gostos. E aí já está a alterar a nossa vida de forma mais importante que é que supostamente devemos seguir aquilo que gostamos. A nossa vida é que havia escolher a nossa carreira, não era a nossa carreira escolher a nossa vida. [...] As pessoas, se calhar, se estão a fazer uma coisa que não gostam, vão estar infelizes o resto da vida. Mas tem de ser para terem dinheiro. (Entrevista 7)

Prestou-se atenção ao contexto familiar e como os pais se constituíram como quadro de referência hipotético, sugerindo hipóteses de trajetórias. Na situação concreta, em que a crise fustigou os funcionários públicos e se assistiu a diversas greves, surgiu seguinte depoimento

Austrália neste momento está a desenvolver muito bem. [...] Porque a minha mãe está sempre a dizer: «Ah, vou para Austrália, aquilo está a ficar bom» e não sei quê. Porque tem lá amigos. É ela a dizer da boca para fora. Por causa do desespero que está a ser atingido, os funcionários públicos estão a ser ... não é? Estão a cortar em tudo que têm para cortar. Isto é também um bocado de desabafo e isso. E tem um casal amigo que foram nossos vizinhos e estão lá na Austrália, há sete anos, para aí. Também mantém contacto e vão dando novidades e isso. (Entrevista 12)

Além da rede de sociabilidades permitir a criação de estratégias alternativas quanto ao percurso da mãe, denotou-se aqui, mais uma vez, a conexão entre os percursos dos jovens e dos seus progenitores. Contudo, aqui não esteve em questão a facilitação de inserção no mercado de trabalho do jovem, mas sim o impacto da crise no que concerne ao bem-estar familiar e que relevou para outros quadros hipotéticos para fazer face ao que estavam a perder, passível de se considerar o estilo de vida, a estabilidade financeira ou simplesmente o facto de oferecer outras possibilidades aos jovens/ filhos/as.

“Se eu agora não conseguisse arranjar emprego, talvez fosse recorrer aos meus familiares que estão fora, tipo noutros países, em França ou o meu pai que está na Espanha.” (Entrevista 13) Neste excerto, revelou-se a importância de recorrer às redes familiares para arranjar emprego no estrangeiro. No entanto, e face ao momento de análise em questão, importou reter a informação que o pai se encontrava a trabalhar na Espanha. Foi mais um dos casos

em que o pai apenas se vê aos fins de semana, e não são todos, corroborando o impacto que a crise teve, face à mudança de emprego do pai.

Uma jovem tentou adaptar-se ao novo meio, tendo saído da casa dos pais para se instalar em Viseu e frequentar o curso profissional e procurou estabelecer novas relações com pessoas de Viseu, fazendo recurso aos seus gostos como o teatro e a dança, mas

havia a questão monetária, que pagava para frequentar dança e ir ao teatro e assim, e também por ir sozinha. [...] Lá pagava, mas não tanto como os custos eram aqui. E, lá está, como aqui estou a pagar quarto e tenho de pagar mais alimentação, era um custo adicional que eu iria ter. (Entrevista 10)

Esta jovem autoprivou-se dada a contingência dos seus gastos, tendo sacrificado a sua esfera social, isolando-se e que se refletiu, igualmente, na sala de aula: “Talvez o ambiente da turma. Não gosto muito do ambiente da turma. A maior parte deles ainda têm mentalidade de criança, ora estamos bem, ora estamos mal. [...] Eu fico no meu cantinho, não me meto com ninguém.” (Entrevista 10)

Assim, as atitudes criadas e incorporadas pelos jovens têm uma extensão mais do que apenas o visível, refletindo-se a incorporação dessa forma de estar noutros sistemas sociais. A transferência dessa forma de estar pode ser, por isso, transversal a vários sistemas sociais.

3.5. Família e capital social

A fim de imprimir alguma ordem nos testemunhos, considerando que o principal suporte mencionado pelos jovens foi o suporte familiar, é importante analisar também o seu papel de aparente protetor e não apenas de quem presta apoio aos seus filhos. Verificaram-se alguns excertos que consubstanciaram o papel protetor dos pais face à crise e se materializaram em frases semelhantes a esta: “Os meus pais também não fazem questão de nos passarem muito a nós [a crise], mas ...” (Entrevista 22), seguindo se exemplos de adaptação à crise.

Outros consideraram que não sentiram a crise na pele, embora os pais tivessem a sentido, consubstanciando a atitude protecionista por parte dos pais, mas reforça dizendo que: “Antes

da crise eu recebia mesada. E agora ainda continuo a receber mesada.” (Entrevista 20). A crise foi medida pelo impacto no indivíduo, não na família, embora que no decorrer da entrevista assumam ajustes nos modos e estilos de vida, reduzindo gastos em comer fora, viagens com amigos ou uso menos frequente da viatura.

Por um lado, pareceu haver a preocupação por parte dos pais em não demonstrarem as dificuldades, por outro, constataram-se casos em que o contexto social se apresentou com dificuldades, registando outra abertura quanto à crise e impactos da mesma.

No entanto, a fim de demonstrar as várias vertentes, esta é fundamenta de forma peculiar

Porque os meus pais fazem por isso. Não tanto eu! Eu não tenho necessidade de me safar. De tentar arranjar um escape ou ter de arranjar um trabalho aqui, apesar de o ter e ter dinheiro meu para gastar nas coisas que quero, se calhar não sinto necessidade de ter de arranjar um part-time, para meter dinheiro em casa ... Porque há rapazes daqui de Viseu, da minha idade, que metem dinheiro em casa para os pais. E eu conheço essas situações! Mas os meus pais, graças a Deus, não precisam disso. Recebem os dois relativamente bem, têm formação para isso e conseguiram ter uma posição na vida para isso, e têm-se esforçado para isso. Antes de eu nascer, já se estavam a esforçar para chegar a este ponto em que qualquer coisa que lhes fosse atirado para a frente, eles pudessem aguentar e não ir totalmente a baixo. Claro que não é aguentar e ficar na boa e na maior, mas aguentar. (Entrevista 5)

Portanto, o jovem tem noção de que se “safa bem” devido ao esforço dos pais, à sua posição social e às credenciais escolares dos pais que permitiram aos jovens ter um estilo de vida razoável. Este jovem teve consciência de que as qualificações dos pais sustentaram a posição social dos pais e por isso se encontravam numa posição mais favorável perante a crise.

A influência paternal foi vincada no encaminhamento do jovem para o curso de científicos. Embora o jovem manifestasse que tomou as suas opções deliberadamente, a pressão e persuasão para a tomada de decisão em determinado sentido estiveram presentes

Era o meu pai. Era o meu pai. Eu não sabia o que queria, ou melhor, se calhar sabia, mas não havia. Queria economia. Era uma coisa que eu gostava, só que não havia economia e ir para fora estava fora de questão. [...]. Há científicos em que és tão bom na escola, porquê é que tens de ir para fora? Científicos é que é bom. Vai para científicos. Está bem, vou para científicos. Se calhar não era isso que eu queria. Se calhar? Não! Não é! Não me identifico naquele curso, nunca me identifiquei, nem nunca me hei-de identificar. [...]. Ia dizer o quê ao meu pai? Olha não vou estudar? Então, não podia fazer isso. E depois lá está, todos os meus amigos que me acompanharam iam para lá e só me diziam: “Olha, está tudo a ir para lá.” [...] E o (nome do aluno) perguntou de caras à professora (nome da professora) e perguntou-lhe de caras: Professora, qual é o melhor curso? E ela: “Científicos”. (Entrevista 7)

O meu pai sempre me disse que eu podia entrar para qualquer curso que eu quisesse, também não é qualquer curso, mas eu por acaso perguntei-lhe: Pai se eu quisesse seguir teatro? E ele disse: «Se quiseres teatro, segues teatro. Tens de fazer o que gostas, mas também tens de pensar que no teu futuro e no que vai ser depois a empregabilidade. Sabes que o teatro é uma profissão ... sempre foi e será... muito injusta ... e muito má. Ou se tem trabalho e vive-se bem, ou não se tem trabalho e vive-se mal e depois tem trabalho, não tem, tem trabalho, não tem, não tem, não

tem.» O mau pai também adorava que eu seguisse medicina e então tivemos uma conversa e o meu pai é mais para eu continuar a estudar e a minha mãe diz que se eu parar e trabalhar também não é mau, o meu pai acha que vou perder um bocado ritmo de estudo e depois eu ou trabalho ou estudo e depois quer dormir, não quer dormir, quero estudar, não sei quê, então... ainda não sei. Não sei o que vou fazer, mas acho que sou capaz de optar pelo para do que entrar num curso que eu não quero, por agora pelo menos. (Entrevista 22)

Os excertos demonstraram que os pais se preocupavam em guiar os seus filhos. No primeiro caso, referente à área a escolher, mesmo que contra a vontade, no segundo, a indicação de que tinha de haver a preocupação com o mercado de trabalho. Aqui se denotaram ligeiras diferenciações no que à negociação familiar diz respeito.

Verificou-se que a negociação pode assumir contornos mais vinculados, de persuasão, por exemplo, em que escolha do curso do filho é uma preocupação dos pais e foi claramente influenciada pela crise, pela preocupação do mercado de trabalho e respetivo posto de trabalho. Com efeito, neste caso, escolheu-se em função da previsibilidade e expectativa de ter emprego em detrimento de uma escolha que contribuísse para a realização pessoal. Notou-se aqui também a falta de oportunidades em que o sistema escolar português não parece ter permitido experimentar/ estagiar na profissão de eleição. Assim, os pais substituíram-se a esse papel, forçando e persuadindo o filho

O meu pai levou-me a uma base militar. Já tive de palestrar, porque já foram à escola. Já visitei também o Regimento de Infantaria 14. Informei-me o máximo possível sobre tudo e fico fascinado. Acho que é isso que nos tem de guiar nas nossas escolhas, não é? (Entrevista 7)

O pai fomentou a opção pela carreira militar, registando-se assim a convivência deste, uma pessoa significativa para o jovem, equivalendo à aprovação pela opção. Com efeito, acresce que a carreira militar não obriga a grandes despesas, pelo que este jovem passaria a estar autónomo e independente quanto à família na maior parte do tempo. Quanto aos custos o jovem refere

Pagam-nos os estudos, alimentação, transporte, alojamento e ainda recebemos, enquanto cadetes, [...] cento e pouco euros. Mas basicamente é para gastar ao fim-de-semana. Durante a semana estamos lá em regime interno e temos tudo pago. E seguro de saúde também, e estamos a estudar. E o que se nota mais, é que já tenho dois colegas meus que foram para lá no ano passado, para fugir aos custos. (Entrevista 7)

Os pais desenvolveram igualmente estratégias de enviesamento e de formatação do desejo do filho que, em termos discursivos, sugeriu estarem relacionadas com a crise e com a poupança financeira que daí resultaria. Mais adianta que

A [mãe] disse ao [filho], disse em tom de brincadeira, mas se calhar há um pingo de verdade naquilo, «porque não tenho dinheiro para te pagar os estudos, porque tens [muitos] irmãos». Disse à minha frente. «Vais para academia militar que não pagas nada.» Portanto, hoje em dia é assim.” (Entrevista 7)

Está a feita a negociação familiar.

Verificaram-se várias formas de negociação e a imposição foi também uma forma de negociar. Ela é passível de resultar em direções opostas. No caso de um jovem entrevistado (Entrevista 12), em que a mãe era [uma pessoa com habilitação superior], aconselhou o seu filho a não ir para o curso profissional queria e, quanto ao desfecho relativamente ao processo de negociação, apenas referiu que: “Este curso foi contra a vontade dela, mas eu é que decido. [...] Não estava à espera que o curso fosse mais teórico do que prático.” (Entrevista 12) Com efeito, parece haver algum grau de arrependimento, dado o excessivo peso teórico do curso, mas a decisão foi perpetuada unicamente pelo jovem.

Os pais apoiaram “mais ou menos” a escolha “porque [havia a] perspectiva de que não tenho emprego”, sendo a alternativa o curso de economia “em que deve haver menos” desempregados, evidenciando aqui a consciência de que há determinados setores e grupos socioprofissionais a serem mais atingidos do que outros pelo flagelo do desemprego. “As estatísticas dizem isso, as áreas de educação, nessas áreas mais, ... relações internacionais”. (Entrevista 2)

Outra estratégia dos pais identificada nas entrevistas é a da criação de uma poupança para que o seu filho tenha um fundo de maneio para iniciar a sua vida, ou seja a transição para a vida adulta prende-se com a responsabilidade de gerir bem o dinheiro como decorre da seguinte entrevista

Eles trabalharam toda vida, pagaram sempre as contas todas, não sei quê, foram sempre juntando, pagavam um mês, imagine 900€, sobrava 20€ e eles punham numa conta à parte em meu nome. Pronto, desde que eu nasci até aos 18 anos. Aos 18 anos entregaram-me para a mão a conta em meu nome, com o dinheiro que eles tinham poupado durante a vida. De alguma forma deram-me responsabilidade e liberdade. Tive de aprender a ser mais responsável, mais autónomo. Por exemplo, queria comprar uns ténis, não ia logo. (Entrevista 14)

Contudo, revelaram-se aqui diversas nuances no que concerne à forma como foram negociadas as escolhas dos jovens, sobretudo em função do contexto social:

- A família assumiu um papel passivo, suportando o jovem independentemente da sua trajetória formativa estabelecida, em que a presença dos pais se assume como um reforço positivo das decisões dos filhos.
- A família surgiu como guia do percurso escolar e sugerindo, aconselhando a não optar por aquele curso ou ramo argumentando, dependendo do jovem, com a realização pessoal ou profissional ou com as perspectivas em termos de mercado de trabalho.

- O sistema familiar pode surgir enquanto recurso e garantir a entrada para o mercado de trabalho, mas para tal é necessário que esse recurso se coadune e correspondam ao ideal da realização pessoal do/a jovem, rentabilizando e articulando os recursos de dois sistemas sociais (o familiar e o educativo) e, por conseguinte, encontramos-nos aqui no domínio das teorias de reprodução.
- A família pode persuadir o jovem, impondo-se ao princípio da racionalidade individual do jovem, deixando inclusivamente pouco ou nenhum espaço para a negociação. Neste registo, o contexto social do sistema familiar pode constranger a racionalidade do jovem dada a ausência de recursos que impossibilitam outro desfecho face ao eventual colapso socioeconómico e financeiro da família devido aquela escolha do jovem. Assim, a opção por uma carreira militar ou teologia pode configurar-se como a única oportunidade possível de estudar, sem onerar a situação financeira da família.

Sobretudo, neste último caso, dadas as discordâncias entre pais e filhos, os processos de fundamentação e de legitimação da escolha podem interferir na estrutura familiar levando, no limite, ao conflito. Assim, os jovens podem vacilar quanto ao argumento base em que a sua escolha deve ser sustentada, a realização pessoal ou profissional. Dá-se prioridade à sua aptidão, capacidade e identidade ou deve o jovem focar-se numa eventual previsibilidade de inserção no mercado de trabalho, associado ao menor dispêndio financeiro com a formação e custos associados, permitindo-lhe alcançar parcialmente o seu objetivo de concluir uma licenciatura, por exemplo.

O seguinte excerto é relevante para evidenciar o papel protetor dos pais, mas também a lógica egoísta que pode estar conexas ao abandono da casa dos pais.

“Não faz parte dos meus planos abandonar a casa dos meus pais, pelo menos a curto prazo.”, uma vez que interfere no montante que é possível poupar, devido à ausência de despesas, e porque

gosto de estar com eles e porque psicologicamente, acho que não tenho maturidade suficiente para ter uma casa. Acho que ainda não tenho essa independência. É preciso muita coisa para abandonar uma casa. Prefiro abandonar [a casa dos pais] quando tiver a certeza que vou ter uma boa vida, uma vida razoável, do que abandonar a casa dos meus pais agora e ir para um futuro incerto. (Entrevista 14)

O jovem corrobora não se sentir preparado para assumir essa responsabilidade, mas pelo outro, assume que esta estratégia lhe permite poupar dinheiro. Assim, estamos perante uma situação em que deliberadamente o jovem se quer manter em casa.

Mas os pais não foram referências únicas, também os/as irmãos/ãs, eram possuidores de um cunho persuasivo, enquanto familiares mais próximos, podem ter exercido uma influência mais consubstanciada no percurso que já tinham trilhado, sem que haja uma conversa. Contudo, esta constituiu-se como uma experiência de proximidade, em que os jovens conseguiram avaliar as motivações, ver a transição e avaliar os resultados.

E a minha irmã nessa altura também emigrou para a França e era Dentista. Aqui não estava muito bem e foi. [Eu] Já tinha noção na altura. [...] Não era suficiente para ela. [...] Teve a trabalhar nalguns sítios, depois abriu a clínica dela e depois não estava a gostar do salário que estava a ganhar e então foi para fora. [...] Foi para aí há três anos e meio e trabalho lá fora e ganha ... não tem comparação nenhuma e só trabalha dois dias e ganha mais de três mil euros porque ainda está a tirar o mestrado em ortodontia na faculdade de lá. [...]. Estava em Paris, mas não gostava muito de Paris, agora foi para a Bretanha. (Entrevista 6)

Evidenciou-se que no âmbito da rede primária de sociabilidades uma pessoa com significado para o/ entrevistado/a, parece despertar a consciência para a crise, sendo que essa pessoa próxima optou pela emigração com resultados positivos. A forma como esta experiência foi analisada baseou-se no esbatimento de argumentos com o seu perfil, ou seja: personalidades diferentes, escolhas diferentes.

[Ela] não me influenciou muito. Gostava que ela estivesse cá. Mas eu não me estou a ver a ir para fora, sinceramente, como ela. Não sei, não tenha essa ... não sei. Ela já dominava a língua, ela adapta-se bem e eu não sei se seria assim. Eu gosto muito de Portugal e de Viseu ... pronto... não. Só [vou para fora] porque tem de ser. Se pudesse estudava aqui. Por isso não me estou a ver a sair do País. Só mesmo ... Se for estritamente necessário, tem de ser, também não vou ficar aqui sem fazer nada. Mas em princípio não será, acho eu. (Entrevista 6)

Outra irmã, a do meio, tirou Design Industrial e prosseguiu para o mestrado, estava na parte da tese em marketing. Esta estava a trabalhar, conseguiu arranjar um emprego e para “não estar a fazer nada” enquanto estava a fazer a tese, começou a trabalhar numa empresa de organização de eventos e também com marketing. Assim, esta jovem retirou ilações e concluiu que apesar da irmã não ter estado a trabalhar dentro da sua área profissional, ela aceitou um trabalho que lhe garantiu a sua inserção no mercado de trabalho. A jovem evidenciou que a escassez do trabalho a levou a aceitar muitas propostas, mesmo que não tivessem sido dentro da área profissional. Contudo, de acordo com o seu perfil, a irmã que estudou design, tem mais proximidade com a presumível atitude da entrevistada, estando aqui na base um processo de identificação direta com a irmã.

Na rede de sociabilidades secundária, houve experiências profissionais distintas com a qual os jovens poderão proceder à troca de argumentos, assimilar e avaliar os prós e contras de desfechos que implicaram formação superior, os exemplos de familiares mais próximos, permitiram acompanhar de perto a sua evolução e o seu percurso. Por um lado, uma tentativa

in loco partiu para a França, mas a exercer a profissão, por outro lado, um caso em que a inserção no mercado de trabalho acaba por pedir sacrifícios, uma vez que não está a trabalhar na área, embora fosse correlacionada, mas ela está em Portugal.

No primeiro caso, o/a entrevistado/a referiu uma das razões pela qual emigrou:

Não era o suficiente para ela. Ela sempre foi muito ambiciosa. Ela não entrou em medicina por pouco. Entretanto casou-se e o marido também tinha facilidade com a língua, e era mais por ele, que ele não estava a conseguir arranjar cá emprego como engenheiro informático e então foram os dois à aventura. Também tinham lá família, por isso ... tinham lá tias. (Entrevista 6)

A decisão da emigração por parte da primeira irmã mais velha ocorreu devido a uma confluência de situações pessoais, e por isso subjetivas, que se prenderam com a ambição e a satisfação monetária, associada à situação precária do marido que, enquanto engenheiro informático, não conseguiu emprego. Consequentemente, o rendimento familiar estava comprometido, bem como a realização pessoal do marido. Afigura-se que o passo da emigração é o resultado da conjuntura específica, moldado pela rede de sociabilidades e as possibilidades que estas configuraram. Inclusivamente, geraram proximidade com o país de acolhimento, refletido no domínio da língua francesa justificaram a sua situação vulnerável enquanto casal, uma vez que o marido estava desempregado.

Quanto à entrevistada, a sua expectativa de futuro quanto ao mercado de trabalho relacionado com o curso de direito ela referiu que “calculo que não seja muito melhor. Mas o meu objetivo é seguir direito e se conseguir seguir para ser juíza, ou seja, ir para o instituto ... para o CEJ (Centro de Estudos Judiciários). É tentar. Não sei se consigo. Aquilo é muito difícil. Mas espero conseguir. Aí já seria mais fácil ter trabalho. Ah, sim, o meu pai também é advogado. [...] Claro uma pessoa joga pelo seguro” (Entrevista 6), uma vez que o pai se pode configurar como patrono para concluir o estágio necessário para obtenção do respetivo grau académico.

No caso concreto, a entrevistada perspetiva ingressar na carreira profissional do pai, pelo que lhe seria facilitada a vida e a inserção no mercado de trabalho, uma vez que a carteira de clientes e o nome do pai poderiam servir os dois. A estratégia de escolha do curso superior e inserção no mercado de trabalho passa por uma estrutura profissional já existente, por um recurso alcançável e passível de ser instrumentalizado, mesmo que essa escolha represente uma opção que favorece a inserção no mercado de trabalho, mas surgiu com um dissabor: “Não é que eu goste muito, porque ele é chato, mas ... Não é chato, mas ... preferia não trabalhar com ele, não é? Mas se tiver de ser ...”, parecendo que antecipa eventualmente

algumas discordâncias profissionais que se podem refletir na relação pai-filha e em termos familiares. Contudo, acabou por insistir na ideia de que: “Advogada, advogada, não gostava de ser. Era mesmo juíza. Ser advogada é muito chato, é aborrecido. Vejo pelo meu pai. [...] Se calhar no tribunal já é mais ativa, mais interessante do que estar sempre a preencher papelada, essas coisas.” (Entrevista 6)

Invariavelmente que, neste caso concreto, a crise conduziu a um repensar das opções e das decisões ainda a tomar e essa circunstância ficou patente quando a entrevistada referiu que “Sim, eu sempre gostei muito de desporto, e gosto de fazer desporto e teria pensado mais nisso, se não fossem as coisas de agora (a crise). Gostava de ser professora de educação física. Ligada ao desporto, pronto.” (Entrevista 6) Efetivamente, a crise condicionou a escolha. A preocupação era com o emprego após a conclusão da licenciatura, perante um receio mais do que justificado, o da inatividade profissional, que pode conduzir a sentimentos de desvalorização pessoal e profissional quando a frustração toma posse face à procura incansável e infrutífera de emprego. “Se eu sigo [Direito], é porque também eu não odeio. Posso gostar mais ou menos, não é?” (Entrevista 6) Esta declaração pareceu antes uma tentativa de se convencer individualmente e justificar a opção tomada enquanto sendo a mais correta e racional, considerando os recursos disponíveis, designadamente uma estrutura profissional já criada. Assim, a escolha incidiu sobre o mercado de trabalho em detrimento da realização pessoal.

Esta entrevista revelou-se de particular interesse na medida em que expôs o alvoroço interior, a negociação interior e a sua tentativa de se autoconvencer que culmina sobretudo na última declaração, “Se eu sigo [Direito], é porque também eu não odeio. Posso gostar mais ou menos, não é?”, que é expressão da negociação interior e, em última análise, do poder de persuasão (intencional ou não) que um pai acaba por ter, meramente pela posição que tem e possibilidade que oferece.

Outro ponto relevante que surgiu em diversas entrevistas foi o da preocupação dos jovens para com os pais ao ponto de repensarem o seu trajeto formativo e pessoal face à crise.

[...], mas levou-me a repensar se realmente consigo ir para a universidade ou se quero ir para a universidade. Não tanto a ver com o futuro que posso ter, mas com os custos ... acréscimos, acho que é assim que se diz, do facto de eu ir para a universidade para os meus pais. Eu já ponderei talvez parar um ano para trabalhar e depois tentar amealhar o máximo de dinheiro e tentar eu pagar a universidade. Ou trabalhar e estudar ou assim... isso está a fazer muito peso nas minhas escolhas. [...] (Entrevista 22)

Esta questão não surgiu apenas ligado ao ensino superior, mas sobretudo nos entrevistados de cursos profissionais, cuja escolha pareceu ter sido condicionada pela rapidez que se pretendia entrar no mercado de trabalho. Assim, indiciando que os cursos profissionais teriam uma maior facilidade de inserção no mercado de trabalho, pelo que, na ótica destes estudantes, uma qualificação profissional era vantajosa para a sua inserção no mercado.

Como estamos em crise não queria ser mais um encargo, mais uma boca para alimentar e assim sempre gostei de, para o meu lazer, ter o meu próprio dinheiro e gastar o meu próprio dinheiro, sem ter de sobrecarregar os meus pais. E, portanto, a escolha para o curso, quis também vir para um curso que tivesse saída principalmente porque ..., mas as pessoas tiram mestrados e vão ficando, não seguem para aquilo que querem, portanto acho mesmo que é para os cursos que têm mais saída que agora as pessoas vão. (Entrevista 11)

Notou-se aqui a conotação da crise com o facto de não ser mais um encargo para os pais e, por esse motivo, perspetivarem a sua escolha profissional pela forma mais eficiente e eficaz de entrada no mercado de trabalho com vista à sua autonomização, independência financeira e transição para a vida adulta. Embora este excerto antecipasse o tema da motivação da escolha do curso, em primeira análise o que fundamenta essa escolha está a vontade de deixar de ser um encargo para os pais. Foi desta argumentação, e face à conjuntura de crise, que resultou a opção por uma trajetória profissional e pessoal. Assim, podemos concluir que os pais não são apenas suporte dos jovens, mas que os jovens, ao reconhecerem os seus esforços, condicionam (in/voluntariamente) o seu percurso.

Noutra entrevista (2), uma jovem considerou que a crise teve impacto na família e por isso defendeu que “Todos têm de ajudar a poupar e na escola também há bolsas de estudo, que são fornecidas a quem tiver uma boa média. Isso também ajuda.” (Entrevista 2), sublinhando o esforço em manter a média para não onerar excessivamente o orçamento familiar e prestar assim o seu contributo aos pais numa visão de longo prazo como a seguir refere

Sim, isso também ajuda nos custos a longo prazo. Mesmo na faculdade. [...] É um valor tabelado fixo, é 1068€, acho eu para toda a gente que tenha escalão inserido no sistema de atribuição de bonos da segurança social, que por sua vez é calculado em função da declaração de IRS. A bolsa é paga a quem tiver média superior a 14 e seja beneficiário dos escalões A ou B. [...] Já dá alguma ajuda, mesmo a longo prazo, para a faculdade, já ajuda. Ao fim de três anos, parecendo que não, já dá qualquer coisa. (Entrevista 2)

Note-se a minuciosa explicação dada quanto ao abono, revelando o compromisso assumido pela estudante em manter a sua média. Esta estudante não pretendeu, igualmente, ser um encargo (não mais do que necessário) para a família e entendeu ajudar e contribuir para o bem-estar familiar e financeiro. Resultou, assim, uma relação de mutualidade e

reciprocidade entre a jovem e os familiares de primeiro grau, configurando-se como uma forma de negociação, nem sempre, explícita.

A análise do seguinte excerto evidenciou alguma exploração infantil na medida em que a idade legal para trabalhar é de 16 anos. Esta jovem, de Carregal do Sal, assumiu que começou a trabalhar aos 14 anos, iniciando a sua experiência profissional como servente de mesa. Contudo, num contexto social de origem atípico, com sinais de disfunção familiar, um agregado familiar atípico, indicando uma família desestruturada, o objetivo da aluna era apenas a de não se constituir como mais um fardo para a mãe:

Comecei a trabalhar do nada e nem sequer dava muita importância ao dinheiro e assim, e agora é um bocado porque surgiu a oportunidade e por necessidade, porque eu orgulho-me de chegar a uma loja e precisar de comprar umas sapatilhas e não ter de pedir nada à minha mãe e então não estou a sobrecarregá-la e a fazer sentir tanto o peso da crise. Porque não tenho de sobrecarregá-la com mais qualquer coisa porque os outros pais estão sobrecarregados enquanto eu posso ter uma certa independência. [...] (Entrevista 21)

Esta jovem relativizou os impactos da crise e o discurso de austeridade face ao seu contexto social: “Acho que as pessoas já encaram a suposta crise com normalidade. Já não é como no início «Ah, estamos em crise». [...] Um bocadinho, pelo menos já não me faz muita confusão como dantes.” (Entrevista 21). Acresce o facto de que foi neste contexto de crise que arranjou um “trabalho” (part-time), por intermédio da sua rede de sociabilidade, mas que, de facto, se constitui com uma ajuda financeira

Não. Porque era impossível eu pagar uma renda, porque lá está, essas contas, normalmente, é entre a minha mãe e minha irmã todos os meses e depois há uma pequena ajuda que nós também vamos dando porque o nosso trabalho também não é muito certo.[...] É assim, vivemos com pouco, tudo contadinho, mas antes vivia com mais dinheiro do que ... amanhã podia faltar. E assim como já tenho a minha própria independência, acho muito, muito mais fácil ... porque a minha mãe fica um pouco mais aliviada, apesar de todas as contas, não é? Hm, e eu poder ajudar também de vez em quando. (Entrevista 21)

A entrevistada partilhou a opinião de que “Nós somos todos condicionados, quer pelos pais, pela falta de emprego, ...” (Entrevista 2). Assim, alternativa à falta de emprego era trabalhar na agricultura já que “já hoje dou assim uma ajuda nas terras. No que for preciso.” (Entrevista 9) referindo-se ao apoio que dá à família na lavoura. Esta pode ser considerada igualmente, *in extremis*, uma forma de negociação entre pais e filhos, preparando-se para uma subsistência, mas que não espera concretizar.

Primeiro tenho de organizar a minha vida e depois pode ser que vá. [...] Porque estar a depender da minha mãe e do meu pai também, fizeram muito por mim, agora é minha vez de fazer algo que se orgulhem de mim. Então quero tirar a carta, depois juntar um dinheiro de parte e depois, se vir que tal, vou para desporto para a faculdade. Senão, vou para outra área. Turismo. Também gosto de turismo. Mas

primeiro tenho de organizar a minha vida e depois penso se vou para a faculdade ou se não. (Entrevista 13)

Também este jovem, da via profissionalizante, deixa igualmente transparecer a ideia de encargo que ele representou, na sua perspetiva, para a família. Contudo, aqui o discurso não está marcado pela crise, embora a história de vida deste jovem permita extrapolar dificuldades, a sua narrativa não evidencia a crise, mas a vontade de que os pais se orgulhem dele.

Foram várias as entrevistas em que o orgulho conotado à independência foram referidas e implicou, por isso, uma forma de estar e sentir diferente, antecipando esses argumentos para justificar a sua independência e eventual reorientação para uma inserção mais precoce no mercado de trabalho.

Maioritariamente, os jovens sumarizaram a sua rede de suporte (capital social) de forma simples e argumentaram que ela era constituída pelos “meus pais, minha mãe, meu pai, minha família e os meus amigos.” (Entrevista 6)

Estabeleceram-se prioridades, graus de importância e, inclusivamente, os jovens procederam a uma reavaliação das figuras significativas, por exemplo, a do pai como se torna patente no seguinte excerto

Os amigos que tenho agora, quero que me acompanhem, mas não faço disso uma prioridade como com a minha família. [...] Nesta situação da minha vida, sim é o meu pai. Uma pessoa com experiência dele, oiço bastante o que ele diz. Antes não ouvia. Este gajo é um careta. Agora já oiço. Ele dá-me bons conselhos. E tem muito para me ensinar e ajudar, sem dúvida. (Entrevista 7)

A conexão, a ligação e relacionamento que os jovens tiveram com os seus pais também surgiu muito marcados pela forma como esses perspetivavam o futuro dos filhos, o seu contexto e suas condições de vida. Assim, no que à emigração diz respeito, o afeto e a proximidade com os pais e restantes familiares foi secundarizado e encarado como um mal menor: “Pior é eu estar em casa e eu sem trabalho! [Os pais] Também querem uma boa perspetiva de futuro para mim. Acho que toda a gente se conformou com o facto de, mais cedo ou mais tarde, há gente que se tem de ir embora, emigrar.” Por outro lado, tinha o benefício da realização pessoal e/ ou profissional no caso que conseguisse viver em Bruxelas “porque estão lá todas as instituições, ... a NATO e é isso que admiro, trabalhar com essas instituições.” (Entrevista 2)

Os pais negociam a trajetória dos filhos e depende do tipo de relação que os filhos têm com os seus progenitores que estes manifestaram mais ou menos abertura e diálogo, evidenciando que a trajetória pode ser trilhada comumente ou poderá ter implicações no percurso de vida

dos pais. Neste contexto de possibilidades, são valorizados outros aspetos da vida, com peso e capacidade de, pelo menos, repensar a trajetória.

A minha mãe também o fez, ela própria saiu do seu país de origem, não por relação de trabalho, mas por uma relação amorosa, mas os meus pais nunca me pressionaram a ficar em Portugal, mas eles em princípio ficarão cá. Já falámos nisso, o futuro, os meus pais após eu concorrer para a universidade, eles estarão por conta deles próprios, poderiam ir para a Holanda. Mas em princípio eles vão ficar cá. E visto que tenho o exemplo da minha mãe e o quão difícil é estar separado de toda a família, tenho aqui as minhas raízes e a minha cultura, mas, não por pressão, mas por minha iniciativa, gostaria de ficar cá. (Entrevista 3)

O apoio procurou-se, sobretudo, na família, como diz o entrevistado “a minha família está comigo há 18 anos, a minha namorada está comigo há um.” Para este jovem, bem como a maioria, a” Família é pais e irmã [...] A minha influência para a pessoa que sou é mais o meu pai que realmente é uma pessoa que me motiva e que lê muito e indica o que devo ler” (Entrevista 3). São sobretudo os pais que se constituem como pessoas de referência, independentemente do género dos entrevistados. A exceção ocorre quando se tratava de famílias monoparentais.

A família mantém a sua importância mesmo em contextos familiares mais desestruturados e distantes, dando, contudo, lugar a outras pessoas de referência próximas do jovem:

Tem uma grande importância para mim. Acho que, em tudo, no apoio, no ... mesmo os meus irmãos que não estão cá, falamos todos os dias e tudo e nós vamos lá sempre passar férias, vamos lá todos os anos. E principalmente a minha irmã mais velha apoiou muito nestas coisas da escola e pronto, tenho um bocado mais aquela irmã como um ... não é bem ídolo, mas gostava de ser um pouco como ela e principalmente ela também me apoia muito. Mas sinto que todos eles têm uma grande importância. (Entrevista 21)

A importância da rede de sociabilidades tornou-se de particular relevo quando se analisou a questão da emigração. Assim que a emigração surgiu como possível trajeto, o recurso à rede surge quase de forma indissociável, mesmo quando esse passo esteja contornado de incertezas. Por exemplo, a incógnita de não se saber o que fazer ao chegar aos Estados Unidos resolvia-se com recurso a redes de sociabilidade como a seguir se revelou: “Só mesmo lá chegando ou arranjando cunhas, como se diz, entre aspas, com a minha família.” (Entrevista 12), sendo que a família está na América já há alguns anos e já deixaram transparecer essa possibilidade.

Noutra entrevista (16) refere-se o seguinte

Já pensei um bocado (em emigrar para a América), mas eu também, se calhar por causa mais da minha família, estava mais interessado ... se emigrasse era mais dentro da Europa, também porque tenho família na Europa. Na Europa tenho familiares, é mais fácil para me integrar no país e na sociedade. [...] Alemanha, França ... (Entrevista 16)

O tema da emigração fez lembrar o conceito de *chain-migration* que caracteriza o processo social em que migrantes de uma cidade seguem os emigrantes para uma determinada cidade que pode estar localizada na região ou noutra país. Com efeito, a rede familiar constituiu-se como a rede de suporte inicial e perspectivava a inserção no mercado de trabalho. Contudo, as entrevistas não revelam claramente de que tipo de inserção no mercado se falava, qual o tipo de emprego e as exigências escolares associadas, etc.

Alguns entrevistados revelaram algum tipo de negociação com os pais quanto ao passo da emigração. Neste caso, um jovem decidido a sair, concluiu que a separação seria mais difícil para os pais do que para o jovem, revelando assim o tipo de relacionamento que tem com os pais:

Sou muito apegado aos meus pais, tenho uma boa relação com eles. [...] Não tenho problemas em sair para longe, não é que goste menos deles, nada disso, simplesmente estou à vontade para fazer isso. Acho que é mais difícil eles desapegarem-se de mim do que eu deles. Não sei se isto vai mudar depois com o tempo ou com a saudade. [...]. Neste momento, tendo a consciência do ir para longe, pergunto-me como eles ficariam se eu fosse para longe, mas eu não me importo de ir para longe. (Entrevista 5)

Uma jovem do ensino regular foi mais longe quanto à temática da emigração e referiu que “Jovens para sair daqui. Os jovens já estão formatados para isso e sabem que se aqui não têm possibilidade de emprego, vão para fora.” (Entrevista 2) Uma posição dramática, mas que revela o estado de espírito generalizado dos colegas da jovem quanto à emigração. Ela surgiu aqui como quase uma inevitabilidade, provavelmente em consequência da comunicação social e partilha de histórias dentro da (mesma) rede de sociabilidades (tratando-se de colegas de curso), atingindo esta magnitude. A mesma entrevistada reforçou a sua posição, com experiências próximas e da sua rede de sociabilidades

Primeiro, eu tenho pessoas na família que acabaram o curso este ano e já foram embora. Terminaram o curso cá e dizem, isto é, muito melhor lá fora. [...] É enfermeira e acabou no ano passado e está agora na Suíça. Porque em Portugal não foi chamada. Mesmo que tivesse ia para fora, estilo de vida, nível de vida, é em tudo superior [do que em Portugal], rendimentos, [...], eles [os pais] sabem que o meu futuro não passa por tanto ficar cá, mas por ir embora. [...] É o que está já a acontecer. E os meus amigos querem ir para fora. (Entrevista 2)

Contudo, outros jovens foram incentivados à emigração, não por uma aparente necessidade, mas antes devido a uma forma de estar dos portugueses em que o jovem não se reviu e por isso equacionou a emigração, evidenciando-se assim motivos não associados à crise que tornam a emigração atrativa, baseando-a numa argumentação cultural:

Tem a ver com a mentalidade do povo português, que é assim um pouco retrógrada, mete-me assim um bocadinho de nojo, então ... prefiro ir para outro sítio onde as pessoas são de mentalidade mais aberta, outra diversidade. Os países nórdicos são muito mais acolhedores. Dizem que são pessoas muito mais frias,

mas não. O nórdico é uma pessoa que é amiga, aqui a pessoa é um bocadinho mais aldrabona, consegue enganar o outro muito mais facilmente do que lá em cima (norte). Eu vejo as coisas por esse prisma. (Entrevista 8)

Noutro caso, confrontou-se jovens com a questão o que tinha de acontecer para emigrar, o jovem responde com “Talvez acabar o namoro.” (Entrevista 16) Note-se que a prioridade não é o mercado de trabalho, nem a conclusão do curso profissional, mas sim um laço emocional que naquele momento prende o jovem e leva-o a ficar em Portugal.

Alguns jovens têm uma relação amorosa e, por isso, entendeu-se averiguar até que ponto este laço, muitas vezes caracterizado por um papel de suporte emocional, se caracterizou em termos de intensidade e influência quanto às escolhas dos jovens. Aqui ainda não se trata de demonstrar os efeitos na trajetória, mas de perceber os condicionamentos/ incentivos que tal relação poderá representar para os jovens, à semelhança do caso anterior.

A influência é positiva, mas nunca condicionou, nunca condicionou em nada, nem deve condicionar. Por exemplo, desde o meu 10.º ano quero ir para o Porto, e se calhar o meu namorado não, mas isso nunca me fez desistir do meu objetivo. Neste momento a média dele não está assegurada para entrar para o Porto, ele é da mesma área, e se ele for para Lisboa e não é por isso que vou anular a minha matrícula. São situações diferentes, emigrar, conhecer alguém, eu também não sei se vou ter alguém nessa altura. (Entrevista 4)

As minhas amigas, no 9.º ano por exemplo, quase todas foram para científicos, eu fui para humanidades, e agora, pronto, não sei, eu queria ir para Coimbra para estudar, duas amigas minhas vão, outras já não vão. Mas a minha escolha da cidade também tem a ver com o meu namorado, que está lá em Coimbra, não é a escolha do curso, mas a escolha da cidade, mas isso também é um bocado irrelevante. Também é bom Coimbra em Direito, por isso... (Entrevista 6)

As relações amorosas podem assumir um papel decisivo no percurso formativo, uma vez que a relação se caracteriza por traços diferentes em oposição à relação familiar e que se torna evidente nas atitudes dos jovens para com o namorado, ou com a família, dado que se precisar de chorar virava-se a jovem mais para

É mais ao (namorado). A sério. [...] À minha mãe também, mas acho que ao pé dela eu tento fazer-me mais forte. Acho que o (namorado) acaba por levar um bocadinho com tudo. Quando estou zangada, ou quando estou triste. (Entrevista 21)

Outro caso sugeriu haver alguma forma de negociação para que a relação se mantenha. Assim, a trajetória formativa da namorada passa por ingressar no curso superior de *Design de Moda* em contraponto com a do namorado e este explicitou que “Ela sabe que eu não tenho ambição de ir para o ensino superior. [...] Se ela vier cá duas em duas semanas, eu vou lá de duas em duas semanas. Aos fins-de-semana, só.” (Entrevista 16).

Também no caso da entrevista seis se referiu que o namorado era mais velho um ano e estava a estudar em Coimbra, Engenharia Eletrotécnica. Aqui o namorado não influenciou as

opções tomadas e nesse contexto que surgiu a alusão ao capital social em contexto das perspectivas de emprego

porque o avô trabalha numa multinacional a fazer máquinas, a fazer máquinas que fazem outras máquinas [Robótica], não sei bem como se chama esse tipo de indústria, também já tem de certa maneira assegurado [o seu emprego]. Pronto, é bom termos estas pessoas assim. Se hoje em dia não se tiver... não se sabe muito bem o que há-de acontecer. (Entrevista 16)

Aqui, a estratégia do jovem passou por aliar o curso à sua potencial cunha, ou seja, a opção resultou da conexão de diversos sistemas sociais, o das sociabilidades, o sistema familiar (embora de segundo grau) e do sistema escolar.

Contudo, o contexto de crise reforçou a narrativa dos jovens quanto à rede de sociabilidades de forma consciente e enquanto parte integrante da sua representação social a diversos níveis, quer a nível individual e, por isso, subjetivo, quer, por exemplo, a nível das representações dos políticos, configurando-se não apenas como recurso, mas também como uma estratégia, pelo que declararam

Nos tempos que correm (entenda-se crise), começou a haver mais procura (de empregos) e o melhor amigo é sempre ... [...] Ela (a cunha) já era bastante usada e então quando veio a crise, houve muitas pessoas que ficaram no desemprego e então ... as cunhas ajudaram bastante. (Entrevista 16)

“No parlamento, acho que é tudo um jogo de interesses. Tudo que mete políticos há sempre interesses, há ali, ... há sempre cunhas, há sempre amigos.” (Entrevista 15)

“Tenho lá amigos que vão trabalhar para fábricas ... e alguns! Porque outros não vão trabalhar e os que vão é porque se calhar têm lá as cunhas. [...] Aí sim, grande parte delas”. (Entrevista 17)

A rede de sociabilidades revelou-se noutros domínios como o da escolha do curso, quer profissional, quer superior. Contudo, as influências não foram tão claras e estendem-se no pano de opiniões em que se aceitam e respeitam a individualidade de cada um, até ao discurso afirmativo da sua preponderância.

Tiveram, mais ou menos, há uma variedade de opções, portanto, não nos influenciámos assim tanto, mas sim, também somos conduzidos pelos nossos amigos.” Os amigos escolheram “psicologia, gestão de recursos humanos, sociologia e direito” estando inseridos no curso de economia. [...] Nós somos todos iguais e cada um tem aptidões para diferentes coisas e, portanto, nós temos plena noção disso e vamos para as coisas com que nos identificamos mais. (Entrevista 2)

Também há influência dos amigos. Tenho imensos! Tenho imensos que querem ir para engenharia informática. E não foi muito por apenas eles irem, mas sim o entusiasmo e realmente com eles eu apercebi-me que estes ramos proporcionam o adequado para mim [...] e ajudaram-me a perceber que é o ideal para mim. Apenas por conversas informais com eles e com os irmãos deles. (Entrevista 3)

Mas Lisboa tem mais um coisinho de amigos também. É para não ir sozinho. Aveiro e Lisboa considero ter a mesma qualidade de ensino e como num dos sítios tenho amigos, mais vale ir para onde tenho amigos. (Entrevista 5)

Os meus amigos, um vai para teologia, duas amigas vão para Coimbra, o [Nome] quer seguir jornalismo em Coimbra, outra que ir para Serviço Social e outra, que está indecisa, mas principalmente Turismo em Aveiro. Outro amigo, que também ainda não sabe bem o que quer, ... tem uma veia para o teatro, [...] ingressar numa academia de teatro. (Entrevista 6)

Os amigos próximos tiveram os mesmos objetivos quanto à frequência do ensino superior, mas cursos muito distintos. Contudo, constituíram-se como rede de suporte mútuo, pelo respeito, pela diferença e rematou com algum orgulho que “Ninguém vai para o mesmo curso.” (Entrevista 6). O enfoque nestes excertos é demonstrar como a rede de sociabilidade adquire pesos e importâncias diferentes.

Podemos concluir que, no domínio das relações amorosas, estas poderão ter uma influência de peso e obrigar a contratempos no percurso formativo ou de inserção no mercado de trabalho. Contudo, esta avaliação depende do perfil de cada jovem e prioridade que estabeleceu quanto à sua relação. Identificaram-se casos em que a oportunidade de inserção no mercado de trabalho foi a preferida em detrimento do relacionamento, não menosprezando o facto de se ter uma relação, mas atribuindo-lhe alguma relatividade. Fica a impressão, conforme o que se alcança no trajeto formativo, deixando a perspetiva de mobilidade social e, eventualmente por isso, não prescindem de alguma estabilidade emocional, mas não se sentem acorrentados aquela relação naquele momento. Por outro lado, houve um número reduzido de casos em que a relação amorosa é estimada, com implicações diretas no percurso dos jovens, podendo conduzir à emigração.

3.6. Escola e formação

A escolha do percurso formativo e os fatores que influíram nessa decisão é o que se pretende ver retratado neste capítulo, tais como os motivos da escolha do curso, as diversas formas de negociação e decisão dos jovens quanto à escolha, mas também até que ponto a escola, os professores e a relação que estabeleceram com estes. Quem ou o quê interferiu no seu percurso formativo? O processo de escolha da escola foi baseado em quê? Como é que os

jovens perspetivaram a escola e qual o contributo que esta proporcionou relativamente ao alcance dos seus objetivos, de ordem profissional e pessoal?

Como mote de introdução a este capítulo que adota uma perspetiva mais centralizada na escola, o seguinte excerto levanta algumas questões, ou melhor, algumas exigências:

O Estado? Apoiar jovens? Não considero. Falta apoio na criação de emprego, de condições de empregabilidade, no apoio à formação, formação complementar, falta, por exemplo, o ensino de música nas escolas, ensino de, não é ofícios, mas que alguém que esteja no curso de economia, fazer um estágio na área de contabilidade, porquê? Porque saía do secundário e já sabia fazer alguma coisa prática. Eu se não quisesse seguir para o ensino superior, que não quisesse seguir mais, eu não sabia fazer nada específico. Não tinha formação complementar. Eu tenho formação, mas não foi o Estado que me deu. Eu acho que o Estado havia de apoiar dessa maneira os jovens. E pronto, a partir do momento que o primeiro-ministro diz aos jovens para emigrarem, lá está, é o espelho da falta de apoio que o Estado tem dado. Acho que isso marca bem o estado do apoio que tem dado aos jovens. (Entrevista 1)

É importante realçar esta perspetiva na medida em que referente aos conteúdos programáticos escolares estes não pareciam estar adequados ao mercado de trabalho e daí reivindicar a realização de estágios profissionais no secundário. Aliás, isto é uma prática comum e, dado já se ter referido o sistema de ensino alemão anteriormente, pois nesse, nos 9.º e 10.º anos expõe-se o aluno à necessidade de procurar um local de estágio, por um período (que pode ser variável) de cerca de 3 semanas, analogamente como se tratasse da procura de um primeiro emprego, do primeiro posto de trabalho. Importa é que o aluno adquira as competências e tenha assumido a responsabilidade de procurar um local de estágio para poder exercer uma das suas profissões eleitas e experimentar o mercado de trabalho, bem como a profissão escolhida.

A fim de imprimir alguma ordem a este capítulo, tentou-se enquadrar a escola enquanto objeto sujeita a aspetos relacionados com a crise, passando daí para dimensões mais subjetivas referente à escolha do ensino, designadamente no que concerne à escolha das áreas ou a opção pelo ensino regular ou profissional, aquando do 9.º ano, seguindo para as motivações que se prendem com o projeto formativo com continuidade, ou seja a prossecução dos estudos a nível universitário, ou se são considerados outros projetos, elencando as condicionantes/ incentivos do contexto em causa.

Esta abordagem permitiu uma análise longitudinal, em que a retrospectiva pode ser confrontada com a perspetiva de futuro, com as expectativas e, conseqüentemente, uma abordagem trajetiva (alusivo a Pais). No entanto, também aqui, continuou a dificuldade de balizar os excertos, pelo que aqui se tenta destacar o enfoque na escola, das questões

relacionadas em sede de escola e que terão tido impacto na representação social dos jovens nesta matéria.

Mais se procurou perceber até que ponto a crise interferiu, quer no processo de decisão dos trajetos formativos, quer na perceção de fatores relativos ao ensino, ao ambiente na escola e, conseqüentemente, como estas interferiram nas suas representações sociais.

Assim, o seguinte excerto opina sobre a deterioração da qualidade do ensino justificando com os cortes que houve na educação no contexto de crise:

Agora justificando, a crise económica, basta ligar a televisão e ver o noticiário e vemos a situação económica do país. Os cortes que têm feito nas escolas, nos serviços públicos e nós também sentimos como utentes dos serviços públicos, como aluno, por exemplo, e vimos a evolução que tem tido também a nível da evolução da qualidade, ela [a crise] também influencia um pouco a qualidade do ensino. [...] E há aqui problemas em cadeia, isto vai buscar a forma como está o ensino em Portugal, a forma como os professores são influenciados negativamente pelos cortes dos salários na Função Pública... (Entrevista 1)

Há funcionários públicos que vão desmotivados para o trabalho e isso influencia no percurso escolar dos alunos. Se calhar não estão muito motivados para dar aulas e isso. Baldam-se um bocado, entre aspas. [...] Má escola, má gestão e maus professores e esta divisão do curso profissional e do ensino regular... (Entrevista 12)

Os jovens pareceram estar atentos aos discursos e impactos que o sistema educativo teve e reproduziram essa informação, mesmo que, no caso concreto a escola serviu para a obtenção da credencial escolar necessária para o curso de teologia.

Contudo, interessa entender como a escola foi incorporada pelos jovens.

A escola molda-nos e diz-nos o que fazer. Se calhar não nos prepara. Traça-nos um caminho e obriga-nos a segui-lo. Se não o seguirmos, a escola líxa-nos mesmo. [...] Porque são exames e testes que vão decidir a nossa vida toda e isso não é preparar. É obrigar-nos a seguir aquilo. [...] Há um plano, mas se calhar o plano devia deixar-nos mais pensar por nós. Havia de ser diferente. (Entrevista 7)

Duas ideias que se destacam neste excerto. A primeira é que a escola não deixou de ser um mecanismo seletivo, com capacidade de sanção que pode interferir nas restantes opções de vida. Recorde-se que já anteriormente se fez referência à entrevista cinco em que a escola, enquanto mecanismo de seleção, estava a ser instrumentalizada de acordo com a visão marxista das classes.

A dependência dos testes e o facto de se ter boas notas não foi classificado pelos jovens como uma boa preparação para a vida. A segunda é que os currícula não deixaram grande margem de manobra à vontade dos jovens, de poder experimentar coisas novas e seguir outras opções. O “pensar por nós” limita-se às escolhas que lhes são dadas e o entrevistado

esclarece “ela leva-nos a seguir um determinado caminho e nós temos de o seguir.” Os exames e testes por vezes podem correr mal, mas

se calhar temos uma vocação para aquela área. Podemos ser grandes médicos e grandes enfermeiros, mesmo tendo tirado uma nota baixa naquele exame. [...] E se calhar cortou-nos ali as pernas. [...] A média de matemática do ano passado a nível nacional foi de 7,8. Os exames são difíceis e não é só a questão de serem difíceis. [...] Eu tenho colegas meus com 20 e eles é que me estão a dizer.[...] Eles colocam as pessoas sobre uma pressão tão grande, sobre um nervosismo, que ando a ver colegas meus nervosos e andei 12 anos da minha vida a esforçar-me ao máximo, e agora se fizer um pequeno deslize, das duas uma, ou passo ou tenho de perder mais um ano da minha vida. Acho que isso é desnecessário.” (Entrevista 7)

Foi perentória a atitude dos jovens quanto à forma como a matéria foi lecionada e a sua atitude perante uma transmissão de conhecimentos que motiva o aluno.

Não gosto das aulas, mas gosto da escola. Do Edifício em si. Dá para as pessoas lá irem para conviver. As aulas são uma seca. [...] Desmotiva. Se fossem mais interessantes [...] eu aplicava-me a estudar, mas não incentivam.” (Entrevista 8) A escolha da escola foi à partida uma das preocupações de grande parte dos jovens, pelo menos, dos que se situam na urbe de Viseu. Neste contexto, a escolha da escola surgiu instrumentalizada enquanto fator decisivo de uma trajetória formativa com sucesso.

Eu escolhi esta escola por um motivo. Eu tinha artes noutra escola aqui em Viseu, nem pensei. Foi procurar qual é a melhor escola? Nós procuramos ir para o melhor e tentar ser o melhor. [...]. Acho que foi bastante positivo. [...] O ambiente, eu gostei muito de andar cá. [...] A Escola tem muito potencial aqui, e não é só os alunos de medicina que aqui todos os anos são referenciados, acho que não é só por aí. Há bons alunos e se os há é porque a escola também o proporciona. (Entrevista 4)

Isso não foi uma escolha. Nunca ponderei ir para outra escola. Foi sempre liceu. Uma questão de localização, é mais fácil vir para aqui do que para a Viriato, por exemplo. A Emídio Navarro é mais cursos profissionais, tal como a Mariana Seixas. Eu nunca questioneei ir para um curso profissional, nunca quis ir para um curso profissional e o liceu, também faz parte a fama do liceu, né? A educação que aqui nos dão é um pouco isso, dizem que ... apesar de dizerem que na Viriato é melhor o curso de artes, assim o oiço dizer, este liceu [Alves Martins] é mais prestigiado. [...]. É a escola que mete [...] alunos em medicina todos os anos. [...]. No ano passado saiu uma notícia no final do ano que a Alves Martins meteu 132 alunos em medicina [...] nos últimos cinco anos [...]. Mas sim, esta escola mete muitos alunos em medicina, é por isso que é conhecida. É por isso que os alunos de artes são uns menosprezados aqui. Exceto os de arquitetura. Se formos para arquitetura, somos como os de medicina. (Entrevista 5)

A escolha incidiu sobre a melhor escola e, aparentemente, sobre aquela que tem melhor estatuto, associado à ideia de ensino de qualidade, dado que aquela escola forma bons alunos. Isto esteve a par com as acessibilidades da escola, bem como as alternativas escolares existentes, coisa que no concelho de Carregal do Sal já não é possível, dado ser a única escola do concelho que pode oferecer os diversos ramos e outras alternativas escolares estarem bastantes distantes.

Nas entrevistas realizadas surgiram, de forma consistente, opiniões quase padronizadas quanto à escolha das áreas aquando da transição do 9.º para o 10.º ano e que se prendem com a consideração de que a área de científicos devia ser a eleita pelos jovens devido a um confluir de motivos com impacto na trajetória formativa. É por via da análise longitudinal que se pôde inferir sobre os efeitos dessa escolha e como essa escolha é hoje percebida pelos jovens.

Sim, olhando para trás estou muito contente com a decisão que tomei. Outra razão pela qual fui para científicos foi porque era mais fácil mudar de curso caso me arrependesse. É mais fácil ir de científicos para outro do que o inverso. Ainda tenho filosofia e português em comum e sinto que seria mais fácil recuperar matéria perdida em história, do que em matemática. Ao ler um livro de história apanha algumas ideias, mas ler um livro de matemática, por si só, é mais complicado, na minha opinião. (Entrevista 3)

Pareceu haver uma constante desvalorização dos cursos alternativos entre os próprios alunos, quase como se tratasse de uma dialética de quem frequentava o curso de científicos e os restantes. Assim, configura-se que é a nata que frequenta a via científica. Mas isto não é suficiente, e seguiram-se relatos da falta de informação providenciada pela escola.

Se soubesse o que sei hoje, nem para economia ia, ia para humanidades. [...] Tive psicologia e filosofia e adoro. Até 10/11.º tive filosofia e este ano tive psicologia. E adorei mesmo, adorei. Do que envolve, adorei as aulas e acho que se pudesse voltar ao 10.º ano ia para humanidades. (Entrevista 7)

A escolha das grandes áreas, que ocorre no final do 9.º ano, pareceu ser muito precoce ou, pelo menos, pouco informada. Os alunos não pareceram ter noção concreta dos currículos e teor das respetivas disciplinas, mas que poderiam ter tido influência na escolha das áreas no secundário, se tivesse sido fomentada uma informação mais consistente. O seguinte excerto da entrevista constatou que a escolha ocorre precocemente ou com falta de informação

É muito cedo. Pode ser com a mesma idade, mas havíamos ter tido outro tipo de demonstração daquilo que aquilo realmente é. [...] A mim e a toda a gente havíamos de nos ter exposto o que é o curso, devíamos ter tido uma espécie de estágio a lidar com a área em si. [...]. Era darem-nos um leque de possibilidades [das diferentes áreas] e nós escolheríamos aquela em que pretendêssemos seguir uma vida universitária, por exemplo, no 9.º ano passar uma semana com o pessoal que quer tirar enfermagem. O pessoal que quer ir para engenharia. [...]. Nós não! Foi acabar o 9.º ano, os exames e, bem, tendes estas áreas: Ciências e Tecnologias. Tecnologias não sei por quê, porque nunca demos tecnologias. Artes e não sei quê o que é o curso. Depois Humanidades e economia. Acho que é um bocado por intuição, isto deve ser isto, aquilo deve ser aquilo, e pronto, escolhemos e seguimos. Pelo menos eu não fazia ideia do que ia ser o meu. Ó pá, fazia ideia, mas houve muitas coisas que me surpreenderam. [...]. Olhe, quer um exemplo, umas minha amigas que foram para artes, pensavam que era música, teatro e dança. E pensaram assim até chegar ao primeiro dia de aulas, o dia em que saiu o horário e viram as disciplinas e ficaram: “O quê? [...] As expectativas ficaram logo defraudadas, tanto que uma delas mudou logo para científicos. [...] No final daquela etapa devíamos ser esclarecidos, mas esclarecidos a sério. (Entrevista 7)

Patenteou-se a falta de informação como condicionador de todo o restante percurso formativo e foram vários os testemunhos que referiram a importância desse esclarecimento, para além de reavaliarem as decisões tomadas em função do contexto de crise, justificando o repensar de decisões.

Na altura fui por aquilo que eu gostava, mas agora não sei, as notícias que saem dos cursos de economia e de áreas de relações internacionais são as piores [em termos de empregabilidade] e isso não sei, se calhar fazia-me repensar um bocadinho o percurso.” De que modo? “Não sei, se calhar iria para uma área mais abrangente, para científicos, para ter mais portas abertas agora no fim do 12.º. [...] Estar em economia condicionou-nos um bocadinho. Os de científicos vão para economia, e nós não podemos ir para as áreas de científicos. Portanto, estamos um bocadinho mais limitados. Agora já não vou a tempo [de repensar e alterar]. (Entrevista 2)

Mas o meu objetivo era ir para a faculdade, mas são pessoas que se calhar vêm para áreas científicas e humanísticas obrigados pelos pais. Há muitos casos desses. [...]. Eu tenho gente na minha turma que veio para economia porque os pais não os deixaram ir para humanidades. E são obrigados a fazer o que os pais querem. [...] Ainda prevalece a ideia de que humanidades não tem emprego e é isso que perdura na mente de algumas pessoas. (Entrevista 2)

Sempre fui boa aluna, e as pessoas diziam-me: Ah, vai para artes, mas que pena. Isso não tem saída. E aquilo que também é necessário para além da crise é saber o que eu gosto de fazer. E não me quis estar a prejudicar enquanto pessoa, que era o que iria fazer [se não escolhesse artes], nunca iria ser feliz noutra curso e por isso, nesse sentido, a crise não nos deve condicionar. Em estilos de vida, sim, naquilo enquanto nós somos pessoas ... acho que há uma ligeira diferença aí. Por isso, nunca pensei ir para científicos e ir para medicina. As pessoas diziam: E não pensas ir para medicina? Num curso mais além? E eu sempre disse que: os cursos de arte não são mais além, as pessoas é que têm de ir mais além! E também tem a ver com isso, a forma como as pessoas se desenrascam, nas zonas que não são zonas de conforto. Dentro da escolha que eu fiz, isto é uma estratégia, a de não prejudicar a escolha! (Entrevista 4)

Este último excerto testemunha o amplo debate dentro da rede de sociabilidades referente à escolha da área e percurso formativo. A jovem referiu-se as sugestões, juízos de valor e a óbvia desvalorização de artes perante outras possibilidades que a área científica encerra.

Ainda referente às sociabilidades e ao poder de manuseamento que elas constituem, evidenciou-se no próximo excerto em que uma experiência marcante, no seio das sociabilidades do jovem, despoletou a decisão de ir para artes. Contudo, a argumentação base era a da realização pessoal, mas que, devido ao apego a amigos, foi reprimida para posteriormente ser retomada face ao sucedido.

Eu sempre gostei de artes, sempre desenhei, sempre adorei isto, só que na escola onde andava antes era muito apegado aos meus colegas, que agora vim descobrir mais tarde que [...] O que me convenceu, foi no final do 9.º ano eu ter sido vítima de bullying por esses meus tais amigos. Que agora já são meus amigos outra vez. [...] Foram apenas bocas por naquele momento eu estar a fazer aquilo, e senti-me traído, e foi nesse momento que percebi que era por este pessoal que me vou sacrificar e não vou para artes que é uma coisa que eu gosto? [...] E foi aí que decidi que queria ir para artes. Não tanto pelo percurso académico, nem pela opinião dos pais ou da opinião em geral, mas foi mesmo por causa da consequência

de ter acontecido o que aconteceu. O que acho que foi bom. Foi um mal que veio por bem. [...]. Foram os melhores três anos da minha vida. Novos e melhores amigos. Melhores amigos, não no sentido de amigos para sempre, mas do que alguma vez poderia ter se tivesse ido para científicos, tenho amigos em científicos, que eu conheço, conheço os a todos, mas a minha turma de artes é ... São pessoas diferentes! Fui para artes, e não sabia, mas calhei numa turma em que a mentalidade das pessoas enquadrava com a minha. (Entrevista 5)

O percurso foi positivamente influenciado, embora por um acontecimento negativo, ajudou a tomada de uma decisão por via de um afastamento dos colegas de então. A rede de sociabilidades, aqui, atuou pela negativa, na medida em que não era a partilha das mesmas experiências escolares que estava em causa, mas sim o afastamento dos colegas pelos quais se sentiu traído. Culmina ainda numa postura como refere Dayrell em que se abre a porta à autodefinição da própria identidade através das ações individuais e que por sua vez, de forma recíproca, parece a incluir a liberdade (designadamente de escolha) e a incerteza. Foi neste momento que o jovem se encontrou num momento estruturante da sua vida e que naquele espaço privilegiado se definiu a si, independentemente das repercussões no futuro.

Pareceu haver um estigma quanto à escolha da área, interferindo nas possibilidades futuras, ou seja, interfere diretamente no percurso formativo e projeto de vida perspectivado e, por isso, por vezes a escolha tentou ser negociada em sede familiar

Só o exemplo do meu pai de achar que científicos é que é, porquê é que ele acha isso? Se ele nunca frequentou o ensino secundário, nunca teve qualquer ligação com o ensino superior. Está completamente fora do tema e acha que é aquilo, hem? Porquê? Porque é o que passa cá para fora. É o que as pessoas ouvem, é o que lhe disseram porque ele não tem experiência própria. A minha mãe já é diferente. Ela podia falar sobre isso. Ela andou no secundário. E já teve de escolher, já teve a área de científicos e de humanidades. [...]. Ela já me podia falar. Teve amigas com a sua carreira académica e que estão formadas. O meu pai não. Como é que ele chegou à conclusão que científicos é o melhor? (Entrevista 7)

Neste excerto, a forma de estruturação das relações familiares pareceu interferirem na legitimidade que o jovem reconheceu aos pais para se pronunciarem sobre uma escolha que, no entender do jovem, era apenas dele. Contudo, o jovem justificou que a opinião do pai, segundo o entendimento deste, foi baseada no senso comum e não numa experiência própria, que levou o jovem a colocar em dúvida a legitimidade de uma manifestação mais vincada e marcada pela persuasão do jovem relativamente à sua escolha. Por sua vez, o jovem reconheceu mais legitimidade à mãe de se pronunciar sobre o assunto, uma vez que partilharam experiências próximas, dado a mãe ter frequentado o secundário e ter-se encontrado numa situação similar. No entanto, o porta-voz da família não foi, objetivamente, a mãe. As definições da estrutura das relações internas da família, neste caso concreto, não pareceram estar alinhadas com a experiência para que o jovem reconhecesse a devida

autoridade/ legitimidade ao pai para se pronunciar sobre uma escolha que nunca fez, sugerindo criar-se aqui alguma tensão.

As bases motivacionais diferiram em função do nível e exigência da escolha. Se para o décimo ano, a escolha da área de estudos, incidiu mais sobre a base motivacional subjetiva, do que gosta e para o que tem apetência, já ao nível do ensino superior a preocupação voltou-se para outros parâmetros de avaliação:

Porto, Aveiro e Lisboa, com o Porto mais para o fim da fila. Porque o Porto em Design, há quem diga que é um pouco retrógrado, ou são muito belas artes, pintura e escultura, a parte de design está um bocadinho menosprezada lá. Eles são mais arte «old school», e Aveiro é muito novo [...], a minha mãe está-me sempre a empurrar para lá. Para uma Universidade Nova que é, já ter o estatuto que tem, está de parabéns. E Lisboa, é aquela coisa de que, se vierem buscar novos talentos a Portugal, é a Lisboa que vão porque é a capital e é na capital que está lá tudo. [...] Não houve nenhum site na internet que me diz isso [...] é devido a pessoas com quem falei. [...] Foi entre familiares, amigos e é basicamente a troca de histórias entre a minha rede de amizades. (Entrevista 5)

“Tinha exemplos de pessoas mais velhas que tinha estudado cá ou que eram professores cá e [...] Isso também aconteceu na escolha da faculdade, também me estou a basear num estatuto e numa reputação, porque lá também já estou a pensar no meu futuro depois. [...] Agora para a faculdade também, pensei ir para a faculdade que se calhar me vai dar mais facilidade [de inserção no mercado de trabalho], do que se tivesse ido para outro sítio. Quero acreditar nisso, que o facto de ser uma boa faculdade e me dar uma ótima preparação, me vai ajudar no futuro.” (Entrevista 4)

Mais uma vez, a rede de sociabilidades interferiu na criação de uma representação social do jovem, mas agora num contexto de fundamentação da escolha, da argumentação para validar a sua decisão e definir a sua estratégia já com vista ao mercado de trabalho. Sublinhe-se que à escolha do curso subjugado à preocupação de inserção no mercado de trabalho. Esta preocupação tronou-se especialmente evidente, mesmo que signifique emigrar para outro país ou para urbes maiores, como nos seguintes excertos se constata

Mas por exemplo, tenho colegas que querem ir para cinema, e sabem que aqui não têm perspetivas nenhuma. Estão a pensar, após acabar o curso, em ir embora para os Estados Unidos, etc. [...] A oferta em Portugal não existe. Aqui realizam-se três filmes no máximo que são levados ao cinema.” (Entrevista 2)

Em termos culturais, e eu que sou das artes, tenho pena que as grandes coisas se foquem nas grandes cidades. [...] Mas Lisboa e Porto são centro dessas coisas. Há uma exposição e poder ir visitar a exposição e do estilo de vida que eu gostava de ter. (Entrevista 4) Quer para trabalhar, quer para viver.

As experiências pessoais influenciaram e motivaram. No caso seguinte, uma viagem por motivos artísticos ao Canadá resultou em entusiasmo: “É fantástico. Eu ao fim de 10 dias ... eu já achava que isto era supertranquilo, aquilo é muito dinâmico, aquilo não para. [...] Já fomos lá e estava frio. Quer seja duas da manhã ou nove da manhã aquilo não para, há sempre

movimento, há sempre carros a andar, sempre luzes, não para nada lá. Aquilo é um mundo. Prédios de 73 andares, é tudo diferente, para quem gosta de agitação.” (Entrevista 2)

A consciência da capacidade individual em enfrentar o desafio que representou a conclusão do 12.º ano interferiu na escolha. Assim, o ensino regular não era opção para este jovem, uma vez que, dado que

Ia ser muito complicado e talvez não conseguisse acabar o ensino normal. Por isso, optei logo pelo ensino profissional. Assim, como tem o estágio no final.... Mais por isso. Pensei que não consegui acabar o ensino. [...] Eu sabia que não ia optar pelo ensino normal, daí eu ter optado por este. Eu sabia que tinha de acabar o 12.º ano, daí a seguir aquele e a seguir o profissional. (Entrevista 9)

Este assumiu a dificuldade em concluir o 12.º ano do ensino regular e, simultaneamente, revelou a preocupação em concluir o 12.º ano, tendo este optado pela via, segundo ele, mais fácil, uma vez que concluíam o curso profissional com a realização do estágio.

A escola também dispôs de recursos para ajudar os alunos a decidir o percurso formativo. Uma estudante de científicos de Carregal do Sal explicitou que a orientação vocacional a ajudou a decidir o seu rumo

Pois, não sei assim muito bem porque depende de cada um de nós. Eu no 9.º ano já me sentia preparada para saber mais ou menos o que eu gostava e é assim, apesar de eu ter pensado de ir pela maneira mais fácil, (optando por humanidades em Carregal do Sal) depois decidi que não seria esse o caminho. [...] Ao início não era para ir para científicos, era para ir para humanidades. Mas tinha um certo problema com a matemática. Mas o que eu gostava mesmo era ciências, química, eu gostava muito desse aspeto e ...hm ... há sempre aquelas consultas com a psicóloga e que todos os alunos no 9.º ano vão (Orientação vocacional), e ela dizia-me que todos os testes que tinha feito que davam para aquela área. Só que lá está, eu vou para aquela área e vou tirar negativas, não vou conseguir e tudo mais. E ela disse que o que importava era tirar um dez a matemática, se eu conseguisse tirar sempre um dez a matemática [...] (Entrevista 21)

Certo foi que ajudou à tomada de decisão, mas por sua vez, a média estaria sempre a afetar e trazer implicações no futuro percurso formativo. Poderia questionar-se se havia vantagem em frequentar científicos? O acesso ao curso de eleição aquando do ingresso no ensino superior? Contudo, naquele momento, obviamente que a aluna estava a ser encaminhada para uma solução em que a média seria sempre uma preocupação, pondo em questão a entrada em determinado curso, ou tendo de escolher em função da sua média.

No contexto dos cursos profissionais, as declarações investiram-se de uma outra natureza, mais ligado à realização pessoal, ao gosto específico do jovem ou mais ligado à facilidade de ingresso, quer na universidade, quer no mercado de trabalho.

Assim, um exemplo em que a escolha pelo curso profissional assentou na motivação foi retratada a seguir

Por ser ligado ao desporto, este curso, se não fosse escolheria científicos. [...] Tinha uma vaga ideia. Sabia que não era obrigatória fazer exame para a universidade. Poderia entrar para a universidade com o ano zero, e tinha de fazer um exame sobre uma disciplina específica do meu curso. Enquanto que no ensino regular era obrigado a fazer exames, indo ou não para a universidade. (Entrevista 12)

Note-se a menção alusiva ao grau de exigência e às vantagens da opção pelo curso profissional.

Foi [uma opção] só minha. Inicialmente não sabia que este curso ia abrir. Quando soube que ia abrir, vi com bons olhos, por ser também ligado ao desporto, decidi e optei por este curso. [cursos] Profissionais havia este, havia também viticultura e acho que não havia mais nada. Eram só estas duas hipóteses. [...] Também havia depois científicos e humanidades.” (Entrevista 12)

Quando ela entrou em artes, havia desporto e havia científicos ou humanidades. [...] Humanidades abre se por acaso se inscrever muita gente, mas é um curso que é raro abrir. (Entrevista 16)

Inclusivamente, as opções de abertura dos cursos para os jovens de Carregal do Sal representaram uma indecisão, fazendo depender do número de alunos que se inscreveram para tal. Assim, neste contexto, o leque de escolhas foi reduzido e muito restrito, acrescido das dificuldades de acesso a outras escolas. Retrospectivamente, o jovem referiu que a escola

ajuda sempre. Estamos aqui num meio pequeno, as escolhas são reduzidas. Mas ainda bem que abriu este curso porque senão ou ia para científicos ou tinha de ir para uma escola profissional para ter outras opções. [...] Fora daqui, em Tondela, por exemplo, ou Torredeita, Viseu. [...] Difícil era transporte. Em Viseu tinha mais facilidade por causa dos meus avós, em Tondela, ... era o transporte. (Entrevista 12)

A realização pessoal também esteve presente na narrativa deste jovem que optou pelo curso profissional (Técnico de Gestão Desportiva), mas encontrou-se implícito um descontentamento: “eu escolhi mais o curso profissional porque é isto que queria seguir: desporto. Sempre gostei de desporto, praticar já não. Mas sempre quis ter algo a ver com desporto, treinador, dirigente ou assim. [...] Era só científico, ali na escola. Humanidades já não havia. [...] Artes havia.” Ou então era o curso profissional de Técnico de Gestão Desportiva ...” (Entrevista 13)

O Curso de Gestão Desportiva surgiu como pano de fundo para à argumentação da realização pessoal, mas a verdadeira motivação de escolha pelo curso prendeu-se com a oferta limitada. Assim, optou, no fundo, pelo mal menor.

Aos 15 anos a escolha do curso profissional foi

Uma experiência, basicamente. Eu não sabia o que eu queria. Eu segui para o escuro. Depois gostei. Gostei daquilo que estávamos a fazer lá. E decidi seguir aqui. Eu não sabia aquilo que eu queria. Naquela época eu não fazia a mínima ideia. Eu não sabia aquilo que eu queria. Rapaz confuso. (Entrevista 19)

Pareceu-me de peculiar interesse o facto deste jovem se culpabilizar a si mesmo quanto à escolha e denominando-se de “rapaz confuso”. A ideia de culpabilização é uma constante na sociedade em estado de exceção. Porque é que o jovem não menciona a falta de informação ou outros fatores que tenham contribuído para a sua indecisão? A formulação e atitude do jovem apontam para um sentido de responsabilidade individual pelas suas decisões. Curiosamente, é o mesmo jovem que não considera haver crise em Portugal. Presumo que seja devido ao seu contexto social de origem e a comparação que fez com o seu país de origem, permitindo-lhe uma perspetiva que se diferencia em muito dos outros.

A relação que os professores estabeleceram com os alunos foi importante na análise, uma vez que estes se poderiam constituir como elementos decisivos na escolha do percurso profissional. Foram feitos depoimentos mais genéricos, mas também mais concretos em que esta relação marcou a trajetória do estudante:

Eu acho que ajudou bastante. Eu acho que nos temos de nos basear nalguma coisa e as bases que nós temos são essenciais, e eu fui tendo sorte. Claro que há professores uns melhores que outros, há sempre uma relação aluno-professor, há sempre umas melhores que outras e que nos marcam mais, mas acho que foi positivo. (Entrevista 4)

Acho que foi mais a minha professora de físico-química do 10.º e 11.º ano, ajudou-me a ver que era aquilo que mais gostava. Sim, eu avalio de forma positiva o papel dos professores. (Entrevista 3)

Contudo, o papel de professor não é fácil e os jovens da urbe criticam de forma comedida:

Mas aqui não acho que ... em termos de ensinamento já foi muito bom, porque a direção escolhia os professores. Agora são colocados à toa e mesmo a relação aluno-professor, nesta escola não é das melhores. Onde vinha, do colégio, a relação era muito melhor.” Havia “amizade mesmo, à vontade com os professores. Aqui é uma distância muito grande que ... pronto e o professor por vezes também faz a disciplina, eu acho. [...]. Na generalidade não contribuíram grande coisa [para a escolha do curso]. (Entrevista 6)

Os professores são muitos bons a fazerem a impressão de que vamos ter de trabalhar muito mais, mas não se focam suficientemente na ideia de que vai ser algo que vai definir completamente a nossa vida. E que vai ser uma cidade nova e que vamos ter muitos desafios para além de só escola, e que vai ser difícil, mas não vai ser só esse o nosso obstáculo, gente diferente, uma cidade nova para quase todos nós e os professores não nos dizem como lidar com estas coisas. (Entrevista 3)

Segundo o entrevistado, o quadro de crise aumentou a desconfiança no quadro docente. Foram colocados alguns desafios ao papel dos professores, em tempos de crise, e o que se evidencia no seguinte excerto

Os professores cada vez mais vão dar aulas, mas não com a preocupação de formar pessoas, mas com a preocupação de que aquilo é o trabalho deles e eles têm de ganhar dinheiro. Eles têm mais coisas que pensar da vida deles, das horas de trabalho, dos maus ordenados, da possibilidade de desemprego, e só isso ocupa a

cabeça deles e impede-os de se focar nos alunos. [...] Eles ao serem pessoas perturbadas, afetadas e desmotivadas, isso vai-se refletir em nós. (Entrevista 7)

Curiosamente, a maior parte das críticas ao corpo docente foi feita sobretudo por alunos de Carregal do Sal. As declarações investem-se de outra magnitude. As entrevistas tornaram perceptível um maior cruzamento entre as pessoas e uma partilha de opiniões que poderia ser considerada como padronizada (pelo menos no seio dos entrevistados) e que se referiu, concretamente, à estigmatização de toda uma turma ...profissional.

Havia às vezes professores que na sala de professores falavam mal da nossa turma para outros professores, que nos davam aulas e nos contavam e eu próprio vi isso porque uma vez fui à sala dos professores tirar uma dúvida com o professor e ouvi. Ouvi por acaso dois professores a comentarem isso, coisas que nós não tínhamos feito. (Entrevista 12)

Assim importa aqui entender o que contribuiu para que essa estigmatização ocorresse no seio da escola, sugerindo que seja perpetuada inclusivamente por professores. Um ambiente escolar harmonioso é importante para o desenvolvimento e a aprendizagem dos jovens. Concludentemente, se a relação professor-aluno se investe de importância na trajetória formativa e projeto do vida, sobretudo num plano subjetivo, mais importante se configura analisar até que ponto o ambiente na escola criou estratégias e condições para os alunos alcançarem os seus níveis de qualificação.

Já se referiu que o leque de cursos em Carregal do Sal foi diminuto, estando a abertura de cursos sujeita a um mínimo de dez inscrições. Consequentemente, numa escola com menos alunos, as redes de sociabilidades acabam por influenciar as escolhas e torna-se necessário que os alunos façam, de alguma forma, o marketing ao curso que pretendem frequentar com esperança de haver um número suficiente de colegas para tal. Este processo reveste-se certamente de contornos muito específicos, eventualmente com algum alvoroço e, no limite, poderá opor uns jovens contra outros. Imagine-se esta situação, agravada pela relação que os alunos têm com os professores ou pela emissão de opiniões de professores com o intuito de persuadir eventuais opções (em que os próprios professores podem ter interesse em fomentar, dado que poderiam estar a trabalhar em causa própria). Assim, a seguinte declaração revela situações de desigualdades internas e inerentes à escola, sendo esta também potenciadora de desigualdades e de condicionamento dos jovens.

Talvez não a nível tão formal, mas mais subjetivo. Tenho perfeita noção. O meu curso, a minha turma, é muito mais bem vista e é levada de outra forma do que as outras turmas. Eu tenho professores que discriminam os alunos de desporto [curso profissional] à nossa frente: Aqueles alunos de desporto, andam aqui a arrastar-se. [...]. Nós notamos, em relação à minha turma e à de artes, nós somos vistos de outra forma. (Entrevista 7)

Desvalorizavam os cursos profissionais. Porque diziam, por exemplo, tínhamos um professor que dizia: Ah, esta turma não é muito trabalhadora, não sei porque abriram este curso profissional. A outra, do ensino regular, no 10.º ano e também este ano dizia isso: Eh, é muito melhor, não sei porque abriram este curso profissional. Estavam sempre a desvalorizar o curso profissional. (Entrevista 13)

Um jovem fundamentou que o curso profissional levou o nome da escola a muito locais através de participações em concursos e eventos como o parlamento jovem, concurso de corta mato, etc. Contudo, explicita que, “Mas dentro da escola, para nós eramos os mais baixos. Científicos e cursos regulares é que eram os meninos bonitos e tinham tudo, praticamente. [Organizar] Visitas de estudo para nós era ... um bicho sete cabeças.” (Entrevista 12)

Estes excertos evidenciam a forma como os alunos foram diferenciados. A declaração de um aluno, mas que foi corroborada por outros entrevistados da escola de Carregal do Sal, sugeriu que a presença simultânea do curso profissional e do ensino regular, conduziu a um tratamento diferenciado entre estas tipologias de ensino. Da mesma forma como os alunos do ensino regular foram contrapostos em função da sua área: científicos ou artes. Estas situações foram identificadas de forma mais massiva nas entrevistas aos alunos que frequentam o profissional, designadamente em Carregal do Sal. Eventualmente, devido ao facto de o ensino decorrer no mesmo local, haja mais consciência, uma maior exposição a fatores organizacionais (sala, horários, etc.) que possam ter colidido e induzido haver preferência de uns em detrimento de outros.

Este curso nunca foi visto por bons olhos, direção, alguns professores, nunca gostaram muito deste curso. A turma era só rapazes, e rapazes desta idade e muitos repetentes que vinham de PIEF's e CEF's, com alguns problemas e havia um bocado de confusão nas aulas e a escola, a direção e alguns professores não gostavam disso e não gostam. Apesar da nossa turma levar muitas vezes o nome da nossa escola alto no distrito, e mesmo assim não gostavam. (Entrevista 12)

Os Cursos de Educação e Formação (CEF) são cursos destinados a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, que tenham habilitações escolares inferiores ao 2.º e 3.º ciclos ou ensino secundário ou pode ser igualmente dirigido a pessoas com ensino secundário concluído, mas que não tenham ou queiram obter uma certificação profissional de nível superior à que o jovem já possui. Estes cursos encerram vários tipos e níveis de qualificação, mas é importante reter que estes conferem uma dupla certificação, ou seja, simultaneamente uma qualificação escolar e profissional.

A sigla PIEF's corresponde ao Programa Integrado de Educação e Formação e materializa-se numa “medida socioeducativa, de carácter temporário e excecional, a adotar depois de esgotadas todas as outras medidas de integração escolar, que visa favorecer o cumprimento

da escolaridade obrigatória e a inclusão social, conferindo uma habilitação escolar de 2.º ou 3.º ciclo” ((DGE), 2019).

Assim, ao incluir alunos de um percurso formativo diferente, pareceu suscitar algumas incompatibilidades e atitudes dentro da sala de aula que não beneficiaram o curso de Gestão Desportiva e mereceram um juízo de valor negativo, como sublinha seguinte testemunho: “Acho que muitos deles isso já vinha de trás. Muitos deles já vinham de PIEF, já tinham chegado ao secundário já mesmo arrastados.” (Entrevista 16)

O ambiente escolar produz igualmente as desigualdades e adquirem um contexto próprio suscetível de criar dissonâncias e clivagens sociais, mesmo que a intenção seja a da inserção social de determinados jovens. Assim, por exemplo, ao analisar o próximo excerto de entrevista, pareceu surgir um sentimento de descontentamento quanto à atribuição de bolsas de mérito

Tenho noção de alguns apoios no âmbito da escola, se tem escalão A recebe uma bolsa. [...] Tem média de 14 pode receber a bolsa e ... nunca usufruí nada disso e acho uma estupidez. Não é que as pessoas não mereçam, eu percebo que as pessoas tenham dificuldades e mereçam ser ... [...] Eu percebo que tenham mais dificuldades de ir para a universidade e que seja mais difícil continuar os estudos. [...], mas não percebo porque é que é essa pessoa é premiada e eu se tiver média de 20 não sou. [...]. Enfim, nós que nos esforçamos e colegas meus que não têm escalão, são apenas alunos com dificuldades, e que têm 20! E são alunos de média de 20! E simplesmente recebem um papel a dizer: Aluno de Mérito. Porquê é que uma pessoa, só por ter escalão, e coitadas das pessoas que precisam dele, mas há pessoas que não precisam, simplesmente porque os pais estão desempregados, mas, no entanto, estão a ganhar dinheiro não sei onde, e recebem dinheiro por ter uma média de 14. Que eu acho que é uma média mínima, não ... nem é razoável já. (Entrevista 5)

A entrevista 22 constitui-se igualmente de relevante interesse de análise, dado que é mais um percurso formativo sinuoso, tendo concluído o 9.º ano na Escola Profissional Mariana Seixas, através de um Curso de Educação e Formação (CEF). Contudo, foi devido à sua experiência pessoal e ao seio em que foi criado que se deveu a sua orientação de ir estudar teologia: “Fui acólito e depois falaram me nos encontros para família no seminário e eu gostei daquilo e fiquei no seminário.” Assim, permaneceu no seminário desde há dois anos e tem intenção de continuar, pelo que se evidencia que já tem uma ligação intrínseca à igreja. Este jovem considera ter uma ligação forte com a igreja “Desde que nasceu, fui educado no seio. A minha família é muito católica nesse aspeto.” (Entrevista 22)

Assim, coloca-se a questão até que ponto é que a formação escolar teve aqui relevância para o percurso profissional do jovem, uma vez que o percurso escolar nunca providenciou o contacto com a igreja ou com padres, eventualmente se podia afirmar que a formação deste

jovem foi paralela à formação escolar, carecendo, contudo da habilitação formal que lhe dá equivalência ao 12.º ano, ao ensino secundário. Assim, este jovem antecipa que “São seis anos a estudar. Em Braga, numa Universidade privada, na universidade católica, porque se não era cá. Cá fechou em 2011 (em Viseu). Tinha até 2011.” (Entrevista 22) O jovem conclui que “Objetivos por agora só tenho estes dois.” Concluir o curso profissional e o curso superior de teologia. Note-se que o planeamento se realiza a curto médio prazo, sugerindo a incerteza que se instala, mas refere que ao fim de seis anos não perspectiva haver desemprego para padres, pode é não saber em que paróquia se encontra.

São dois os casos, que surgem numa amostra reduzida, que pretendem seguir teologia. Em ambos os casos, denota-se a preocupação com o mercado de trabalho. No fundo, estes jovens tiveram uma formação paralela que lhes permitiu perspetivar uma trajetória formativa diferenciada. O percurso foi escolhido em consideração ao contexto de inserção de origem, do sistema familiar e das suas redes de sociabilidade.

No entanto, o aluno que segue a via do ensino regular sustenta que não paga para frequentar o curso, enquanto que neste último caso, revela que serão os pais a financiarem o curso do jovem este refere que “Com uma certa dificuldade, mas sim.” (Entrevista 22). Num caso, não há quaisquer custos para a família e para o jovem, dado a ordem pagar todas as suas despesas enquanto estudante. No outro, os pais tiveram que providenciar os meios para conclusão do curso. No entanto, em ambos os casos, ninguém perspectiva o desemprego.

Este facto abre uma nova interpretação dos recursos ao alcance dos jovens e que vão para além daqueles que as instituições formais (escola) possam aparentemente oferecer ou que estejam a ser perspetivados pelos seus progenitores. Neste contexto, é importante a análise da seguinte situação

Todos os anos passo lá um mês [na Holanda] porque ainda tenho lá muita família.” E consegue manter uma conversa fluente “em inglês, sem problema nenhum, em holandês as vezes é mais complicado porque só entro em contacto com holandeses mesmo quando lá estou. (Entrevista 3)

A dimensão familiar, marcada pela biculturalidade, a influência dos dotes linguísticos poderão marcar o percurso de vida. O contexto de origem torna-se polivalente e transforma os jovens com um acréscimo em relação às capacidades formalmente exigidas pelo contexto exclusivamente escolar. A avaliação desta capacidade individual é considerada de forma positiva e: “Eu considero, línguas falaremos sempre e independentemente da profissão, é uma mais-valia e a facilidade nem que seja para aprender novas línguas [...] isso sinto que realmente aprendi.” (Entrevista 3)

Isto é passível de ser interpretado como uma característica única e que não faz parte do curriculum oficial da escola, mas que pode ser considerado como fator distintivo na procura e tentativa de inserção no mercado de trabalho.

A escola, enquanto sistema educativo e de formação, com a incumbência de qualificar bem os jovens, configura-se como um sistema mais apropriado para uns em detrimento de outros. Assim, foram identificados percursos não lineares e alternativos de formação que os jovens usaram.

Os pontos chave são sintetizados de seguida:

- percursos não apenas alternativos, mas também paralelos como o caso do jovem que foi acólito e por estar ligado a uma estrutura de socialização primária com determinadas características, proporcionou aprendizagens alternativas à escola e constitui-se como um percurso interpolado, proporcionando um momento decisivo para o jovem traçar outro percurso e objetivo. Constitui-se como percurso interpolado na medida em que o jovem nunca deixou a sua escola e para poder seguir o seu objetivo, carece da credencial formal que o habilita a ingressar no curso de teologia.
- Existem opções no percurso escolar, pelo menos formalmente, sendo que estas opções podem não existir na prática condicionando os jovens a escolherem de um leque redutor de possibilidades, designadamente quando outras condicionantes do contexto (sociográfico, socioeconómico) interferem negativamente no percurso pré-estabelecido. O ramo de científicos configura-se enquanto ramo «mainstream», dado ser aquela que oferece mais possibilidade de acesso ao ensino superior.
- O sistema de ensino em si promove alguns riscos e clivagens que podem suscitar descontentamento e injustiças. A escolha dos ramos científicos (artes, humanidades, científicos, economia) ou dos cursos profissionais está sujeita a alguma pressão e turbulência em ambiente escolar, devido à necessidade dos jovens se terem de juntar em função dos seus interesses no caso de desejarem ir para um ramo diferente que o «mainstream».
- Genericamente, o papel dos professores foi avaliado de forma heterogénea e independentemente do jovem estar inserido em curso profissional, ramo científico ou tipo de escola. No entanto, pende sobre a escola secundária sita em carregal do Sal um peso maior no que se refere à «formatação» por parte dos professores, sobretudo dos alunos frequentadores do curso profissional, com implicações na estigmatização do curso

e que têm efeitos sobre a representação social dos jovens, sobre a sua trajetória e modo de perspetivar as opções futuras de vida.

- Expõe as desigualdades sociais no acesso aos cursos em que, os contextos de origem se revelam de particular interesse na análise, fazendo perceber que há uma transferência das clivagens do exterior, face aos contextos sociais de inserção diferenciados e, por sua vez, recursos e capacidades individuais muito diferentes e que se podem esbater no sistema escolar. Mais, estas clivagens podem intensificar-se no contexto escolar, quer através de medidas de justiça e inserção social (ex. bolsas de estudo), quer devido a interferências organizacionais por parte do corpo docente, promovendo um ambiente escolar que põe em causa a capacidade de aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, o papel formativo e ensino de qualidade da escola. A estigmatização sentida por parte de alguns alunos em contexto escolar muito específico revela a necessidade de procurar mais igualdade entre as pessoas, quer no acesso a cursos, quer na importância de fomentar uma valorização mais equitativa das credenciais escolares.

3.7. Mercado de trabalho e projetos futuros

O mercado de trabalho é, de forma consciente, o sistema social que permite aceder com alguma segurança a outros sistemas sociais, configurando-se como uma necessidade de sobrevivência, mas igualmente é adotada numa perspetiva instrumental de planeamento ao considerar-se este, num determinado espaço temporal, permite a realização de outros objetivos.

Ela está intrinsecamente associada à escola e às credenciais escolares, dado que são estas as credenciais que legitimam a entrada dos jovens no mercado de trabalho em determinado contexto de inserção profissional. Cada vez mais tem sido exigido às escolas de formar e qualificar, mas não apenas qualificar, mas munir os jovens de conhecimentos técnicos e

capacidades que se adequam aos processos de produção contemporâneos, inovadores e requerem uma mão de obra muito especializada.

Contudo, o mercado de trabalho assume contornos específicos e está sujeita a limitações que nem sempre se coadunam com a racionalidade e identidade do jovem. Num momento anterior, foi referido a indústria cinematográfica enquanto nicho de mercado, a seguir expõe-se outro contexto peculiar e aparentemente inexistente no mercado de trabalho português.

Nós aqui, falando ao nível do teatro e da música, preparamos grandes jovens, grandes talentos, mas que ... enfim, conheço uma rapariga que está agora em Londres a tirar um curso de canto lírico numa das mais famosas escolas de Londres. Mas aqui em Portugal não tinha hipótese. Portanto, perdeu-se uma futura voz de renome internacional que está a ser muito bem acolhida por esse país, neste caso o Reino Unido, e que vai aproveitar. (Entrevista 1)

É preciso ter trabalho e de preferência algo que realize o jovem do ponto de vista emocional, profissional e pessoal, estando os jovens dispostos a sacrificar outras dimensões importantes da sua vida.

No entanto, nem todos são tão exigentes e apenas pedem trabalho: “embora não um trabalho definitivo, mas para se começar tem de se viver de alguma coisa, tem de ter uma casa para ter filhos, é preciso ter segurança económica”. (Entrevista 4)

“Esta jovem neste momento tem é receio de não ter emprego, sendo este o único projeto efetivamente.” (Entrevista 11), falando de si na terceira pessoa para enfatizar mais a sua condição juvenil e preocupação com o emprego.

Daqui em diante tentou-se dar primazia a relatos que digam respeito ao mercado de trabalho e, estando intrinsecamente ligado com a escolha da escola e o percurso profissional, importa, assim, realçar os aspetos que foram decisivos ou que, posteriormente vierem a ser considerados como decisivos. Da subjetividade dos jovens e do contexto dos jovens, de uma análise de abordagem mais orientada longitudinalmente, tentou-se perceber se o mercado de trabalho foi uma preocupação. Embora, previamente, já se tenha referido alguns aspetos, o contexto dizia mais respeito à escola ou à negociação dos jovens com os pais, mas que não tinham obrigatoriamente implícito a presença do mercado de trabalho.

Constataram-se, mais uma vez, perspetivas diferentes entre os jovens que frequentaram o ensino regular e os que optaram pelo profissional, sobretudo nos que concerne à perceção das credenciais escolares, sua perceção e eventual inserção no mercado de trabalho e dos seus projetos de futuro.

O que habilita a pessoa a ingressar no mercado de trabalho são, essencialmente, as suas qualificações. Quem é do ensino profissional, valoriza, eventualmente a dupla certificação, daí que o diploma é importante “porque valoriza o meu esforço”. Ao contrário do que quem tem o curso regular “saio com 12.º e com diploma de um curso profissional. Neste caso fiz.... Saio um pouco em vantagem neste preciso momento.” (Entrevista 12)

“É importante, porque quer dizer que acabei isto a atingi o meu objetivo. [...] Para mim o diploma vai contar imenso, mas não é o diploma que me vai arranjar emprego.” (Entrevista 11)

A entrevista 19 foi clara ao referir que as escolhas anteriores podem ter sido erradas, mas em contrapartida ajudaram-no a decidir e a delinear o seu futuro, tendo ele investido fortemente na sua formação e realça que “Acho que o estágio diz tudo. Ter uma nota 20 no estágio. Não deve ser uma coisa fácil de ter.” (Entrevista 19). Está patente que a conclusão do estágio com nota 20 também lhe deve conferir uma maior probabilidade de inserção no mercado.

Assim, identificou-se aqui a *reversibilidade* que permitiu ao jovem encarar uma perspetiva diferente do seu futuro, permitindo-lhe adquirir alguma sensação de controlabilidade do mesmo e não tendo considerado perda de tempo o facto de reiniciar, a determinado momento, o seu percurso profissional.

No contexto da escolha do curso e da valorização das credenciais escolares é muito importante entender a narrativa do jovem. A formulação do “que” e o “que” aprendeu pode vir a dar jeito no futuro, deixa antever que este jovem não se revê a trabalhar dentro da área num futuro próximo. Consequentemente, a valorização do certificado de conclusão foi praticamente inexistente e sugeriu limitar-se à ideia de que foi concluída a sua obrigação.

Eu escolhi entrar (no curso), porque queria ter mais formação do que tinha. Porque sei que podia ser mais fácil entrar no mundo do trabalho com o curso profissional. Por exemplo ia para científicos, também não me ia dar bem em científicos. (Entrevista 16)

Hoje, dado o contexto de crise, ainda pensa ser mais fácil, mas “não com este curso. [...] Há cursos mais práticos e que é mais fácil entrar no mercado de trabalho, tipo eletricitas, mecânicos que é mais fácil encontrar trabalhos do que com este curso.” (Entrevista 16) Diz não estar arrependido, porque “foi uma escolha minha e não me arrependo de a ter feito. Gostei dos três anos de curso. [...] Gostei. Houve muitas coisas que aprendi e que ficou na cabeça e que pode vir a dar jeito no futuro.” (Entrevista 16)

Não causou surpresa que os alunos dos cursos profissionais tenham um discurso mais apegado ao mercado de trabalho. Pois, é o momento deles de transição para algum grau de autonomização, definição da sua identidade, da sua dependência, pelo que se denota algum entusiasmo: “Sei garantidamente que ... Acabo as aulas dia 3 e sei que dia 5 vou começar a trabalhar na [nome da loja] no Palácio do Gelo. Portanto, sei que atualmente tenho trabalho e já tenho tido algumas propostas fora dessa, portanto ...” No entanto, consciente de que vai ganhar “o ordenado mínimo. Quase de certeza.” Revela que “futuramente se calhar não vai ser suficiente. [...] Não é, porque as coisas não estão caras, mas para aquilo que ganhamos, não estão equivalentes.” Sugerindo como estrutura de suporte: “A minha mãe, definitivamente” (Entrevista 11), será a principal pessoa que prestará apoio à filha, confirmando que o principal apoio se encontra na rede de sociabilidades primária, mesmo tendo em vista a sua autonomização financeira, assume de que carece de apoio por parte da progenitora.

A entrevistada esperava chegar a ganhar “mais que o ordenado mínimo, espero eu”, mais um pouco do que 500€. Se for só para a jovem e a viver com os pais, ela imagina que pouco mais de 500€ sejam suficientes para sobreviver, mas “alugando um quarto, por exemplo, 125€, 150€, despesas de transporte, alimentação, não faço ideia. Acho que não ia sobrar lá muito.” (Entrevista 10)

A expectativa de continuar a viver num quarto, como se de uma vida de estudante se continuasse a tratar, é sinónimo da falta de capacidade para a emancipação. Esta opção foi justificada prontamente com o facto de que “Não ia alugar já uma casa. Porque sai mais barato alugar um quarto. [...] É mesmo porque alugar uma casa sai mais caro que alugar um quarto. Por exemplo eu aqui tou a pagar quarto, mas tenho tudo incluído. Enquanto se alugasse uma casa tinha de pagar tudo à parte.” (Entrevista 10), ou seja, estilo de vida versus situação económica resultou numa redução das expectativas.

Salientou-se também que os contextos sociais aparentemente difíceis podem resultar em desfechos positivos, desde que sejam perspetivados nessa ótica. Assim, “Andei bola de ping-pong [terra do pai] e Viseu.” Pelo que optou por permanecer mais por Viseu, com a mãe e daí resultou a oportunidade de frequentar o ensino profissional em Viseu, numa urbe que oferece cursos profissionais distintos. O contexto social de origem, já com trajetória sinuosa, ofereceu a oportunidade a esta jovem de frequentar um curso profissional com perspetiva de emprego (Entrevista 11). Para esta jovem, a conclusão do curso permitiu-lhe a entrada direta para o mercado de trabalho, que numa análise prévia, tinha os condicionalismos de uma

«bola de ping-pong» e em que não tinha qualquer perspectiva ou expectativa de futuro, aparentemente.

Revelou-se que contextos de origem mais desfavorecidos criaram perspectivas e expectativas menos exigentes. Assim, o entrevistado (Entrevista 13) tinha um irmão que trabalha a limpar autoestradas e tirou o 12.º ano nas novas oportunidades e, ao seu redor, o Carregal não pareceu oferecer oportunidades suficientes para que estas pessoas permanecessem. Consequentemente, o jovem elenca

Primeiro, muitas pessoas já saíram daqui e segundo, não é o sítio ideal para se viver aqui, ou seja, não há muitos empregos por aqui. [...] A maior parte vai para o estrangeiro. Um dos que está aqui a estagiar vai para o Canadá daqui a uns tempitos, e vários amigos já foram para França, e tenho familiares também, como o meu pai, já foi para a Espanha, teve de sair daqui para ir para a Espanha. Os tios estão em França, tenho outros tios estão na Alemanha. (Entrevista 13)

Os jovens do ensino regular que se encontravam a terminar o 12.º ano, quando questionados referentes aos seus planos para o futuro, revelaram alguma dificuldade na delimitação do seu espaço temporal e défice de controlabilidade do seu futuro, assumindo que não pensam muito para lá do presente, neste momento de transição da escola para a faculdade (que encerra muitas incertezas), mas constituiu-se como um momento chave na sua vida e decisivo no seu trilha.

Não sei. Neste momento não consigo pensar muito para além disso porque também estamos numa fase que é um bocadinho stressante, querer ir para a faculdade e o que é que vai ser e o que não vai. Mas passa por aí [pela inserção no mercado de trabalho], primeiro a realização profissional e depois realização pessoal. Sei lá, constituir família, ter qualidade de vida, e viver bem, digamos assim, e ser feliz. Não penso muito para além disso. (Entrevista 4)

Com a transição do secundário para a universidade também surgiram receios de outra ordem para às quais a escola não os preparou, como a

de não ser tão boa como sou aqui, não ter assim boas notas. [...]. Aqui nós temos tudo feito. Temos manual, temos PowerPoint, temos comunicação, pronto, mesmo tendo professores que não temos aquela relação que nós desejávamos, é muito melhor que a relação dos professores da faculdade com o aluno, que por vezes nem sabem o nome dele. [...]. É o receio de não ser tão bem-sucedida como fui no secundário. (Entrevista 6)

O medo de falhar face ao desconhecido e de terem toda a matéria organizada, deixa esta jovem ansiosa.

A dimensão de inserção no mercado de trabalho é reconhecida como uma das mais importantes, a dimensão de acesso a outras dimensões na qual se busca satisfação pessoal. Assim, a realização profissional antecede a realização pessoal, como se tratasse de um

período marcado por um espírito de sacrifício, permitindo alcançar a felicidade noutros domínios da sua vida.

Como altura ideal para casar um jovem mencionou que “quando eu tivesse um emprego estável e ela acabar a universidade.” (Entrevista 16) Note-se que o projeto de vida familiar foi posto em segundo plano, dando-se primazia ao emprego estável, que sustente a família, e não estar envolvido em estudos. Eventualmente, jaz aqui certamente a ideia de que constituir família tem custos, designadamente autonomizar-se ou emancipar-se habitacionalmente e financeiramente, sem depender dos progenitores.

O futuro é deveras incerto e essa incerteza, falta de controlabilidade deixou margem para projetos primários e secundários, para o plano A e B e, eventualmente C. Daí que os entrevistados usassem maioritariamente o forma gramatical do condicional, seguido, na sua maioria de alternativas, mesmo que hipotéticas.

Se eu tiver um emprego cá e tiver um emprego estável, se vir que não tenho problemas, não é? Prefiro viver em Portugal, que é o meu país. [...] Se cá tivesse emprego, era capaz de cá ficar, mas também se soubesse que lá ia ganhar muito mais e que ia ter uma vida estável, mudava, sem pensar duas vezes. Que ia ser bem tratado e que conseguia lá emprego, mudava logo. (Entrevista 16)

Subitamente, o discurso mais pautado pela permanência em Portugal alterou-se a favor de uma vida estável e expectativa de ganhar muito dinheiro, revelando a consciência do jovem pela necessidade de um posto de trabalho que lhe confira alguma estabilidade, independentemente do país.

Mas o futuro não contempla apenas um posto de trabalho e a argumentação diversificada passou por outros fatores como o estilo de vida, estabilidade financeira e política, pesquisa espiritual, entre outros fatores, mas sempre à procura de um lugar para viver, seja na terra natal ou no estrangeiro.

Dependerá como as coisas correrem. Se ao longo do curso vir que possa ter uma vida ótima em Portugal, ... Uma vida ótima não quer dizer ganhar rios de dinheiro, quer dizer ter uma vida em paz, sem grande stress, uma vida confortável, se vir que essas condições se reúnam, então ficarei. Portugal é um bom país, é um país com um tempo fenomenal, é um país onde nunca houve grandes conflitos, [...], se vir que essas condições reúnam e que tenho trabalho seguro, então ficarei, caso contrário não. [...]. Se vir que estou desesperado, aí abandonarei o país. (Entrevista 3)

Emigrar, para já, não. Mas sair do Carregal é uma certeza. Agora nos primeiros tempos ainda não. Mas para o ano, isso é certo. Aqui não há quase nada. E referente ao emprego refere igualmente que “Aqui nesta zona não, mas numa grande cidade, talvez. Aqui se conseguir, não sei ... porque aqui nesta zona não há assim grandes oportunidades de emprego. Mas numa grande cidade talvez. Lisboa. Tenho lá família. Já ouvi dizer que há lá e se procurarmos e se quisermos mesmo, há lá. E não é só em Lisboa, e noutras cidades. Só aqui nesta região, vá, Carregal, nestas terras é que não há. (Entrevista 13)

Verificaram-se outros projetos futuros de vida, desejos paralelos ou por uma ordem, limitadas temporalmente, que tratam de uma complexidade de difícil definição: as incertezas do futuro em oposição aos desejos de concretização de outros objetivos que não se prenderam necessariamente com o mercado de trabalho, mas que foram inerentes à sua condição juvenil. Os jovens possuem diferentes níveis de controlabilidade, competências e capacidades e podem encetar trajetórias imprevisíveis em terreno arduo e, por vezes, lamacento.

Gostava de constituir família numa cidade, isto é muito morto, numa cidade grande de preferência. Lisboa, gostava de viver em Lisboa. Mas se fosse fora, gostava de Nova Iorque ou de Sidney na Austrália. [...] (Entrevista 12)

Continuar a trabalhar, uns bons anos, depois mudar-me e morar sozinha e continuar a trabalhar... dentro do país. (Entrevista 11)

A emancipação, a independência, as atrações por cidades com oferta foram palavras de argumentação distinta, revelando preferências diferentes. Enquanto uns pretendem sair de casa dos pais, mudar de local de residência (para fora de Viseu), criando alguma distância do seu berço a fim de se autonomizar habitacionalmente, dado que “Viseu é calmo. É a melhor cidade para viver em Portugal.”, mas têm preferência por Lisboa, sítio para onde gostariam de se mudar.

Em contraponto, tivemos outros que em função da sua experiência individual, referiram que

Viseu oferece mais oportunidades do que [terra natal da entrevistada] muito mais, sem dúvida. É maior e há mais oferta de emprego do que em [terra natal] e não me ia safar por lá. Ali não ia ter mesmo futuro. [...] Quero expandir-me mais a nível profissional e ali não ia conseguir isso. É um meio muito pequeno. (Entrevista 10)

A interpretação da importância atribuído ao espaço territorial, a sua definição e caracterização, em termos de projetos de vida, dependeu da avaliação subjetiva e das experiências que os jovens fizeram em relação ao local em que se encontram comparativamente com o que perspetivam encontrar nas outras localidades, seja no domínio profissional, do estilo de vida ou outros fatores que contribuem para a identidade do jovem.

A emancipação familiar também foi corroborada com a declaração de que era “Para assumir aquela responsabilidade, de fazer eu as minhas próprias coisas, de sair do ninho.” (Entrevista 11).

A constituição da família passou, na opinião deste jovem por ser “uma maneira de andarmos sempre a conviver todos os dias com alguém, nós nos conseguirmos expressar com outras pessoas, acho que no fundo é mesmo ter sempre alguém com quem falar.” (Entrevista 9).

Para outros a constituição da família estava limitada temporalmente e devia ocorrer preferencialmente até aos 30 anos porque até lá “tem de se estabilizar financeiramente. Isto hoje ter um filho é um fardo muito grande. [...] E mesmo tem de se aproveitar a vida até aos 30 porque depois os filhos não deixam fazer nada.” (Entrevista 6), sugerindo que ter filhos representam um custo e que não permite investimento em formação ou mesmo lazer.

Consequentemente, encontramos aqui várias condicionantes que contribuiram para atrasar o nascimento de um filho, embora com motivações diferentes. Se por um lado, a estabilidade financeira é condição para ter um filho, associado às condições do mercado de trabalho e à posição que ocuparia numa estrutura empresarial, com remuneração compatível, também foi considerado igualmente importante viver-se a vida até aos trinta. Os filhos neste último aspeto foram caracterizados como um “cadilho”. Apesar de ser desejado, parece que lhe foi adstrito um tempo próprio, após o aproveitamento da vida até aos 30 anos.

Vida familiar foi considerado um projeto pessoal que “quero um dia constituir família, lá para os 27 [anos]. Lá está, depende da minha situação monetária. Se souber que as minhas economias não são suficientes para criar um filho, não o vou ter, se eu souber que não lhe vou poder dar o que lhe quero dar.” (Entrevista 10). Esta jovem perspetivou a crise com uma longa duração, condicionando os seus projetos de família: o de ter um filho.

A diversidade prendeu-se com os períodos de tempo que foram referenciados, os seus contextos de transição e a incerteza quanto à esfera incontrolável pelos jovens. Com efeito, houve jovens que perspetivaram um futuro mais tradicional e referiram o casamento e a estabilidade profissional e, do outro lado, uma posição mais vanguardista em que têm preferência pela realização pessoal, por exemplo, através de um *Gap Year*, para crescimento e desenvolvimento pessoal e para perspetivar as coisas de forma diferente.

Há varias opções: ou uma pessoa faz um “gap year” porque quer ter um ano de festejo, ou faz um “gap year” porque quer fazer alguma coisa útil à sociedade como os voluntariados, ou podem fazer um “gap Year” por realização pessoal, de tirar um curso ou ir fazer alguma coisa para o estrangeiro para poder ir a cursos, por exemplo, em universidades.[a minha motivação] É descobrir mais sobre mim e desafiar-me e meter-me fora da minha zona de conforto. Vou fazer três meses de voluntariado na Índia, Nepal e depois Vietnam, provavelmente. [...] Vou mais para conhecer o mundo espiritual naquela zona. Colegas já o fizeram e disseram que agora «olham de forma diferente para as coisas» e que «ganharam um pouco de resiliência». (Entrevista 8)

O plano após o Gap Year era seguir para o ensino superior e estudar arquitetura, mas justificou a necessidade de fazer um intervalo.

Neste momento não me sinto preparado, mas espero voltar no próximo ano, com a certeza de que consigo. [...] É mesmo eu que não consigo enfrentar um ano na

universidade. Iria cair na tentação e iria ter muita distração, ao ponto de não estar atento. Estar atento ao que tenho de fazer, estudar um bocadinho mais, estar mais atento, criar métodos de estudo.” (Entrevista 8)

Foram, pelo menos três os casos que equacionaram um ano de inatividade, um interregno face a algo à qual se dá mais importância e, simultaneamente revelarem sentir-se impreparados para prosseguir de forma continuada os estudos. Isto pode ser sinónimo de não estarem organizados para fazer a transição para a vida adulta, argumentando com motivos conexos de ordem identitária e estratégias de vida, mas essencialmente, pode ser interpretado como uma crítica no que concerne ao papel da escola, uma vez que se sentem impreparados.

Alguns jovens admitiram mesmo não planear a longo prazo porque teriam de “pensar um dia de cada vez. [...] Penso a longo prazo, só que estar a pensar a longo prazo em algumas situações e não cumprir, não faz parte de mim. Prefiro pensar um dia de cada vez, ...” face à imprevisibilidade do futuro. (Entrevista 13)

Agora no futuro talvez vejo a possibilidade de ir para outro país com bons olhos, que aqui em Portugal não está a caminhar para bom porto. Está a caminhar para trás. [...] Enquanto alguns países da Europa conseguiram evoluir em termos de mercado de trabalho, Portugal não tem evoluído muito, apesar da taxa de desemprego vir a diminuir, é devido à emigração. [...] [A emigração] É uma possibilidade. Não este ano talvez. Este ano vou tentar arranjar um part-time, um trabalho, vou ganhar algum dinheiro. Depois logo se vê. Ou fico e vou para a universidade ou então tenho de ir à luta para outro país. (Entrevista 12)

Referente ao mercado de trabalho destacaram-se dois jovens que acumularam alguma experiência de trabalho. O primeiro, um jovem que é ocasionalmente fogueteiro e, igualmente de forma ocasional, trabalha como servente na construção civil, sobretudo aos fins de semana. A segunda, uma jovem que declarou trabalhar, normalmente aos domingos, numa loja e quando chamada para tal, face ao volume acrescido de trabalho, também perante a semana, suspeitando-se que, por vezes, colidindo com a sua permanência na escola. Estes dois casos têm em comum um contexto social mais desfavorecido: um sendo imigrante e outra está inserida numa família multiproblemática com contornos atípicos (no que concerne à constituição do agregado familiar).

Facto é que ambos trabalhavam e queriam trabalhar para ajudar a pagar a renda, ter dinheiro para os seus gastos na tentativa de mitigar a pressão financeira sobre o contexto familiar, pelo que não encararam o trabalho como forma de exploração, mas antes como oportunidade e ajuda que representava face ao seu contexto social. Foi, sobretudo, no caso da jovem em que foi perceptível a sua gratidão por ter aquele trabalho, cuja oferta resultou da sua rede de sociabilidades. No entanto, deve ser destacado que a jovem começou a trabalhar aos 14 anos, pelo que, eventualmente, as teorias de reprodução venham a ter alguma aplicabilidade neste

contexto. Por outro lado, verificou-se uma exploração, pelo menos, da jovem, por parte do patrão que, os relatos assim sugerem, conscientemente estipulou horários específicos, evitando a fiscalização e beneficiando as suas necessidades mercantis.

Assim, o conceito de «procura efetiva» (Keynes) ganhou outra dimensão, em que ela é suficiente para uns, em função do seu contexto social de origem (desfavorecido) e a valorização do trabalho, por um preço duplamente compensador (ao jovem e patrão). Mesmo que a remuneração auferida seja baixa, ela representa um valioso contributo na economia do sistema familiar, pelo que a absorção da produção não depende, na sua essência, do preço compensador, mas do contexto social de inserção da produção, pelo que, nesta lógica, haverá desemprego de recursos produtivos, no caso dos contextos sociais de inserção serem favoráveis, constituindo-se como uma expressão do estado de exceção e da lógica de austeridade.

A fim de encerrar este capítulo e verificar a complexidade que a transição para a vida adulta configura, houve uma entrevista de particular interesse, revelando que um jovem de Carregal do Sal, ao invés do seus colegas de curso, pode ter perspectivas de inserção no mercado de trabalho e sugere que seria através dos laços de sociabilidade que estas oportunidades surgem, criando-se aqui a ideia de que essas oportunidades surgem sobretudo em meios pitorescos, pelo que é uma condição fazer parte dessa rede de sociabilidades que se constituem como um recurso efetivo para inserção no mercado de trabalho.

Eu pessoalmente, aqui [local de estágio] não sabia se me pode dar horário completo, mas que se não pudesse que me dava horário incompleto. [...] Se não me desse as oito horas, pelo menos quatro tinha garantido. [...] O meu pai trabalha ali na fábrica e já disse que me consegui lá um trabalho, por volta de 650€. Em tábuá, lá nessa fábrica que era para abrir aqui, também ia ganhar 650 a 700€, mas com horas. Lá entrava às sete da manhã e saía às três da tarde. Ou seja, se conciliasse o horário com o trabalho aqui, e a juntar aos 650 mais 250-300€, dava quase 900€. (Entrevista 14)

A estratégia dos conhecimentos e a delimitação das oportunidades num espaço temporal é revelador de processos de escolha, de ponderação e conciliação, com vista à inserção no mercado de trabalho que lhe permitisse rentabilizar mais do que um posto de trabalho.

Note-se que, sendo que o trabalho dentro da área profissional seria considerado um part-time de quatro horas. De sublinhar de que se trata de trabalho não qualificado, segundo este jovem, e que este consegue ser melhor pago do que um posto de trabalho dentro da área profissional no qual obteve formação. Aqui, se levanta, a questão até que ponto a formação profissional que frequentou é, de alguma forma, recompensada no mercado de trabalho.

Contudo, trata-se de um curso profissional e a frequência é obrigatória para a conclusão do 12.º ano.

Quanto ao contexto de mercado de trabalho, são os jovens dos cursos profissionais que perspectivaram, à partida, salários baixos, sobretudo os que foram entrevistados em Viseu. Contudo, as entrevistas sugerem que a independência financeira, a autonomia e a emancipação daí resultante foi mais valorizada em detrimento dos salários baixos, insinuando que estão conformados com a escolha profissional que fizeram, aceitando as condições que o mercado de trabalho lhes oferece, confirmando, eventualmente, que a noção de austeridade se sustenta e configura como o «padrão que liga» os problemas sistémicos, predominantemente financeiros, às interpelações das famílias e indivíduos.

3.8. Implicações nas diversas representações sociais

Ao longo das entrevistas foram tecidos comentários, alguns já abordados, mesmo que tangencialmente, e que tiveram influência na sua perceção de crise e como o discurso sociopolítico foi absorvido. Estas representações tiveram um cunho cujas implicações foram para além do projeto definido subjetivamente, pressupondo enredos interligados e indissociáveis à representação dos jovens, mesmo que as declarações estivessem baseadas num nível mais macro. Referiram-se, assim, à dimensão política, ao papel do estado, dos governantes; à educação e aspetos a serem melhorados e ao impacto na sociedade enquanto crise de valores, culturais e sociais.

O governo é um desmotivador em relação a uma pessoa ficar cá ou não. [...] O que é que o Estado me fez para eu cá estudar? Facilitou-me alguma coisa? Acho que não. Dificultou-me mais as coisas? Acho que sim. No sentido em que eu não tenho uma carteira daqui até à china, [seguem-se outros exemplos], o que implica que vou ficar com menos dinheiro para as minhas coisas e o ficar com pouco dinheiro para as minhas coisas é a insatisfação do povo. [...] As pessoas deviam a estar a pensar em: trabalham para vive. Não é: trabalham para sobreviver. As pessoas hoje em dia trabalham para sobreviver. (Entrevista 8)

Surgiram temas ligados à desconfiança no Estado e a falta de confiança nas instituições, nos políticos, bem como à perda de direitos cuja conquista demorou anos

Não confio nos políticos porque são todos um bocadinho corruptos e mesmo os que não são, quando vão, mas depois ficam e vê-se pelas regalias que têm todas e que não são necessárias. Se realmente quisessem mudar, partiria deles, para darem o exemplo. (Entrevista 6)

“Bem, não é preciso ir muito longe. Basta ir ali a Évora, dar um saltinho que uma pessoa já vê isso.” (Entrevista 11)

“Não [confio] muito. [...] Essas instituições são feitas por pessoas e nem todas são iguais. Varia muito. É partir dessas pessoas que uma instituição é considerada boa ou não.” (Entrevista 16)

[...]. Daqui a uns anos não haverá reforma. Daqui a uns anos não vai haver juventude que consiga suportar as pessoas idosas e é esse o tal pessimismo que se vê, quando as pessoas já estão a aceitar algo que ainda não aconteceu. Acho que isto seria impensável há 20 anos atrás. Um direito que se conquistou há anos e as pessoas deixam isso escapar. Isto custa porque foram direitos difíceis de conquistar, mas fáceis de perder. (Entrevista 3)

Não. Não [confio] muito. Porque acho que não nos dão muita segurança. Primeiro está sempre tudo a mudar e não confiar também no sentido de, lá está, nem sempre darem a ajuda necessária que às vezes possa ser precisa. Como no meu caso de (eu) ir para a universidade. Eu não tenho confiança no estado. (Entrevista 2)

A falta de confiança afetou temáticas que pertencem ao ideário do adulto, denotando-se também aqui alguma preocupação com o futuro e de direitos que demoraram anos a serem consagrados, como o caso da reforma. Mais, importa salientar que se registou a falta de confiança em pessoas, e não apenas nos políticos, nas pessoas que trabalham em instituições e refletem a sociedade, deixando antever a falta de confiança inclusivamente, por exemplo, no vizinho ou outras pessoas, pondo em causa a coesão social.

Também foram feitos comentários em que, a partir de experiências pessoais, os jovens tiveram oportunidade de constatar os limites que um país pode ter, por exemplo:

Eu nos últimos dois anos participei num projeto na escola [...] e fomos vencedores e então podemos ir representar Portugal ao estrangeiro e afinal era em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, e tivemos que recolher bastante dinheiro em patrocínios e aí deu para ver que a indústria não tem qualquer capacidade financeira para apoiar uma equipa. Acabámos por ir, conseguimos angariar 11 mil euros no total, mas depois, lá está, quando chegamos lá fora... o dinheiro que nós tivemos que recorrer a 50 patrocinadores, havia equipas com apenas um patrocinador que só ele lhes dava tudo. Obviamente nós nunca pedimos isso. Especialmente Portugal não tem essa capacidade. Mas dá para ver que Portugal está atrás em muitas coisas em geral. (Entrevista 3)

Foram experiências enraizadas no quotidiano, nas suas relações com outros, participando em atividades, que permitiu aos jovens criar um vasto leque de representações sociais que marcaram subjetivamente.

Sobretudo, a nível das comunidades mais locais, notou-se que a informação flui mais e alcança outra proporção, fazendo parte do imaginário representativo local. Assim, essas

experiências, essa troca de informação no seio das redes de sociabilidades, contribuiu para a criação de uma opinião, sobretudo quando o assunto em questão se torna pertinente do ponto de vista de inserção no mercado de trabalho e das empresas. Mas, aqui importa reter como essas histórias, num contexto de crise e austeridade, contribuem para a criação de representações sociais do jovem e como estas são generalizadas, sobretudo no que concerne às empresas. A representação das empresas deste jovem é que as empresas parecem aproveitar-se da crise em que a crise é usado “a favor das empresas”.

“A culpa é do Estado, dos patrões, depende [...] Vê-se muitos casos de empresas que podem ter, por exemplo, ... vou dar um exemplo específico. Tive conhecimento de que era para abrir aqui no Carregal aquela empresa dos sofás, dos (nome da empresa), era para abrir aqui no Carregal, ou seja, ia dar emprego à maior parte das pessoas aqui da zona. E o presidente da Câmara disse que aqui que não abria, foi abrir aquilo para Nelas, ou seja, ele estava com medo de perder trabalhadores da fábrica dele, entre aspas, para essa fábrica que ia abrir. É um pouco essa a minha visão que um pouco geral do nosso país.”

O jovem remata e referiu que a empresa do presidente de câmara, que tem a ver com a produção de tecidos e vestuário, estaria com receio de que fosse perder trabalhadores para essa nova empresa porque “pelo que oiço, paga mais e oferece melhores condições de trabalho e remunerações. (Entrevista 14)

O tema da emigração surgiu como uma constante ao longo das entrevistas e evidenciaram respostas em que consideraram o empenho do Estado, as implicações ao nível de se sentirem portugueses, ou seja, ao nível da cidadania porque entende que se tivesse o estatuto de cidadão, não se sentiria de alguma forma traído

Eu já me mentalizei que sim [que vai emigrar]. Porque eu já disse ao meu pai, eu sentir-me-ia muito mal se sáísse do país, tendo em conta que o governo estaria a fazer um esforço para me manterem cá. Sentiria que estaria a trair. Mas depois destes anos, destes sinais, de gente a sair, não se vê qualquer tentativa de contrariar este fluxo, se vir que não há oportunidades para mim, eu não hesitarei em sair também. (Entrevista 3)

Fizeram-se críticas de ordem cultural à sociedade, sobretudo ao nível do planeamento e que comprometem a evolução de um país

[...] Nós não, vamos deixando arrastar, chegamos ao dia 15, ah já está perto, e depois, uma semana antes, se calhar é melhor começar a fazer, chega ao dia anterior fazemos direta para entregar. Desenrascamos e fica bem, mas claro, se calhar teria ficado muito melhor se tivéssemos pensado a longo prazo e não: amanhã faço, amanhã faço.[...] Os portugueses têm um bocadinho esta mentalidade, mas, no entanto, já se estão a aperceber que não pode ser assim. (Entrevista 4)

Esta afirmação surgiu em comparação com a forma de estar dos nórdicos, especificamente Holandeses, dado que o jovem partilha essa biculturalidade. Uma qualidade intrínseca ao

jovem, permitindo-lhe traçar um perfil diferenciador e, simultaneamente, realizou um processo de identificação, concluindo que esta mentalidade não é positiva.

Segundo alguns entrevistados, a crise afetou os valores dos portugueses caracterizando-os:

As pessoas ficaram mais frias ... e mais desconfiadas e ficaram mais atentas e qualquer coisa pensam que estamos a enganar. Se calhar ficamos uma sociedade mais esperta em termos daquilo que se deve ou não fazer. (Entrevista 16)

Nós encontramos-nos numa profunda crise económica, embora os nossos políticos tentem dizer que não, mas estamos numa crise económica e é evidente que influencia esta crise de mentalidades. Só que esta crise de mentalidade já nos acompanha há muitos anos, mas agravou-se neste último decénio digamos assim. (Entrevista 1)

“Em primeiro lugar, a diferença na sociedade, somos todos uma civilização, mas há sempre diferenças a partir daí. Depois não temos todos a mesma maneira de viver.” (Entrevista 11)

“Há países em que a desigualdade entre pobres e ricos também não é tanta. Pode não ser dos piores, mas acho que se faz sentir. Não tendo emprego aqui, a opção é emigrar.” (Entrevista 2)

4. CONCLUSÃO

O contexto de austeridade condicionou as representações sociais, as escolhas e percursos escolares formativos e de vida dos jovens, diferenciando-se em função de inúmeros aspetos. Esta diferenciação revelou uma complexidade temática rica em pormenores que causaram algum obstáculo à interpretação sociológica.

Não se veio a confirmar, nem indicativamente um *homo austeritas*, porque não se encontraram “padrões” suficientemente válidos e as entrevistas sugeriram que, independentemente da crise, os jovens usam recursos que estão ao seu alcance numa ótica de rentabilização, tentando traçar sempre o melhor percurso possível e que se coaduna aos seus objetivos de identidade e, por isso, aparentemente de forma independente do contexto.

Contudo, resultou da análise das subjetividades e, conseqüentemente da interpretação do impacto da crise e medidas de austeridade, aspetos diferenciadores em função do contexto sociográfico, estrutura familiar, de capital social e de experiências vividas que condicionaram os seus projetos escolares e de transição para a vida adulta.

Assim, a resposta à pergunta de partida é afirmativa sendo que os conceitos de crise e austeridade se configuram quase como indissociáveis nas representações sociais dos jovens, embora suas definições possam ser, por vezes, confusas, importa corroborar que o discurso sociopolítico, associado à crise, foi absorvido pelos jovens em quase todas as entrevistas. Este discurso sociopolítico foi refletido discursivamente e com implicações ao nível das estratégias de poupança, ou seja, estilos de vida dos jovens. Com efeito, foi na esfera do lazer que foram reportados os maiores cortes, reinventando os jovens formas de minimizar gastos sem onerar excessivamente a convivialidade.

Constatou-se haver alguns jovens que questionaram o discurso sociopolítico da austeridade, a sua validade, a intensidade e necessidade, exercendo o seu dever cívico de crítica. Assim, surgiram referências a outras formas de crise, como a crise de mentalidades e da cultura, que foram associadas à crise aqui em análise, mas também ligadas a contextos socioeconómicos anteriores e, por isso, poder-se-á concluir que houve um agravamento dos fatores que consubstanciaram a crise.

A comunicação social teve um papel importante no que concerne à criação e absorção do discurso sociopolítico e nesse sentido, promoveu uma espécie de ethos dos jovens em análise que veio promover igualmente a falta de confiança nela agravando, conseqüentemente a desconfiança nas instituições e no Estado, revelando um estado de espírito que sugere condicionamentos não apenas ao nível nas subjetividades e identidades dos jovens, mas estando os próprios sistemas sociais (sobretudo o familiar, mas também escolar) condicionados e a exercerem pressões, contribuindo para a criação de representações com impacto nos jovens, sobretudo ao nível das suas escolhas.

No entanto, ressaltou das entrevistas que existem formas de passar imune à crise ou, mais corretamente, de as perceber com alguma relatividade quando comparada com outras realidades como, por exemplo, a de outro país ou o jovem estar inserido num contexto social mais desfavorável em que a luta pela sobrevivência é diária.

Foram relatadas situações de dificuldades, mas que em si, nem sempre surgiram associadas diretamente à crise e medidas de austeridade. Elas foram associadas aos contextos específicos que agravaram a sua situação, como o caso de haver novos nascimentos na família, colocando mais pressão sobre os recursos socioeconómicos e financeiros das famílias, obrigando à partilha dos recursos por todos os elementos do agregado. Contudo, não deve ser menosprezado o facto que a crise agravou o rendimento disponível e a situação familiar, obrigando inclusivamente a uma reestruturação do sistema familiar em função do novo emprego distante de casa ou de alguém pertencente ao sistema familiar que emigrou.

Referente à primeira hipótese, confirmou-se que a rede de sociabilidade dos jovens, designadamente a dimensão familiar e das amizades, interferiu no processo, na definição de estratégias e na sua trajetória subjetiva neste contexto socioeconómico.

A crise teve impacto no quotidiano de alguns entrevistados e nas suas trajetórias. Foram testemunhados exemplos em que houve um repensar do percurso formativo face às expectativas do mercado de trabalho, sendo que este adquiriu mais importância na fase de transição para o mercado de trabalho ou para o ensino superior. Ainda neste contexto de escolhas, particularmente dos ramos no final do 9.º ano (científico, outro ou da opção de enveredar pelo ensino profissional), este também não foi menosprezado pelos jovens. Algumas narrativas comprovaram que face ao contexto de crise houve arrependimento quanto à escolha efetuada e, por isso, mesmo que retrospectivamente, acabaram por ter um impacto negativo na sua trajetória, um revés, sendo que em alguns casos, os jovens se

sentiram reféns das suas decisões, noutros os jovens optaram por reiniciar o seu percurso, fazendo jus ao termo da *reversibilidade*.

Os impactos da crise diferenciaram-se na forma como estas foram justificadas, nas diversas narrativas dos jovens em que pretenderam criar alguma distância da problemática da crise e poucos foram os que, de forma assumida, elencaram inicialmente as suas estratégias de poupança. O método da entrevista facilitou a análise discursiva dos jovens e permitiu identificar zonas de contacto e dimensões sociais mais afetadas pela crise. Os domínios sociais referentes ao lazer e transportes foram frequentemente mencionados, sendo que os jovens e as suas famílias colocaram em marcha estratégias de poupança, seja através da redução na aquisição de livros, nas saídas com amigos e contenção genérica no consumo. Contudo, neste contexto da crise e austeridade, o sistema familiar surgiu como barreira protetora, cujo o papel dos pais pode facilitar um determinado estilo de vida aos seus filhos, pelo que, de forma consciente, diferenciam o impacto entre o plano subjetivo e no sistema familiar.

No que concerne ao capital social, no qual a família se insere, no quadro de socialização de primária, é passível de enquadramento nas teorias de reprodução, mas igualmente pode ser instrumentalizada em termos de recursos e de acesso a recursos exteriores à família. Contudo, em inúmeros casos, ela surgiu constituindo-se como condicionante da identidade dos jovens, pelo que o sistema familiar se revelou enquanto um sistema social multifacetado e com diversas dinâmicas de difícil operacionalização sociológica. De facto, muitas das decisões dos jovens foram negociadas ou estavam a ser impostas, com eventuais repercussões ao nível dos relacionamentos e estruturas familiares. Aqui, revelou-se como os pais, atentos, tentam guiar os seus filhos, dando-lhes oportunidades de adquirirem perspetivas alternativas. Um papel importante, mas cuja avaliação retrospectiva não é possível.

Indubitavelmente, a família, constituiu-se, para a maioria, como elemento chave de suporte ao alcance dos objetivos dos jovens, sobretudo devido à sua dependência financeira.

Os jovens estão inseridos em redes de relações sociais e confirmou-se que o capital social se constituiu como um dos principais fatores para a criação de representações sociais. A análise da atualidade, as opções tomadas pelos outros, preferencialmente dos “significativos”, podem condicionar as escolhas e os trajetos, mesmo não tendo estes interferido diretamente na decisão, elas constituíram-se como referência e testemunhos valiosos de ponderação para a tomada de decisão e definição do seu projeto de vida.

Sumariamente, podem ser sintetizadas algumas conclusões no que concerne à primeira hipótese:

- Patenteou-se que o trajeto formativo é, em muitos casos, negociado entre sistemas, mas sobretudo no âmbito do sistema familiar.
- Registou-se situações em que a trajetória foi alterada em função da crise, procurando-se alcançar a inserção no mercado de trabalho após o ciclo formativo.
- Igualmente se registou casos em que os projetos de realização pessoal e profissional foram negligenciados em favor de perspectiva de empregabilidade.
- Neste contexto, a emigração, com recurso à rede familiar, foi quase sempre mencionada enquanto hipótese no caso de não ser possível a inserção no mercado de trabalho.

Quanto à segunda hipótese elaborada, referente à forma como os jovens caracterizaram e avaliaram a escola e qual a importância lhe atribuíram à luz do seu projeto de vida, foi possível inventariar as seguintes conclusões que dão conta de um sistema que encerra diversas dinâmicas e que, por isso, podem conduzir os jovens a resultados e representações muito diversificadas.

A escola, enquanto dimensão social, adquire uma importância decisiva. Não apenas no domínio objetivo, diferenciando-se pelas suas tipologias de ensino, mas pelo ambiente que propiciou e desenvolveu, incutindo dinâmicas nos jovens e, por isso, revelando-se com uma identidade própria, não cingida à sua natureza, mas sobretudo enquanto resultado do contexto envolvente, dos recursos que instrumentaliza e do papel que pode assumir na delimitação de dinâmicas de escolaridade observadas com implicações intrínsecas nos projetos de vida dos jovens.

Por sua vez, do lado dos professores, há indícios que o contexto de crise também os poderá ter afetado, deixando transparecer insatisfação, desmotivação e cujo sentimento é colhido pelos jovens. Assim, ao papel de professor, com rotinas próprias de trabalho inerentes à escola, foi-lhe acrescentado mais uma tarefa decisiva nas dinâmicas de escolaridade e percursos de vida dos jovens, como a criação de ofertas educativas inovadoras, que mantenham os jovens motivados, que lhes dê um real leque de escolhas, preferencialmente alinhados com os seus perfis identitários, e que possam perspetivar, desde que essa seja a trajetória escolhida pelo jovem, a sua consolidação no mercado de trabalho local.

O trabalho demonstrou as implicações que relação professor-aluno pode ter na definição da trajetória formativa e pessoal, fazendo depender do tipo de relacionamento que o aluno estabelece com o sistema escolar. Os professores surgem, parcialmente, como referenciais, como os «outros significativos» em que a relação que estabelecem com o aluno, quer por ação ou omissão, pode assumir contornos diferenciados em função da representação social que o jovem elabora da pessoa enquanto professor ou enquanto pessoa amistosa pertencente a um outro quadro de referências e, por isso, passível de colisão, marcando a opinião e trajetória do jovem.

Quanto às credenciais escolares, estas foram genericamente valorizadas, sobretudo por aqueles que perspetivam a sua entrada num curso superior, indo ao encontro de Pais, perspetivando e definindo estratégias de mobilidade ascensional, orientadas para o futuro, que alimentam “carreiras subjetivas” mais ou menos consistentes e com alguma probabilidade de concretização. Por outro lado, sobretudo os frequentadores dos cursos profissionais, estando iminente a sua inserção no mercado de trabalho, desenvolvem um trajeto sem grandes projetos, antecipando o futuro provável, aceitando o que o “destino” lhes oferece (Pais, 2003, p. 235).

É de realçar que, no contexto específico de crise, houve uma valorização de perspetivar a inserção no mercado de trabalho ao ponto de que os entrevistados ponderaram e consubstanciaram a sua escolha do percurso formativo, eventualmente, em detrimento da realização pessoal ou de uma relação amorosa.

Quanto à terceira hipótese, confirma-se que o contexto de austeridade alterou a perceção da trajetória atual dos jovens na maior parte dos casos, sobretudo no que aos alunos do ensino profissional diz respeito.

Ao mercado de trabalho foi, genericamente, atribuído mais relevo aquando das fases de transição para o ensino superior ou dos cursos profissionais para o mercado de trabalho. A preocupação dos jovens ao transitar para o ensino superior, tentando fazer coadunar as suas capacidades e apetências com a informação de que dispõem do mercado de trabalho em busca de fazer uma escolha mais ponderada e acertada. Pois, têm clara noção de que esse poderá ser, potencialmente, o seu ramo profissional por um longo período da sua vida. Contudo, evidenciou-se haver uma enorme imprevisibilidade do mercado de trabalho e ninguém consegue prever o mercado daqui a alguns anos. Assim, no contexto de crise e pelas informações que lhes chega pela sua rede de sociabilidades, instala-se a indecisão e iniciam-se processos complexos de elaboração de cenários hipotéticos, em qual se vislumbra o

desemprego ou a emigração, por um lado, e o sonho de uma realização pessoal, profissional e projeto de vida, com todas as necessidades e projetos laterais (como família, carro, casa), pelo outro. Esses cenários estão condicionados pelos diversos sistemas, sendo que os próprios sistemas sociais são geradores de dinâmicas que podem confluir e serem criadoras de novas oportunidades. Contudo, estas oportunidades podem não estar alinhadas com os desejos de realização pessoal.

Já os alunos dos cursos profissionais, em especial da Escola Profissional Mariana Seixas, relatam positivamente da sua possibilidade de entrada no mercado de trabalho, conferindo-lhes uma satisfação por terem confiado na sua rede de sociabilidades, baseado em pessoas que passaram pelo estabelecimento, relatos de amigos e conhecidos, dado que sabem que têm emprego após conclusão do mesmo. Complementarmente, vários jovens esclareceram que a opção pelo curso profissional se prendia com a vontade de ingressar o mais rapidamente possível no mercado de trabalho. As ofertas de emprego que lhes surgiram ainda enquanto estudante, deu-lhes ânimo de encarar novos desafios, mesmo que ao fim do mês, a consciência deles assim o diz, a remuneração não seja a mais elevada. Contudo, ela garante alguma autonomização e independência, que faz parte dos anseios destes jovens.

Assim, encontrámos aqui um aspeto crucial diferenciador, que se prendeu, essencialmente com a condição de se consagrar, por mais uns anos como estudante, por parte dos que pretendem seguir para o ensino superior, em contraponto com os dos cursos profissionais de Viseu que adquiriram, ainda enquanto estudante um janelo, um horizonte de previsível estabilidade financeira, independência e transitaram para uma nova fase da sua vida enquanto adulto. Contudo, poder-se-ia propor o conceito de *transição faseada* para a vida adulta, dado que ela não foi perspectivada como sendo uma transição totalitária no sentido de que se adquire alguma autonomia, mas, no entanto, ainda pode depender de algum suporte, i.e. pode ter emprego, mas a remuneração não ser suficiente para pagar uma renda; pode ter casa ou quarto, mas não consegue pagar todas as despesas, etc.

As desigualdades sociais estão também implícitas, sobretudo no que ao acesso e percurso escolar diz respeito. Isto evidencia-se, sobretudo, nas entrevistas da Escola Secundária de Carregal do Sal que dão conta de que as composições de turmas com alunos provenientes de níveis educacionais diferenciados causaram distúrbios. Assim, para além das desigualdades geográficas, que introduzem desigualdades sociais, os contextos sociais individuais dos jovens estudantes revelaram-se importantes, manifestando-se ser mais heterogénea em

Carregal do Sal e mais homogénea em Viseu em qualquer das tipologias de ensino, sobretudo devido a esta se consagrar como único recurso de ensino secundário em Carregal do Sal.

A emigração foi um tema transversal e reflete a sua absorção, ou melhor, o impacto do discurso sociopolítico, independentemente de ela se configurar como opção num futuro próximo dos jovens. Contudo, sobretudo no que ao grupo dos estudantes do ensino regular de Viseu e ao curso profissional de Carregal do Sal diz respeito, a emigração foi perspectivada como altamente provável após os estudos. Embora o resultado prático seja o mesmo em ambos os casos (o da emigração), é importante discernir as bases motivacionais e os contextos associados. Assim, no primeiro caso, a motivação de ir para fora prendeu-se com a falta de perspectiva de inserção no mercado após conclusão do curso superior, cujas escolhas são articuladas em função dos diversos sistemas sociais (escolar, mas sobretudo familiar) e de questões identitárias (vocação, realização pessoal), formulando-se a perspectiva de emigrar numa ótica de conseguir trabalhar na sua área de eleição ou relacionada com a mesma, em que as credenciais escolares assumem alguma importância e, eventualmente, se perspectiva uma emigração qualificada. No segundo caso, as opções prenderam-se devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho local, perspectivando-se a emigração de forma tradicional e, por isso, provavelmente dissociada das credenciais escolares, sendo o seu alcance apenas relevante para o cumprimento de requisitos legais para trabalhar. Assim, sobretudo no que concerne ao grupo de alunos do profissional da ESCS, foi notória uma desvalorização das credenciais escolares pondo em causa o papel da escola de qualificar bem os jovens e de os preparar para o mercado de trabalho.

Uma nota também referente representação social dos jovens no que concerne à confiança em instituições, inclusivamente das escolas (instituição que por excelência os jovens podem avaliar à luz das suas experiências e das suas redes de sociabilidades), ao sistema político e que, de facto, parecem corroborar a posição de Reis em “que se manifesta uma substancial perda de confiança, retirando a ilação de que estamos perante uma grave crise de legitimidade do Estado.” (Reis, 2014, p. 261). A falta de confiança nas instituições e políticos foi um aspeto transversal a todas as entrevistas. Inclusivamente, no que se refere às escolas, as entrevistas sugeriram haver alguma margem de manobra, atribuindo a pessoas muito específicas um estatuto diferenciador, em que a relação que os jovens estabeleceram com os professores permitiu ostracizá-los do sistema educativo, do papel formal do professor, atribuindo-lhes uma categoria diferente, mais amistosa e de guia.

Constatou-se que os jovens têm noção de um mercado de trabalho em mutação e evolução constante e que os empregos desejados dependem de inúmeros fatores, sejam estes geográficos, sociográficos, socioeconómicos ou socioculturais. No entanto, a possibilidade de concretização do sonho profissional e da realização pessoal pode, nalguns casos, apenas ser encontrado no estrangeiro devido às limitações e condicionantes do contexto de crise, mas não só. Assim, carreiras profissionais associadas ao canto lírico ou à produção cinematográfica, correspondem a nichos de mercado não apenas nacional, mas internacional.

Outra conclusão que merece destaque está relacionada com o mercado de trabalho em que muitos entrevistados referiram que pretendem trabalhar, e inclusivamente elaboraram alternativas, preferencialmente apenas hipotéticas, em que futuramente estejam ativos, independentemente de ser na área profissional ou não. Esta foi uma visão partilhada pela maioria dos alunos, independentemente da tipologia de escola que frequentassem.

A anormatividade surgiu ao nível das expectativas de transição para a vida adulta e ao que lhe está associado, seja em termos de matrimónio, aquisição de bens (casa, carro) provocando um impasse e eventual estagnação sobretudo devido às expectativas de dificuldades de emprego. A transição para a vida ativa, *sine qua non*, as portas para a emancipação, a autonomização em relação à família, ao consumo de bens e serviços, não parece abrirem-se facilmente para os entrevistados. Na realidade, devido à incerteza, ao futuro dúbio e obscuro, mais controlável para uns do que para outros, levou a que procurassem estratégias diversas, elaborassem uma multiplicidade de hipóteses, com recurso aos sistemas que lhes estão ao alcance, na esperança de que alguma resulte. Assim, o termo da trajetividade envolve uma plasticidade interpretativa de autonomia de escolha do jovem, fazendo depender do jovem, em última análise, como negocia o seu futuro em sede familiar e de amigos. Se a identidade do jovem for forte ao ponto de enfrentar o sistema familiar, se o tiver que fazer, se deve ou não valorizar uma relação amorosa em detrimento de um dos seus planos ou se opta por um percurso que lhe permite perspetivar a inserção no mercado.

Assim, a passagem à condição de adulto, revelou trajetórias de vida singulares, podendo ser faseadas, mas inscreveram-se e foram articuladas no seio e entre os diversos sistemas sociais, sendo uma incógnita qual o sistema que vai despoletar e levar à afirmação identitária do jovem de forma a dar uma resposta mais holística à totalidade dos seus anseios e projetos.

Curiosamente, julgo que este trabalho evidenciou algo semelhante à *yoyogeneização* de Pais, na medida em retrata a reversibilidade dos “esquemas mentais”, que se manifestaram nos discursos dos entrevistados, face às incertezas e escolhas. Assim, surgiram situações em que

subitamente se dá preferência a um sistema, em detrimento de outro, e se retorna à opção inicial, confirmando o futuro incerto e que a escolha será feita em função de um determinado impulso, avaliado subjetivamente. Consequentemente, a yoyogeneização, que na aceção de Pais empurra o jovem de um sistema para outro, não é apenas um jogo de sistemas ou entre sistemas, mas antes situa-se nas representações dos jovens em função do seu trajeto, sobre o qual possuem alguma autonomia, controlabilidade e fazem incidir a sua escolha. Assim, os jovens, ao fazerem a sua escolha, ao terem a possibilidade de escolher, reduz a capacidade interpretativa do termo da yoyogeneização, perdendo este significado e capacidade explicativa. As escolhas são efetuadas dentro de um determinado sistema, esta pode ser condicionada, mas é sempre uma escolha do jovem, pelo que o termo da yoyogeneização desvanece a favor do termo da trajetividade que permite uma interpretação de que o jovem conduz e guia o seu destino dentro de uma mescla das representações e das oportunidades que resultam dos sistemas sociais, ou da combinação dos mesmos, que estão ao alcance dos jovens e que delimitam os seus projetos de vida. Releve-se que os sistemas são acionados pelos jovens e instrumentalizados numa lógica de *self-benefit*, designadamente os sistemas familiar, escolar ou das redes de sociabilidades (ex. relações amorosas).

Estes sistemas podem ser acionados independentemente do contexto da crise, mas revelou-se que a crise veio agravar a situação, evidenciando-se uma maior propensão para acionar estas redes em contexto de crise.

5. Referências bibliográficas

- DGE: Direção-Geral de Educação "Programa Integrado de Educação e Formação"
<http://dge.mec.pt/programa-integrado-de-educacao-e-formacao> [3 de Setembro de 2019]
- Abrantes, Pedro (2003) "Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade" *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 41, pp. 93-115.
- Aguiar, Nuno (25 de Novembro de 2014) *OCDE: Um quarto dos portugueses está abaixo do limiar da pobreza*. Acesso em 16 de Dezembro de 2014, de <https://www.jornaldenegocios.pt>:
<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/conjuntura/detalhe/ocde-um-quarto-dos-portugueses-esta-abaixo-da-linha-de-pobreza>
- Beck, Ulrich (2013) *A Europa Alemã - De Maquiavel a <Merkievel>: Estratégias de Poder na Crise do Euro*. Lisboa: Edições 70.
- Blyth, Mark (30 de Setembro de 2010). *Austerity*. Acesso em 14 de Junho de 2015, de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=go2bVGi0ReE>
- Bonamino, A.; Alves, F.; Franco, C. (set./ dez. de 2010). Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 45, pp. 487 - 594.
- Bourdieu, Pierre (1986). The Forms of Capital. Em Richardson, J. E. (ed.), *Handbook of Theory of Research for the Sociology of Education*, 48-58, Greenwood Press.
- Cairns, David (2011). "Youth, Precarity and the Future - Undergraduate housing transitions in Portugal during the economic crisis" in Mundos Sociais (Ed.), *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, 66, 9-25. Lisboa: CIES-IUL / Editora Mundos Sociais. Acesso em <http://journals.openedition.org/spp/366>
- Caldas, José M. (2012). *The Consequences of Austerity Policies in Portugal*. doi:ISBN 978-3-86498-246-0
- Conde, Idalina (1990). Identidade nacional e social dos jovens. *Análise Social*, vol. XXV (108-109), 675-693.
- Dayrell, Juarez (2013). A Juventude e suas escolhas: As relações entre projeto de vida e escola. *Habitar a escola e as suas margens: Geografias plurais em confronto*, 65-71.

- Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, que aprova Código Penal de 1982 versão consolidada posterior a 1995, com as sucessivas atualizações até à mais atual, a 36.ª alteração por força da Lei n.º 30/2015, de 22 de abril
- Estanque, Elísio (Janeiro de 2012). *A Classe Média: Ascensão e Declínio*. (R. D. Editores, Ed.) Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Estêvão, Pedro; Álvares, Maria (2013) "A medição e intervenção do abandono escolar precoce: desafios na investigação de um objeto esquivo". *CIES e-Working Paper N.º 157/2013*, 1-18, Centro de Investigação e Estudos em Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa
- Eurofound (2014) *Social situation of Young People in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Acesso em 7 de junho 2015, disponível em https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef1404en.pdf
- Ferreira, Antonio C. (2014). *Política e Sociedade - Teoria Social em tempo de austeridade* (1.ª ed.). Porto: Vida Economica - Editorial, SA.
- Granovetter, Mark (Nov. de 1985). Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, 481-510. Acesso em 7 de junho de 2015, disponível em: https://sociology.stanford.edu/sites/g/files/sbiybj9501/f/publications/economic_action_and_social_structure.pdf
- Guerra, Isabel C. (2002) *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção - O Planeamento em Ciências Sociais* (2.ª ed.). S. João do Estoril: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Leis, Luciana P.; Cavalcante, Carolina M. (2019) *Capital Social e Suas Divergências Conceituais*. *Revista Estudo & Debate*, v. 26, 1, 2019, 56-73. doi:<http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v26i1a2019.1879>
- Lima, Maria da P. (23 de Novembro de 2012) *The Challenges of Youth Unemployment in Portugal Against Recession and Austerity Policies*. Acesso em 20 de Outubro de 2014, disponível em <http://www.social-europe.eu/2012/11/the-challenges-of-youth-unemployment-in-portugal-against-recession-and-austerity-policies/>
- Mead, George H. (1937) *Mind, Self and Society* (2.ª ed.). Chicago, Illinois: The University of Chicago Press.
- Nogueira, Cláudio M. (2013) "O Processo de Escolha dos Estudos Superiores: Desafios para a investigação sociológica" in Vieira, Maria M.; Resende, José; Nogueira, Maria A.;

- Dayrell, Juarez; Martins, Alexandre; Calha, António (orgs.) *Habitar a escola e as suas margens: Geografias plurais em confronto*, Escola Superior de Educação de Portalegre-Instituto Politécnico de Portalegre, 73-84
- Nunes, António J. (2003) *Neoliberalismo e Direitos Humanos*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Observatório das Desigualdades (25 de Novembro de 2014). *Risco de pobreza: o limiar em Portugal diminuiu para 421 euros*. Acesso em 6 de Junho 2015, disponível em Observatório das Desigualdades em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=39>
- Pais, José M. (Janeiro de 1990) "A Construção Sociológica da Juventude - Alguns Contributos". *Análise Social XXV (105-106)*, 139-165.
- Pais, José M. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates - Jovens, Trabalho e Futuro* (1.^a ed.). Porto: Ambar.
- Pais, José M. (2003). *Culturas Juvenis* (2. ed.). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pais, José M. (2005). Jovens e Cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 53-70.
- Pais, José M. (Setembro de 2009). "A Juventude como Fase da Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse".in *Saúde e Sociedade*, n.º 18, 371-381.
- Pais, José. (2009). A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse / Youth as a Stage of Life: from rites of passage to rites of impasse in *Saude e Sociedade*, 18, 371-381.
- Pordata (15 de Setembro de 2017). *Pordata*. Acesso em 07 de Junho de 2019, disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Limiar+de+risco+de+pobreza-2167>
- Putnam, Robert D. (Janeiro de 1995). Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, 65-78.
- Quivy, Raymond; Van Campenhoudt, Luc (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reis, José (2014). *A Economia Política do Retrocesso - Crise, Causas e Objetivos*. Edições Almedina, SA.
- Sebastião, João (Fevereiro de 2008). Famílias, estratégias educativas e percursos escolares. *Sociologia*, 281 - 306, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
- Shanghai Ranking Consultancy. (2017). *Academic Ranking of World Universities*. Acesso em 29 de Junho de 2019, disponível em: <http://www.shanghairanking.com/ARWU2017.html>

- Shanghai Ranking Consultancy. (2019). *Academic Ranking of World Universities*. Acesso em 29 de Junho de 2019, disponível em: <http://www.shanghairanking.com/ARWU2019.html>
- Silva, Augusto S.; Pinto, José M. (eds.) (1986). *Metodologia das Ciências Sociais* (4.^a ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Standing, Guy (2014). *O Precariado* (1.^a ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Thiry-Cherques, Hermano R. (26 de Fevereiro de 2002). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, 40(1):27 - 55. Rio de Janeiro
- Torres, Sonia; Lima, Francisco (15 de Junho de 2015). Dinâmica e caracterização dos jovens não empregados que não estão em educação ou formação. *Estatísticas do Emprego – 3º trimestre de 2014*, 35-47, Instituto Nacional de Estatística, Acesso em 28 de abril 2016, disponível em: <https://www.ine.pt>

6. Anexos

*ANEXO I - QUADRO 5 – CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS: DISTÂNCIA DO LOCAL DE RESIDÊNCIA À ESCOLA EM MINUTOS: * DE CARRO, AUTOCARRO OU A PÉ * ESCOLA QUE FREQUENTA?*

Escola que frequenta?		De carro, autocarro ou a pé			Total	
		Carro	Autocarro	A pé		
ESAM	Distância do local de residência à escola em minutos:	5	1		1	
		7	1		1	
		8	1		1	
		10	2		2	
		20	1		1	
	Total		6		6	
EPMS	Distância do local de residência à escola em minutos:	7	1	0	1	
		15	0	0	3	
		20	0	0	1	
		25	0	1	1	
	Total		1	1	4	
ESCS	Distância do local de residência à escola em minutos:	0	0	0	1	
		5	1	0	2	
		7	3	0	3	
		10	1	0	4	
		30	0	1	1	
Total		5	1	5		
Total	Distância do local de residência à escola em minutos:	0	0	0	1	
		5	2	0	3	
		7	5	0	5	
		8	1	0	1	
		10	3	0	6	
		15	0	0	3	
		20	1	0	2	
		25	0	1	1	
		30	0	1	1	
Total		12	2	9		
Total			12	2	9	23

Fonte: Inquérito aos entrevistados

Quadro 5 – Cruzamento de variáveis: Distância do local de residência à escola em minutos: * De carro, autocarro ou a pé * Escola que frequenta?

ANEXO II - QUADRO 6 – CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS: CONVIVE COM ... NO AGREGADO FAMILIAR * ESCOLA QUE FREQUENTA? * NÚMERO DE ELEMENTOS NO AGREGADO FAMILIAR
Número de elementos no agregado familiar

		Escola que frequenta?			Total	
		ESAM	EPMS	ESCS		
2	Convive com ... no agregado familiar	Irmão	0	1	0	1
		Mãe	1	0	1	2
	Total		1	1	1	3
3	Convive com ... no agregado familiar	Mãe e irmã	0	0	1	1
		Mãe e irmão	0	0	2	2
		Pai e mãe	1	1	1	3
		Pai, mãe e irmã	1	0	1	2
	Total		2	1	5	8
4	Convive com ... no agregado familiar	Mãe, irmão e irmã	0	0	1	1
		Mãe, irmão e padrasto	0	1	0	1
		Pai, mãe e avô	0	1	0	1
		Pai, mãe e irmão	2	0	2	4
	Total		2	2	3	7
5	Convive com ... no agregado familiar	Mãe, irmã, sobrinho e namorado	0	0	1	1
		Mãe, irmão, irmã e padrasto	0	1	0	1
		Pai, mãe e duas irmãs	1	0	0	1
	Total		1	1	1	3
6	Convive com ... no agregado familiar	Pai, mãe e três irmãos		0	1	1
		Pai, mãe, dois irmãos e tio		1	0	1
	Total			1	1	2
Total	Convive com ... no agregado familiar	Irmão	0	1	0	1
		Mãe	1	0	1	2
		Mãe e irmã	0	0	1	1
		Mãe e irmão	0	0	2	2
		Mãe, irmã, sobrinho e namorado	0	0	1	1
		Mãe, irmão e irmã	0	0	1	1
		Mãe, irmão e padrasto	0	1	0	1
		Mãe, irmão, irmã e padrasto	0	1	0	1
		Pai e mãe	1	1	1	3
		Pai, mãe e avô	0	1	0	1
		Pai, mãe e irmã	1	0	1	2
		Pai, mãe e irmão	2	0	2	4
		Pai, mãe e três irmãos	0	0	1	1
		Pai, mãe, dois irmãos e tio	0	1	0	1
		Pai, mãe e duas irmãs	1	0	0	1
		Total		6	6	11

Fonte: Inquérito aos entrevistados

Quadro 6 – Cruzamento de variáveis: Convive com ... no agregado familiar * Escola que frequenta? * Número de elementos no agregado familiar

ANEXO III - QUADRO 7 – CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS: HABILITAÇÃO DO PAI (REC) * HABILITAÇÃO DA MÃE (REC) * ESCOLA QUE FREQUENTA?

Escola que frequenta?		Habilitação da mãe (rec)				Total	
		1.º ciclo do ensino básico ou inferior	3.º ciclo do ensino básico ou inferior (exceto 1.º ciclo)	Ensino secundário ou equivalente	Ensino médio e superior		
ESAM	Habilitação do pai (rec)	3.º ciclo do ensino básico ou inferior (exceto 1.º ciclo)			1	0	1
		Ensino médio e superior			1	4	5
	Total			2	4	6	
EPMS	Habilitação do pai (rec)	1.º ciclo do ensino básico ou inferior	1	1	0		2
		3.º ciclo do ensino básico ou inferior (exceto 1.º ciclo)	0	0	1		1
		Ensino secundário ou equivalente	0	1	1		2
		Ensino médio e superior	0	1	0		1
Total		1	3	2		6	
ESCS	Habilitação do pai (rec)	1.º ciclo do ensino básico ou inferior	1	1	0	0	2
		3.º ciclo do ensino básico ou inferior (exceto 1.º ciclo)	0	2	2	0	4
		Ensino secundário ou equivalente	0	0	0	1	1
		Ensino médio e superior	0	0	1	2	3
Total		1	3	3	3	10	
Total	Habilitação do pai (rec)	1.º ciclo do ensino básico ou inferior	2	2	0	0	4
		3.º ciclo do ensino básico ou inferior (exceto 1.º ciclo)	0	2	4	0	6
		Ensino secundário ou equivalente	0	1	1	1	3
		Ensino médio e superior	0	1	2	6	9
Total		2	6	7	7	22	

Fonte: Inquérito aos entrevistados

Quadro 7 – Cruzamento de variáveis: Habilitação do pai (rec) * Habilitação da mãe (rec) * Escola que frequenta?

ANEXO IV - QUADRO 8 – CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS: ATIVIDADE PROFISSIONAL DO PAI ATUAL OU A MAIS RECENTE * ATIVIDADE PROFISSIONAL DA MÃE ATUAL OU A MAIS RECENTE * ESCOLA QUE FREQUENTA?

Escola que frequenta?	Atividade profissional da mãe atual ou a mais recente																		Total	
	Auxiliar de Ação Direta	Auxiliar de Ação	Auxiliar de Ação	Auxiliar de Serviços	Contabilista	Costureira	Cozinheira	Doméstica	Dona de Bar	Educadora de Infância	Empregada de Balcão	Empregada de Loja	Enfermeira	Engenheira Informática	Gestora de Restaurante	Professora	Trabalhador a numa	Vendedora Ambulante		
ESAM	Atividade profissional do pai atual ou a mais recente	Advogado				0	0							0	0	1				1
		Cirurgião				0	0							0	1	0				1
		Empresário				1	0							0	0	0				1
		Pedreiro				0	1								0	0	0			1
		Professor				0	0								1	0	1			2
	Total					1	1							1	1	2				6
EPMS	Atividade profissional do pai atual ou a mais recente	Agricultor		0	1			0			0	0					0			1
		Camionista Internacional		0	0			0			0	0					1			1
		Eletricista		0	0			0			1	0					0			1
		Fiscal de Obras		0	0			0			0	1					0			1
		Motorista em Lisboa		1	0			0			0	0					0			1
	Total			1	1			1			1	1					1			6
ESCS	Atividade profissional do pai atual ou a mais recente	Não respondeu	0	0			0	0	1	0	0		0			0		0		1
		Agente de Seguros	0	0			0	0	0	0	1		0			0		0		1
		Bancário	0	0			0	0	0	0	0		0			1		0		1
		Chefe de Manutenção Industrial	0	1			0	0	0	0	0		0			0		0		1
		Engenheiro Civil	0	0			0	0	0	0	0		1			0		0		1
		Montador de Pladur	0	0			0	0	0	1	0		0			0		0		1
		Motorista	0	0			1	0	0	0	0		0			0		0		1
		Operário Fabril	1	0			0	1	0	0	0		0			0		0		2
		Solicitador	0	1			0	0	0	0	0		0			0		0		1
		Vendedor Ambulante	0	0			0	0	0	0	0		0			0		1		1
Fonte: Inquérito aos entrevistados	Total	1	2			1	1	1	1	1		1			1		1		1	11

Quadro 8 – Cruzamento de variáveis: Atividade profissional do pai atual ou a mais recente * Atividade profissional da mãe atual ou a mais recente * Escola que frequenta?

*ANEXO V - QUADRO 10 – CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS: HABILITAÇÃO DO PAI (REC) * HABILITAÇÃO DA MÃE (REC) * QUAL O RENDIMENTO FAMILIAR DISPONÍVEL?*

Qual o rendimento familiar disponível?			Habilitação da mãe (rec)				Total
			1.º ciclo do ensino básico ou inferior	3.º ciclo do ensino básico ou inferior (exceto 1.º ciclo)	Ensino secundário ou equivalente	Ensino médio e superior	
Inferior a 500€	Habilitação do pai (rec)	1.º ciclo do ensino básico ou inferior	1	1	0		2
		Ensino médio e superior	0	0	1		1
	Total		1	1	1		3
Entre 500 e 1000€	Habilitação do pai (rec)	1.º ciclo do ensino básico ou inferior	1	1	0		2
		3.º ciclo do ensino básico ou inferior (exceto 1.º ciclo)	0	1	2		3
		Ensino médio e superior	0	0	1		1
Total		1	2	3		6	
Entre 1000€ e 1500€	Habilitação do pai (rec)	3.º ciclo do ensino básico ou inferior (exceto 1.º ciclo)		0	1	0	1
		Ensino médio e superior		1	0	2	3
	Total			1	1	2	4
Entre 1500€ e 2000€	Habilitação do pai (rec)	Ensino secundário ou equivalente				1	1
		Ensino médio e superior				1	1
	Total					2	2
Entre 2500€ e 3000€	Habilitação do pai (rec)	3.º ciclo do ensino básico ou inferior (exceto 1.º ciclo)			1	0	1
		Ensino médio e superior			0	1	1
	Total				1	1	2
Entre 3000€ e 3500€	Habilitação do pai (rec)	Ensino médio e superior				2	2
	Total					2	2
Entre 3500 e 4000€	Habilitação do pai (rec)	3.º ciclo do ensino básico ou inferior (exceto 1.º ciclo)		1			1
	Total			1			1
Não sabe/ Não responde	Habilitação do pai (rec)	Ensino secundário ou equivalente		1			1
	Total			1			1
Total	Habilitação do pai (rec)	1.º ciclo do ensino básico ou inferior	2	2	0	0	4
		3.º ciclo do ensino básico ou inferior (exceto 1.º ciclo)	0	2	4	0	6
		Ensino secundário ou equivalente	0	1	0	1	2
		Ensino médio e superior	0	1	2	6	9
	Total		2	6	6	7	21

Fonte: Inquérito aos Jovens

Quadro 10 – Cruzamento de variáveis: Habilitação do pai (rec) * Habilitação da mãe (rec) * Qual o rendimento familiar disponível?

Inquérito

O presente breve inquérito destina-se a conhecer a sociografia do entrevistado e insere-se no âmbito da realização de uma tese de mestrado em Sociologia, a apresentar à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Doutor Claudino Crsitóvão Ferreira, intitulada “Jovens, formação e trabalho em tempos de austeridade”, constituindo-se como um estudo sociológico a fim de conhecer as situações e opiniões sobre as expectativas e oportunidades dos jovens viseenses, quer em contexto urbano, quer os localizados na periferia do distrito de Viseu.

Designadamente, sendo decisivo encontrarem-se a frequentar o 12.º ano, quer da via profissionalizante, quer da via “científica”, com vista a obter as suas representações sobre a sua atual situação, bem como receios do seu futuro.

Todas as informações recolhidas serão completamente confidenciais, servindo apenas para tratamento estatístico e fundamentação das teses postuladas no respetivo trabalho académico.

Desde já, agradeço a sua participação. Muito obrigado!

Local de realização da Entrevista: _____ **Data:** ____|____|2015

A Responder pelo entrevistado:

Residência:

Freguesia _____

Localidade _____

Distância do local de residência à escola: ____ Minutos

CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA

1. Sexo (assinalar com x):

1. Masculino

2. Feminino

2. Qual idade tem? |_|_|anos

3. Frequenta um curso profissional ou via progressão de estudos?

(Assinalar com x o correspondente)Curso profissional |_|

Designação do Curso:

Via progressão de estudos |_|

Em que área científica:

- | | |
|-----------------------------|-----|
| 1. Científico e tecnológico | _ |
| 2. Social e económico | _ |
| 3. Artes | _ . |
| 4. Línguas e humanidades | _ |

4. Qual é a sua situação conjugal actual?

- | | |
|---------------------------------------|---|
| 1. Solteiro | _ |
| 2. Casado, pela igreja | _ |
| 3. Casado, pelo civil | _ |
| 4. Vive conjugalmente/ união de facto | _ |
| 5. Tem uma relação/ anda com alguém | _ |
| 6. Não sabe/ não responde | _ |

5. Composição do agregado familiar:

- | | |
|--|-----|
| 1. Quantos elementos constituem o seu agregado familiar? | _ _ |
| 2. Com quem é que vive habitualmente? | |

(Assinale na tabela abaixo a sua relação com os elementos que constituem o seu agregado familiar)

	Relação com o inquirido	Assinalar com o n.º
1	Pai	
2	Mãe	
3	Irmão	
4	Irmã	
5	Avô	
6	Avó	
7	Tio	
8	Tia	
9	Outro:	
10	Não sabe/ Não responde	

6. Para além de estudar, alguma vez exerceu ou exerce uma actividade profissional, mesmo que a tempo parcial?

1. Sim
2. Não
3. Não sabe/ Não responde

7. Em caso de ter respondido afirmativamente, com que idade começou a trabalhar?

1. Aos _____ anos
2. Não sabe/ Não responde

8. Em caso de ter respondido afirmativamente à pergunta 6 qual a sua situação profissional actualmente?

(Assinale uma única resposta com x relativamente ao Pai e à Mãe (se for o caso))

	Situação	Pai	Mãe
1	Patrão		
2	Isolado/Trabalhador por conta própria		
3	Trabalhador em empreendimento familiar		
4	Assalariado/Trabalhador por conta de outrem		
5	Outra situação - Especifique:		
9	Não sabe/ Não responde		

9. Qual a sua actual actividade profissional, ou a última, caso actualmente se encontre a trabalhar?

(Especificar o mais possível a profissão principal)

Entrevistado:

10. Com que idade começou a ter dinheiro com alguma regularidade, oriundo de trabalho próprio ou da mesada?

1. Aos ____ anos
2. Nunca recebeu dinheiro com regularidade
3. Não sabe/ Não responde

11. Assinale com X o nível habilitacional mais elevado que o seu/sua pai/mãe atingiu?

	Descrição da situação	Pai	Mãe
1	Nunca frequentou a escola		
2	Frequentou, mas não completou o 1º ciclo do ensino básico ou equivalente		
3	1º ciclo do ensino básico ou equivalente (4º ano de escolaridade, antigo ensino primário, 4ª classe)		
4	2º ciclo do ensino básico ou equivalente (5º e 6º ano de escolaridade, antigo 1º e 2º anos do ciclo preparatório ou do liceu)		
5	3º ciclo do ensino básico ou equivalente (7º ao 9º ano de escolaridade, antigo ensino secundário, antigo 3º ao 5º ano do liceu)		
6	Ensino secundário ou equivalente (10º ao 12º ano de escolaridade, antigo ensino complementar, antigo 6º e 7º ano do liceu, antigo ano propedêutico)		
7	Ensino médio (bacharelato)		
8	Ensino superior (licenciatura ou pós-graduação)		
9	Mestrado ou doutoramento		
99	Não sabe/ Não responde		

12. Qual a situação dos pais perante o trabalho: *(Assinale uma única resposta com x*

respetivamente)

Situação perante o trab.	Pai	Mãe	Situação perante o trab.	Pai	Mãe
1. Exerce atividade profissional			2. Estudante		
3. Procura primeiro emprego			4. Doméstico/a		
5. Está desempregado/a (já trabalhou)			6. Trabalhador/a familiar não remunerado/a		
7. Trabalhador/a-estudante			8. Reformado/a ou pensionista		
9. Não sabe/ Não responde					

13. Qual a situação profissional dos seus pais actualmente?

(Assinale uma única resposta com x relativamente ao Pai e à Mãe (se for o caso))

	Situação	Pai	Mãe
1	Patrão		
2	Isolado/Trabalhador por conta própria		
3	Trabalhador em empreendimento familiar		
4	Assalariado/Trabalhador por conta de outrem		
5	Outra situação - Especifique:		
9	Não sabe/ Não responde		

14. Relativamente ao seus pais, qual a actual actividade profissional deles, ou a última, caso actualmente o seus pais não se encontrem a trabalhar?

(Especificar o mais possível a profissão principal)

Pai:

Mãe:

15. Qual o rendimento familiar mensal disponível ?

(Assinale apenas uma resposta com x)

	Montante	Assinale		Montante	Assinale
1	Inferior a 500 €		8	Entre 3500 e 4000€	
2	Entre 500 e 1000€		9	Entre 4000 e 4500€	
3	Entre 1000 e 1500€		10	Entre 4500 e 5000€	
4	Entre 1500 e 2000€		11	Entre 5000 e 5500€	
5	Entre 2000 e 2500€		12	Entre 5500 e 6000€	
6	Entre 2500 e 3000€		13	Superior a 6000€	
7	Entre 3000 e 3500€		14	Não sabe/ Não responde	

Guião de entrevista

Temas a serem abordados, fazendo sempre o contraponto com a crise e austeridade em qualquer das dimensões a analisar:

Contexto de crise

1. Achas que o país vive uma situação de crise? Se sim, como a caracterizarias?
2. E o que pensas da austeridade? O que é que te diz a austeridade?
3. Esta conjuntura de crise e austeridade teve efeitos sobre a tua vida e a tua família? De que pontos de vista? O que é que mudou? E como se adaptaram a essas mudanças?
4. Essa mesma conjuntura fez-te repensar os teus planos de vida, nomeadamente nos seguintes domínios:
 - a. Escola/formação;
 - b. Projetos profissionais;
 - c. Projetos de vida pessoal e familiar;
5. Consideras que a crise/ austeridade teve impacto no teu percurso/ trajetória de vida

Trajectoria de vida

Projetos pessoais

1. Projetos, planos e expetativas de vida para o futuro
2. Quais são os teus planos de futuro relativamente a:
 - a. Profissional / escolar
 - b. Familiar
 - c. Habitacional
 - d. Local geográfico preferido para viver?
3. Pensas concretizá-los sozinho ou com ajuda de alguém? Quem?
4. Como imaginas a tua vida daqui a 5/10 anos? (dependente de curso profissional ou acesso ao ensino superior)
5. Que passatempo tens?
 - a. Hobbies;
 - b. Atividades complementares, etc...

6. Que outros sonhos tens?
7. Que receios tens em relação ao teu futuro?

Percurso escolar e formativo

1. Porque escolheste o curso profissional? Ou na respetiva área científica? Em que curso superior pretende ingressar? Porquê?
2. Porque tomaste essa opção?
3. O que gostas mais e menos na escola?
4. Alguma vez tiveste problemas na escola? Que problemas?
5. Que planos tens em termos de formação no futuro próximo?

Mercado de trabalho

1. Planos profissionais: o que planeia, o que gostaria e o que acha que será possível
2. Oportunidades que pensa que estão ao seu alcance; dificuldades e obstáculos que vê que podem afetar os seus planos e desejos profissionais
3. Como vê o atual mercado de trabalho? (Quais as tuas expectativas quanto à inserção no mercado de trabalho neste momento); acha que está mais ou menos favorável para ele do que há uns anos?
4. Atualmente, pensas que será fácil arranjares trabalho? Se tivesses de encontrar emprego agora, que estratégias usarias para o encontrar?
5. Como avalias as tuas competências individuais e profissionais. Elas são relevantes na obtenção de emprego?
6. Já enviaste candidaturas (só profissionalizante)?
7. Na tua opinião, de que depende a tua colocação no mercado de trabalho?
8. Considerando o que fizeste até agora e as tuas oportunidades no futuro, mudavas alguma coisa? O quê?
9. No contexto de crise, a quem recorres para conseguir um trabalho?

Redes e sociabilidades

Introduzir tema geral sobre importância de família, amigos, namorado/A na vida do entrevistado e nos seus projetos de vida. Orientar a entrevista para falar sobre o papel que estes têm desempenhado face aos problemas ou dificuldades suscitadas pela crise:

Família, amigos e namorado/a devem ser abordados, em síntese, em 3 planos principais:

1. Importância na vida atual e o significado que têm para o entrevistado;

2. Influência e apoio nas opções de vida e na forma como perspectivas o futuro;
3. Papel que lhes é reconhecido em situações de dificuldades, como a atual crise (se ela for entendida como geradora de dificuldades)

Dimensão familiar

Pode manter-se como tema autónomo, mas, se a evolução da entrevista assim proporcionar, é um tema que pode ser abordado logo no início.

1. Consideras que crise teve impacto na tua família? De que forma?
2. Que estratégias desenvolveu a tua família para fazer face à crise? De que forma isso o afetou?
3. Consideras que esse impacto te atingiu? Designadamente quanto às tuas escolhas?
4. Tua família alguma vez equacionou emigrar? E tu?

Amigos e conhecidos

1. Os amigos? Exerceram alguma influência nas suas escolhas?
2. A família influenciou a tua escolha? Consideras que a tua família influência/ou o teu percurso?
Escolha do curso/ profissão?
3. Os teus amig@s optaram pelo mesmo percurso?
4. Que opções tomaram os teus amig@s?
5. Há amigos que são mais importantes para ti do que outros? Porquê?
6. Os teus amigos mais importantes frequentam esta escola?

Namoro

1. Neste momento tens namorada/o?
2. Há quanto tempo andam?
3. Ela/e apoiou/ influenciou a tua escolha?

Qual o curso que ela/e frequenta?

Estado e Política – No caso de serem feitas referências ao longo da entrevista

1. Há várias medidas/ apoios destinados a jovens? Consegues nomear alguns?
2. Consideras que a educação é uma obrigação das famílias ou do Estado?
3. Consideras que o Estado tem apoiado os jovens?
4. Consideras que a crise afetou os valores dos portugueses e da sociedade? E como olhas para as instituições?
5. Confias no Estado?